



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 16 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela *TV Câmara Distrital*.

Oriento os Deputados presentes de que só os membros titulares podem votar. Os Deputados suplentes votam apenas quando os titulares não estiverem participando da reunião.

Peço que seja aberto o painel eletrônico para que a gente possa registrar a presença.

Encontram-se presentes o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Hermeto, o Deputado Pastor Daniel de Castro e o Deputado Fábio Félix.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

- Ata da 3ª Reunião Ordinária. (1082561)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos nobres Deputados se podemos considerá-la lida e aprovada.

Deputado Hermeto?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não havendo objeção, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observação a ata mencionada com 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Pergunto se algum Deputado tem algum comunicado urgente a ser feito neste momento. (Pausa.)

Não havendo comunicados, informo que ontem foi realizada uma reunião técnica para deliberar sobre o calendário de oitivas do mês de abril. Como hoje estão previstas as oitivas de dois depoentes e, na pauta, há vários requerimentos para serem aprovados, os Deputados

presentes à reunião de ontem concordaram que fizéssemos a votação dos requerimentos administrativos de nº 1 a nº 22, constantes do item III da pauta: "Requerimentos Administrativos para discussão e votação".

Indago aos Deputados que estão participando desta reunião se podemos ratificar as votações de ontem para que não haja nenhum questionamento futuro quanto à legalidade dessas votações.

DEPUTADO HERMETO – De acordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, uma dúvida: vi que os requerimentos do Deputado Joaquim Roriz Neto estão todos aqui, então, houve consenso?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não. Eles foram retirados da pauta. Nós estamos ratificando o que nós decidimos ontem.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os requerimentos administrativos que foram retirados de pauta para que o autor, Deputado Joaquim Roriz Neto, refaça a justificativa – esclareço que todos esses requerimentos serão reapresentados e colocados em votação – são os seguintes: itens nº 1 a nº 10, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto. Podemos considerar ratificada a votação que aprovou a retirada desses requerimentos por cinco votos favoráveis?

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Requerimento nº 105/2023, item nº 13 da pauta, é de autoria do Deputado Fábio Félix. Pergunto aos Deputados se podemos considerar ratificada a retirada de pauta desse requerimento.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, de acordo. É o requerimento que a gente vai refazer e transformar em dois requerimentos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Requerimento nº 103/2023, item nº 11 da pauta, e o Requerimento nº 104/2023, item nº 12 da pauta, são todos de autoria do Deputado Fábio Félix. Pergunto se podemos considerar ratificada a votação.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Requerimento nº 105/2023, item nº 13, é de autoria do Deputado Fábio Félix. Pergunto aos Deputados se podemos considerar ratificado.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Requerimento nº 106/2023, item nº 14; o Requerimento nº 107/2023, item nº 15; e o Requerimento nº 108/2023, item nº 16, são todos de autoria do Deputado Fábio Félix. O Requerimento nº 112/2023, item nº 19, é de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto. O Requerimento nº 113/2023, item nº 20; o Requerimento nº 114/2023, item nº 21; e o Requerimento nº 115/2023, item nº 22, são todos de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro. Podemos considerar ratificada a

votação que aprovou esses requerimentos por cinco votos favoráveis?

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passarei a Presidência ao Deputado Hermeto para votarmos o Requerimento nº 109/2023, item nº 17, de minha autoria.

(Assume a Presidência o Deputado Hermeto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – O Requerimento nº 109/2023, item nº 17, é de autoria do Deputado Chico Vigilante. Pergunto se podemos considerar ratificada a votação que aprovou esse requerimento por quatro votos favoráveis e um voto contrário. Podemos? De acordo?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, voto a favor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, de acordo, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Terminada a ratificação da votação dos requerimentos, apreciaremos o item nº 4 da pauta.

Antes, porém, submeto ao colegiado daqui requerimento administrativo que requer alteração da data da oitiva do Sr. Anderson Gustavo Torres, ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, a ser realizada em reunião reservada nos termos do art. 84, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, conforme já aprovado pelo Requerimento nº 110, de minha autoria.

Passo novamente a Presidência ao Deputado Hermeto, tendo em vista que esse requerimento é da minha autoria. Nós estamos reconvocando o Sr. Anderson Torres. Então, estamos propondo, Presidente, para o dia 23 de março de 2023.

(Assume a Presidência o Deputado Hermeto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Apreciação do Requerimento nº 116/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Requer a alteração da data da oitiva do Senhor Anderson Gustavo Torres, ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, a ser realizada em reunião reservada, nos termos do art. 84, §1º, do Regimento Interno desta Casa, conforme já aprovado pelo Requerimento nº 110/2023, de minha autoria".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É só para uma pequena ponderação. Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, autor do requerimento, é público e notório – já quero dizer que eu pugno pela aprovação – que o ex-ministro, ex-secretário claramente está dizendo que não vem. Hoje, inclusive, os advogados dele falaram à *CBN* que ele não viria.

Não seria interessante, sob a Presidência de V.Exa., criar uma comissão com dois ou três Deputados para que fossem lá, pessoalmente, conversar com ele – por mais que eu sei que V.Exa. já designou delegados, agentes. É só uma ponderação, mas fica ressaltado que pugno pela aprovação do requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nós vamos aprovar o requerimento, Deputado Pastor Daniel de Castro. Vamos insistir até o Anderson Torres comparecer aqui. Quem não deve não teme. Não adianta dizer que já depôs na Polícia Federal, porque um depoimento em uma CPI é completamente diferente.

Portanto, vamos insistir, durante a existência desta CPI, em trazer a esse banquinho aqui o Sr. Anderson Torres. Ele deveria estar aqui! Ele deveria comparecer. Não tem por que estar fugindo de um depoimento. Ele deveria tomar o exemplo dos depoentes que vão estar aqui daqui a pouco e aqui falar a versão deles. É isso que nós queremos efetivamente. Por isso que estou rerepresentando o requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – *Ok*, Deputado Chico Vigilante. É a forma, Deputado Chico Vigilante, de ele poder se defender publicamente, porque um depoimento entre quatro paredes é uma coisa e você estar aqui no plenário, ao vivo, é outra coisa. Então, realmente, os depoentes de hoje afirmarem estar aqui hoje é uma forma de defesa, de mostrar isso.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Esta Presidência vota "sim".

O parecer obteve 6 votos favoráveis.

Está aprovado o requerimento.

Passo a presença ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convido que compareça aqui ao plenário o Sr. Jorge Eduardo Naime Barreto. Por favor, pessoal da assessoria, acompanhe o depoente até aqui, ao plenário. Convido também os advogados do depoente. Tem um advogado presente, o Dr. Gustavo. Quem são os outros, Dr. Gustavo?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São o Sr. Gustavo, o Dr. Vinícius e Dra. Clara.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Jorge Eduardo Naime, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de investigado e, como tal, tem o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por advogados. Os advogados do senhor estão aqui.

Considerando que o Sr. Jorge Eduardo Naime Barreto já foi qualificado pela COPOL – Coordenadoria de Polícia Legislativa, passo às perguntas iniciais deste Presidente.

Sr. Jorge Eduardo Naime, qual cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023? Quando assumiu tal posto na Polícia Militar do Distrito Federal? Quais são as atribuições do Departamento Operacional da Polícia Militar? Qual o efetivo que o senhor comandava naquele dia?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, Srs. Deputados. Obrigado pela oportunidade. Naquele dia específico, dia 8, Deputado, eu não estava em cargo algum. Eu estava de licença, estava em licença regulamentar que foi devidamente requerida, deferida e publicada no boletim interno da Polícia Militar. Eu estava

sendo substituído pelo meu subchefe, Coronel Paulo José, que estava à frente do DOP, no dia dos fatos que são apurados aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor comandou o Departamento Operacional da Polícia Militar durante os atos realizados no dia 7 de setembro de 2021 e 2022. O senhor também estava no comando no dia 1º de janeiro de 2023, dia da posse do Presidente Lula. Como foi o planejamento operacional nesses eventos e qual foi o efetivo empregado pela Polícia Militar do Distrito Federal nesses eventos, Sr. Coronel Naime?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sr. Deputado, primeiro, nós precisamos esclarecer que nós estamos tratando de dois grandes eventos, e são eventos que tinham cronograma próprio. São eventos que tiveram planejamento por dois, três meses antes que aquele evento acontecesse. O dia 7 de setembro mesmo, nós começamos a planejar no mês de junho. Entramos pelo mês de junho, julho, agosto, até 7 de setembro, para que pudéssemos ter aquele evento no dia 7 de setembro. Foram várias reuniões no Ministério da Defesa, foram várias reuniões no Comando Militar do Planalto, foram várias reuniões na Polícia do Exército, foram várias reuniões na Secretaria de Segurança, foram reuniões na Presidência da República. Tudo isso para esse evento. Então, foi um evento que estava dentro do cronograma de eventos da Polícia Militar, o 7 de setembro, como todos os anos. E ele teve um período grande de planejamento, e nós tínhamos várias fontes de informação, de inteligência sobre o que poderia acontecer naquele dia. Inclusive, até alertados a respeito de atentado de bomba nós fomos a respeito daquele evento. Então, a Polícia Militar, o Centro de Inteligência da Polícia Militar, através do canal técnico de inteligência, passou muitas informações a respeito daquele 7 de setembro. A gente tinha um público estimado dentro daquele evento, e era um evento que nós tivemos um prazo grande para poder planejar, envolver todas as forças. Não foi só a PM que trabalhou. Aquele evento de 7 de setembro envolveu GSI, envolveu a Polícia do Exército, envolveu o Comando Militar do Planalto, envolveu a Presidência da República, envolveu a segurança do STF, envolveu a segurança do Congresso Nacional e foi um evento planejado durante muitos meses. Mesma coisa aconteceu com o dia 1º de janeiro. Nós tivemos várias reuniões com a transição, nós tivemos várias reuniões na secretaria, tivemos várias reuniões no GSI, reuniões com a Presidência da República, e aquele evento também foi planejado durante dois meses. Nós planejamos todo aquele evento durante dois meses e nós tínhamos também muitas fontes de informação a respeito de quem viria, quem estaria, aonde estaria acampado, quem participaria do evento. Tinha informações a respeito daquele acampamento no QG do Exército, que nós tentamos várias vezes retirar e não conseguimos, e a gente tinha muita informação para o planejamento. Então, assim, tivemos prazo para escalar pessoas, tivemos prazo para planejar, tivemos prazo para tapumar, fazer cercamentos. E aí foi o que levou essas operações serem operações sem qualquer alteração. Aliás, se o senhor me permitir, todas as operações que eu comandeí nos um ano e nove meses que fiquei à frente do DOP... E aí eu posso citar para o senhor o 6 de setembro de 2021, que os caminhoneiros tentaram invadir o STF com caminhões e não conseguiram – eu estava comandando a operação; o 7 de setembro de 2021, que eles sitiaram a Esplanada dos Ministérios por uma semana, com várias tentativas de invasão ao Congresso, ao STF, à própria Presidência da República nas madrugadas – e eu estava presente. Eu passei praticamente a semana, somente a minha guarnição, indo na minha casa, pegando farda limpa e eu tomava banho no próprio 6º Batalhão, botava a farda novamente e continuava no combate, juntamente com o Coronel Fábio Augusto, que era o Chefe da Subsecretaria de Operações Integradas na época. E nós impedimos várias tentativas de invasões naquelas madrugadas daquela semana, daquele 7 de setembro, até que no dia, se eu não me engano, dia 11, o governador determinou que nós desocupássemos a Esplanada, e a Esplanada foi totalmente desocupada. Além disso, à frente do DOP, comandeí todas as operações do Distrito Federal na busca do Lázaro. Passei quinze dias no Goiás, quinze dias com a tropa, dormindo molhado, andando junto das minhas guarnições, até que o marginal foi capturado pela Polícia Militar do Estado do Goiás. Comandeí primeiro turno de eleição sem qualquer problema, segundo turno de eleição sem qualquer problema. Acompanhei todos os movimentos daquele acampamento que se fez na frente do QG, contrário a várias interseções minhas junto ao CMP, junto ao CMD, de forma que, se a gente retirasse aquele acampamento de lá, com tentativas totalmente frustradas de retirar aquele acampamento dali... Colocamos

tropas à disposição do Exército Brasileiro por inúmeras vezes e, em todas essas operações que eu estive à frente, inclusive a posse do Presidente Lula, eu pessoalmente comandi a operação. Eu não deleguei a ninguém. Eu poderia ter delegado a qualquer um dos treze coronéis que eram subordinados a mim dentro do departamento, e, no entanto, eu não deleguei. Assumi a função, assumi o risco daquela operação, que era a operação que tinha a maior probabilidade de ter problemas, exatamente por aquele acampamento que ficava na frente do QG e muito próximo ao acampamento dos integrantes do MST, que ficaram dentro do Estádio Nacional. Mas, de toda forma, nós conseguimos fazer que fosse um sucesso a posse. É lógico que, durante o policiamento... que, durante ali o dia da posse, a gente teve que tomar medidas de contenção. Eu tive que tomar decisões durante o policiamento para evitar que acontecesse alguma coisa, que a gente perdesse o controle. Mas, num todo, o policiamento foi de uma forma, assim, que foi elogiada por todos. Não tivemos ocorrências, não tivemos as facadas que nós vimos acontecer nesse carnaval aí. Não tivemos nenhuma decorrência dessa. Aconteceu tudo normal, tudo da forma que tinha que acontecer, e eu comandi esses policiamentos. Então, sempre que eu estive à frente dos policiamentos da Polícia Militar do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal, graças a Deus, sempre tirou nota dez. Agora, infelizmente, o policiamento do dia 7 e do dia 8, eu, por questões até de saúde, fui fazer exames, meus sogros estavam em Brasília fazendo uma série de exames, eu acompanhando minha esposa nesses exames, eu fui fazer exames, meus filhos estavam visitando a minha casa, passando férias este ano comigo desde o dia 17 de dezembro, e eu não tinha parado um minuto para ficar com eles. Eu trabalhei dia 31, à noite. Minhas redes sociais são abertas, o senhor pode entrar e olhar. O senhor vai ver que tem um vídeo meu às onze e trinta da noite do dia 31 de dezembro, parabenizando os policiais militares pelos baixos índices de criminalidade que nós alcançamos durante o ano de 2022. E eu, realmente, já vinha há dois anos à frente do DOP, um departamento pesado, o mais pesado da Polícia Militar, que é responsável por toda a parte operacional da corporação, e mesmo assim eu precisava, naquele momento, sair um pouco, até para ficar um pouco com os meus filhos, porque dia 10 eu já devolveria os meninos para mãe deles. E minhas férias haviam sido prorrogadas do mês de dezembro para janeiro, exatamente por conta desse tanto de eventos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, o senhor tocou em um ponto importante. Eu preciso que o senhor diga aqui para a gente: quem impediu a retirada daquele pessoal do QG do Exército, que eu chamo de um laboratório terrorista?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sr. Deputado, nós várias vezes estivemos em reuniões no CMP, estive pessoalmente com o General Dutra. Passávamos as tardes ali, fazendo planejamento, vendo como faríamos. Uma primeira tentativa foi só para poder que se retirasse, ali, o comércio ilegal que já estava acontecendo lá dentro. A gente já tinha informações de que estava acontecendo um comércio de tendas, que a pessoa montava a tenda ali, deixava vazia e alugava para ambulante, durante o dia, vender as coisas. O aluguel de 500, 600 reais. Nós já tínhamos denúncia a respeito da máfia do pix, que eram...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como é que é essa máfia do pix?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – A máfia do pix eram várias lideranças, dentro lá do acampamento, que se diziam lideranças, e ficavam...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tem nome dessas lideranças?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor. Não tenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso interessa muito a esta CPI.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não. Não tenho. Mas eles ficavam no acampamento – né? – e iam, o tempo inteiro, pedindo para as pessoas que estavam ali que fizessem pix, exatamente com a intenção de manter o acampamento. Inclusive, em uma das reuniões que eu tive na Secretaria de Segurança, inclusive com a Coronel Cintia, uns quinze dias antes, se eu não estou enganado, antes da posse, eles fizeram um movimento na Esplanada dos Ministérios, com carro de som, com trio elétrico. E nós fizemos como nós fazíamos com todos eventos. A gente sempre fez uma reunião com os organizadores do evento e, posteriormente, nós fazíamos uma reunião das IOAs, dos órgãos de operações

integradas, tanto CAESB, CEB, ENEL, PM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, para que a gente construísse junto o PAI. Isso é uma coisa importante destacar, que o PAI era construído em conjunto. Não existia esse negócio da Cintia fazer o PAI. Nós nos reunimos, as forças todas na mesa, e todas as forças falavam das suas atribuições, e o PAI era construído por todos que assinavam o PAI na reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tem a relação dessas pessoas que participaram dessa reunião para organizar esse movimento na Esplanada? Quem são os organizadores?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Esse movimento, Deputado, ele foi uns quinze dias antes da...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Que gera um treinamento para o dia 8.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Foi uns quinze dias antes. Só que foi um policiamento que a gente montou. Muito poucas pessoas compareceram naquele... naquele final de semana.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor tem a relação das pessoas que organizaram esse movimento quinze dias antes?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Com certeza a Secretaria de Segurança tem, porque, em todas as reuniões, é registrada ata e é passada lista de presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sr. Relator, requisito da Secretaria de Segurança do Distrito Federal o nome dessas pessoas que participaram dessa reunião.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Inclusive, Sr. Deputado, só completando, já que ia entrar na questão do pix, uma das grandes discussões que se tinha nessa reunião era um grupo querendo descer para a Esplanada e um grupo querendo permanecer na frente do acampamento. Eles não entravam em acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na frente do quartel?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Na frente do quartel. E a discussão dos que queriam descer contra os que queriam ficar na frente do quartel era exatamente essa questão do pix. Chegaram a se acusar, no meio da reunião lá, que a pessoa queria ficar no acampamento porque que ela queria ficar fazendo pedido de pix.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Polícia Militar manteve policiais, o chamado popularmente P2, dentro daquele acampamento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim. Inclusive a minha...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tem relatórios?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tem relatórios de inteligência. O próprio DOP tem relatório de inteligência a respeito daquilo lá. O centro de inteligência tem relatórios de inteligência daquilo lá. E todos esses relatórios, eles foram apresentados em reuniões. Inclusive, o próprio Exército tinha agente de inteligência dentro do próprio acampamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Naime, a participação de V.Exa., até agora, está sendo esclarecedora. Nós estamos descobrindo uma série de coisas que não eram públicas ainda. O senhor está indo numa boa linha, no sentido de que o objetivo desta CPI é chegar à verdade. Nós queremos saber quem financiou, para que financiou aquele acampamento, enfim, os atos que aconteceram.

Mas voltando aqui, o ex-Subsecretário Executivo Fernando Oliveira, em depoimento a esta CPI, disse que a PMDF falhou. Ele ainda disse que não houve planejamento – ele falou isso sentado na cadeira em que V.Exa. está sentado neste momento – operacional por parte da PMDF e que nem mesmo a ordem de serviço foi confeccionada.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? O planejamento operacional deveria ser feito pelo departamento que o senhor comandava. Por que não foi realizado, coronel?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, nós precisamos esclarecer

algumas falas que foram ditas aqui por pessoas que são leigas ao Governo do Distrito Federal e não conhecem os decretos do Distrito Federal, né?

O primeiro ponto a esclarecer é que eu não participei desse planejamento porque eu estava de licença. Eu estava fora de situação, apesar de não ter saído de Brasília. Apesar de não ter sido acionado por ninguém. Não ter sido comunicado desse evento, né? Eu não participei de nada dessa reunião, mas, diferentemente de outros chefes, a minha equipe permaneceu toda. A equipe que vinha planejando comigo, que vinha fazendo os planejamentos do Departamento de Operações, permaneceram todos trabalhando normalmente. O único que se afastou fui eu.

Eu não troquei a minha equipe, não exonerei ninguém da minha equipe que trabalhava comigo no DOP, nem que trabalhava comigo no DOP, tampouco os meus comandantes regionais, com os quais eu tinha uma excelente relação, sem exceção, com todos os meus comandantes regionais.

Agora, o que nós precisamos esclarecer, Deputado, é que o que fizeram? Eu queria ter trazido hoje, mas, infelizmente, ficou, né? Eu não consegui trazer...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor pode encaminhar depois.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É... O decreto que trata sobre a organização básica da Polícia Militar. Né? Infelizmente, nos últimos dias, eu tenho visto uma personificação do Departamento de Operações. Eu não sou o DOP. Eu era o chefe do DOP. E, como chefe do DOP, eu tinha atribuições...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor toma café, coronel?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não toma café?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tomo, mas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, vou servir um cafezinho para o senhor.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sem açúcar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pode oferecer para ele...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sem açúcar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sem açúcar...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sem açúcar, porque a educação física está fraca.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Farei uma pausa por dois minutos, enquanto o coronel toma o café.

(Pausa.)

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Bom, Sr. Deputado, como eu havia falado, o que que fizeram – os relatórios que eu tive acesso? Para mim, parecia que havia uma conclusão pronta e que se procurava premissas para se chegar à conclusão que estava pronta. Por quê? Pegaram o decreto que cria o DOP e, simplesmente, pegaram o preâmbulo desse decreto e colocaram o preâmbulo desse decreto como se fosse atribuições do chefe do DOP. O DOP – para os que não conhecem – é o maior departamento da Polícia Militar. Eu tinha subordinados, dentro do departamento, eu tinha treze coronéis subordinados a mim. O DOP, ele se divide numa subchefia de operações. Essa subchefia de operações chefiada por um coronel *full*, ela é responsável pelo planejamento operacional de grandes eventos.

Então, o que são grandes eventos? O senhor vai me perguntar: "Mas, coronel, o que são grandes eventos?" Grandes eventos são todos aqueles eventos que, pelas informações de inteligência, a unidade da área, ou o comando regional da área, não têm capacidade operacional para bancar sozinho. Então, isso é um grande evento. O senhor quer um exemplo? ENEM. ENEM é uma operação que ela fecha o Distrito Federal como um todo. E aí o

que que acontece? Por exemplo, Ceilândia é uma grande cidade, cidade que eu tive a honra de comandar. Então, tem várias escolas tendo prova, tem vários locais de prova, tem distribuição de prova. Então, só as unidades de Ceilândia, com efetivos, sem que se prejudique... E nós não podemos esquecer que é uma coisa que as pessoas se esquecem, inclusive fui questionado – né? – a respeito disto. A Polícia Militar tinha 6.500 homens. Por que que não estavam os 6.500 homens na Esplanada? Sim. Quem cuida de Samambaia? Quem cuida de Ceilândia? Quem cuida de Vicente Pires? Quem cuida da Asa Sul, da Asa Norte? Não tem como eu pegar os 6.500 e colocar na Esplanada. Nós temos que lembrar que a PM coloca 1.935 homens em serviço por turno. Então, são 1.935 na folga, 1.935 trabalhando e 1.935 esperando para entrar de serviço. E eu não posso deixar o resto da cidade desamparada. Então, a gente... É que nem eu falava em muita reunião: é máquina de fazer polícia. A gente tem que ter uma ciência para isso. Então, a gente depende muito da questão de informação. Se não tiver informação de inteligência, a Polícia Militar fica com o planejamento totalmente prejudicado. E aí o que é o grande evento? O grande evento é exatamente isso, é aquele evento, por exemplo: Esplanada, dia 7 de setembro, 1 milhão de pessoas na Esplanada. O 1º CPR, com cinco unidades, tem condição de atender? Não tem. Ele não tem efetivo – sem prejudicar o policiamento, que ele tem que continuar fazendo – de atender isso. E isso vai para o DOP. E aí o DOP envolve todo o comando do DOP. Aí nós envolvemos todos os CPRs, envolvemos as especializadas. Pegamos o pessoal do batalhão escolar que, naquele dia, um domingo, não tem aula, colocamos na Esplanada. E aí o que que acontece? Às vezes, o próprio DOP também não tem efetivo suficiente. E aí eu preciso usar a escola, eu preciso usar o policial que está trabalhando na diretoria de pessoal, eu preciso usar o policial que está trabalhando na saúde, preciso usar os que estão trabalhando no administrativo, mas são combatentes. E aí isso sai, inclusive, do DOP. Isso, eu não tenho... O chefe do DOP não tem autonomia sobre os outros departamentos. E aí, essa ordem de operação é feita pelo subcomandante-geral, não é mais feito pelo Departamento de Operações. O Departamento de Operações se limita ao seu contingente, às pessoas que estão subordinadas. E, além disso, se não for uma grande operação, se a inteligência disser para o DOP: "Olha..." Igual foi dito na reunião, sexta-feira, que foi um dos poucos documentos que eu li, ata de reunião de sexta-feira, 10h da manhã, na Secretaria de Segurança Pública, pelo próprio senhor que sentou aqui... Dia 6, né? Dia 6 de dezembro, dia 6 de janeiro...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem o senhor está falando é o Fernando.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Delegado da Polícia Federal.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Ele mesmo declarou, está escrito na ata, assinada por ele, que a manifestação daquele final de semana era com ânimos tranquilos e de baixa adesão. Essa foi a informação que chegou na Polícia Militar. Eu tive o cuidado de, na segunda-feira, quando eu entreguei o último preso na Academia Nacional de Polícia, ligar para o Coronel Reginaldo, Chefe da Inteligência da PM, porque saiu uma notícia que a ABIN havia mandado uma informação, para não sei quantas agências, a respeito daqueles atos do dia 7 e dia 8. Eu liguei para o Reginaldo e perguntei: "Reginaldo..." Ele falou: "Naime, a PM não recebeu nada. Nós não recebemos nenhuma informação." Preciso fazer um parêntese, Deputado, porque eu tenho acompanhado algumas oitivas aqui, e a pessoa não consegue diferenciar o que é informação de informe. Informação é uma coisa prévia, é algo que acontece através de análise de dados, que o senhor tem os dados abertos, que o senhor busca através de documentos, que o senhor busca através da internet, o senhor vai em redes sociais que o senhor tem conhecimento; e o senhor tem os dados negados, que é onde a gente usa o agente de operações, que o senhor falou, o vulgo P2, né? Então, esse vulgo P2, ele vai buscar o dado negado para formar um relatório de inteligência. Esse relatório de inteligência, ele é uma informação. Ele é prévio, ele é para que seja feito o planejamento. E, aí, a partir daí... Inclusive, esse relatório de inteligência, ele diz quais são as análises de cenário e quais são as probabilidades de cada análise de cenário. Isso é uma informação de inteligência. De acordo com a diretriz nacional de inteligência de segurança pública, o WhatsApp não é meio permitido para passar informações de inteligência. O que se passa em WhatsApp são

informações situacionais de local, de hora. E aquilo ali... planejamento já está pronto. Se as informações... Se os informes que chegam de WhatsApp estão desalinhando com o que está planejado, não se fala mais em planejamento. Se fala em medida de contenção. São medidas diferentes de planejamento. Então, pelo que eu sei até agora, o planejamento que o DOP fez, que eu li muito rapidamente, porque eu não estava no DOP, eu não participei de nada dessa situação... Não me ligaram, não me perguntaram nem se botava a farda azul ou cor de rosa. Não me ligaram. Não me perguntaram nada. E, na semana, eu ainda havia conversado com o Coronel Paulo José e havia conversado com o Coronel Klepter, e nenhum dos dois me informou que esse fato estava acontecendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Naime, eu tenho aqui um relatório de inteligência. Eu acredito que o senhor conhece esse relatório. O resumo desse relatório diz: “Circule a divulgação sobre a realização de atos em Brasília, entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023, com a vinda de caravanas de outros estados, em oposição ao atual Governo Federal. Em desdobramento, a partir do dia 9 de janeiro, estaria prevista a realização de uma greve geral. Entre as eventuais ações, estaria a invasão a órgãos públicos e bloqueios em refinarias e/ou distribuidoras de combustível.”

Tem mais: “Acampamento na área do Quartel-General do Exército. Em virtude do resultado das eleições presidenciais, manifestações ocorreram em diversas cidades brasileiras com a realização de bloqueios em rodovias, instalação de acampamentos em frente às unidades militares, além de ocorrência de ações adversas, como, por exemplo, aquela decorrida no dia 12 de dezembro de 2022. Com a posse do novo Presidente da República, houve intensa desmobilização no acampamento instalado na área do Quartel-General do Exército de Brasília. Porém, ainda há um grupo que permanece no local. No dia 5 de janeiro, às 15h30min, foram verificadas as seguintes situações: estacionamento de terra com acesso bloqueado e com quatro tendas no local, recolhimento de material pelos militares em tendas desocupadas...” E prossegue.

O senhor teve conhecimento desse relatório?

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Deputado, pela ordem. De quem que é o relatório e qual que é a data?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança.

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Está bom. Qual é a data do relatório?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O relatório, ele está aqui do dia...

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – É importante ouvir isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É do dia 6 de janeiro de 2023.

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Está bom. O coronel estava afastado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso aqui é um relatório de inteligência.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – E eu estou tomando conhecimento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tomou conhecimento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – ... Estou tomando conhecimento desse relatório do senhor agora. Eu não tomei conhecimento. Agora, Deputado, todo relatório de inteligência, ele gira por canal técnico, tá? Então, para o senhor saber quem teve ciência desse documento basta... Ele gira por canal técnico. Ele tem que sair da central de inteligência da secretaria, entrar na central de inteligência da Polícia Militar. Esse documento gira de forma física, ele não gira pelo SEI, e ele vai acompanhado de um controle das pessoas que tiveram conhecimento desse relatório. Isso, inclusive, é uma determinação da diretriz nacional de inteligência de segurança pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não tomou conhecimento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor. Estou tomando conhecimento

hoje. E, para o senhor saber quem tomou ciência, basta o senhor pedir para a agência que formulou o relatório o rol de ciências, porque inteligência, a gente sabe, não é todo mundo que conhece. O que gira a inteligência é a necessidade de conhecer. Às vezes, o cara pode ser um coronel, mas ele não tem a necessidade de conhecer, ele não conhece. E, aí, esses relatórios de inteligência, eles seguem anexado a ele uma folha com as ciências, todo mundo que teve ciência. Então, qual seria o trâmite normal desse documento? Seria sair da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança, entrar no Centro de Inteligência da Polícia Militar, que não é subordinado ao Departamento de Operações, é assessoria direta do comandante-geral. Deveria ter a ciência do comandante-geral, a ciência do subcomandante-geral e ter sido encaminhado para a agência de inteligência do Departamento de Operações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – E, a partir dali, à ciência do departamento e à ciência do chefe do departamento. Se não houver isso, Deputado, foi porque essas pessoas não tiveram conhecimento desse documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos requerer, saber quem tomou conhecimento desse documento.

Coronel, o senhor saberia informar o efetivo utilizado no dia da posse presidencial e o efetivo utilizado preliminarmente no dia 8 de janeiro de 2023?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, eu sei o da posse, porque fui eu que comandeí. Foi 2.193 policiais militares, que nós aplicamos não só na área da posse, mas nas adjacências: em segurança no Setor Hoteleiro Sul, Setor Hoteleiro Norte, estação Rodoviária, estações de metrô, estações de metrô nas cidades-satélites, juntamente também com a segurança do Presidente no Meliá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. O ex-Secretário Fernando Oliveira, em depoimento, disse ainda que a Coronel Cintia teria dito a ele que o efetivo empregado pela Polícia Militar do Distrito Federal seria de seiscentos policiais. Porém, documento encaminhado pela PMDF a esta Casa de leis – nós estamos com o documento aqui, Coronel Naime – diz que o efetivo seria de cerca de duzentos alunos do curso de formação de policiais e que o restante da tropa ficaria de sobreaviso.

Eu pergunto ao senhor de quem foi a ordem para escalar esse número reduzido de policiais e, acima de tudo, para escalar alunos do curso de formação sem nenhuma experiência?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado, para mim, é complexo fazer avaliação a respeito disso, porque eu não participei desse planejamento. Eu não... Eu não estive próximo desse planejamento. Eu não sei. Me causa estranheza, porque nós, geralmente, realmente, empregamos os alunos nesse tipo de operação. Eu mesmo empreguei os 780 alunos na noite do dia 6 de setembro de 2021 para segurar os caminhoneiros, né? E a gente sabe que o aluno, quando ele sai da escola, está com sangue no olho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor, com tanta experiência que o senhor tem de ações exitosas, o senhor acha normal escalar duzentos alunos, quando todo mundo, todos nós tomamos conhecimento de que o que circulava nas redes sociais era: "Tomada do poder, vamos tomar o poder no Brasil". Duzentos policiais, duzentos alunos davam conta de conter essa turma?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, me causa estranheza ter usado somente os alunos. Realmente, eu acho que precisa haver uma revisão nessas escalas e ver se, realmente, isso aconteceu, porque isso aí foge... eh... completamente do que é o nosso padrão. Usar os alunos é normal, mas sempre acompanhados de um policial com mais experiência, comandados por um sargento, comandados por um subtenente, com um tenente à frente, um capitão, um major, né? Porque a polícia se divide, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas botar só os alunos, isso nunca aconteceu?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Somente os alunos, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não. E outra coisa que me causa estranheza é essa... essa história de sobreaviso, né? Porque, normalmente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, explique para a gente aqui: tinha lá duzentos alunos. Como é essa história de sobreaviso? Ficam onde os que estão de sobreaviso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Pois é, porque o que nós... nós fazemos, num padrão normal e que foi sempre o que eu recebi de ordem do Coronel Fábio Augusto, é botar a tropa de prontidão. A tropa de prontidão fica no quartel, já equipada, com os ônibus em condição de deslocar essas tropas e, em caso de necessidade, nós vamos deslocando, primeiro, as tropas das áreas mais próximas da Esplanada, né? A gente traz 4º Batalhão, a gente traz os batalhões ali do 2º CPR, 3º CPR, e já determina às tropas mais distantes já para começar deslocamento, e, normalmente... Inclusive, na reunião em que eu participei com o Coronel Fábio Augusto para posse – né? –, uma das reclamações do Coronel Fábio Augusto foi não conseguir colocar toda a tropa na academia por conta de falta de banheiro, por conta de falta de instalações em que os policiais conseguissem ficar um grande contingente ali numa... numa condição minimamente salubre, né? E a gente teve que aproximá-los de áreas mais próximas. Mas sobreaviso? Sobreaviso, o policial fica em casa. Fica em casa, esperando o telefone, só atento ao telefone, e aí você tem todo o tempo – né? – do policial se arrumar em casa, pegar um transporte, chegar no quartel, se apresentar, tirar falta, embarcar no ônibus e seguir. Então, assim...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu acho que aí está a explicação do porquê quebraram tudo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O tempo é bem distante, né? E, realmente, assim... É... isso... isso não é uma ordem normal do Coronel Fábio Augusto. O Coronel Fábio Augusto sempre exigiu... é... a tropa em prontidão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Pelo menos, para mim, as ordens dele sempre foram manter a tropa em prontidão nos quartéis.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, ainda citando o depoimento do ex-Subsecretário Fernando Oliveira a esta CPI, que disse que a PMDF, no dia da aprovação do PAI – Planejamento de Ações Estratégicas, teria afirmado “Não vamos economizar efetivo”, eu pergunto para o senhor: se não ia economizar efetivo, então, por que houve o contingenciamento do efetivo pelo Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado. Eu... eu realmente... assim, essa questão de efetivo ela é muito relativa, né? Falar que não vai economizar efetivo, o senhor tem que ter um referencial, porque depende qual é o referencial que o DOP recebeu e quais foram as ordens que foram emanadas pelo DOP. Eu não sei nem se esse planejamento foi feito pela sede DOP ou se ela foi passada pelo 1º CPR, pelas informações que tinham da reunião, porque o que eu sei é que a única informação que a PM tinha era a da reunião de 10h da manhã de sexta-feira, que era uma... uma manifestação – isso dito pelo Delegado Fernando –, era uma manifestação de baixa adesão e de baixa agressividade. E foi com base nisso que a Polícia Militar fez. O 1º CPR, Deputado, ele tem uma *expertise* que os outros CPRs não têm em manifestação. O 1º CPR faz manifestação todos os dias, né? Eu fui questionado: “Não, mas o que que determina? É a quantidade?” Não. O 1º CPR já fez manifestações – só o 1º CPR – com 3 mil índios na Esplanada. E o máximo que ele me pediu de apoio foi cavalaria e policiamento de choque. E transcorreu. Já fez manifestações com seiscentos, setecentos, oitocentos estudantes na Esplanada. Já fez manifestação da Marcha das Margaridas. Já fez manifestações de enfermeiro, policiais, e o 1º CPR faz normalmente. E aí não economizar efetivo vai depender da informação. Não economizar efetivo numa posse presidencial conturbada como foi a do nosso Presidente Lula é 3 mil policiais. Não economizar efetivo numa manifestação de baixa adesão, com poucas coisas, aí vai depender do tomador de

decisão, quais foram as informações que chegaram – que infelizmente eu não participei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas é que aquele pessoal vinha para tomar o poder. É completamente diferente. Coronel, consta da documentação enviada pela Polícia Militar que o senhor estava de dispensa recompensada entre os dias 3 e 8 de janeiro. Eu pergunto ao senhor: como funciona essa dispensa? Quem autorizou o senhor a retirar essa licença? E por que o senhor se afastar do posto justamente nessa data?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Bom, Deputado, primeiro, assim... Essa manifestação do dia 8 não... Desculpa... Ela não estava no cronograma, né? Eu comecei a trabalhar no dia 31, passei em todos os eventos que estavam acontecendo no Distrito Federal naquele dia, né? Visitei a Esplanada, conversei com os policiais que estavam de serviço, né? E fui para minha casa já era mais de meia-noite, né? Como eu disse para o senhor anteriormente, meus filhos estavam todos lá em casa, esse ano passando o Natal e o Ano Novo comigo. Natal, eu já não passei muito com eles lá por conta do acampamento dando problema, eu tive que sair de casa na noite de Natal. No dia 31 fiz de novo uma ronda em todos os pontos, falei com os policiais que estavam de serviço. Se o senhor entrar na minha rede social, o senhor vai ver que tem um vídeo meu agradecendo aos policiais por volta de 10 horas da noite, eu na viatura agradecendo aos policiais pelo ano, pela redução de criminalidade, né? E aí eu fui para casa, passei rapidamente com minha esposa, com os meus filhos o Ano Novo – foi na casa de um amigo nosso – e já retornei para casa, isso por volta das 3 da manhã. De imediato, tomei banho, já botei minha farda e já fui pra posse, né? Comecei a trabalhar efetivamente na posse já por volta de umas 4 e meia da manhã, eu já estava na posse. Revi todo o planejamento, todo o gradeamento que estava sendo feito lá na posse, né? A partir daí fui para a posse do governador, fui verificar como estava o policiamento, que o policiamento da posse do governador ficou à incumbência do 1º CPR, e o DOP ficou com a incumbência do planejamento, do policiamento da posse presidencial, né? E aí eu já comecei as ações da posse. E eu fui parar de trabalhar na segunda-feira, às 11 horas da manhã, dia 2 de janeiro, quando eu atendi a Rede Globo e atendi o SBT na sequência. Estava tendo um evento no MRE e, como a Esplanada ainda não tinha sido totalmente limpa, eu fiquei ali ajudando o pessoal do SLU, caminhão, ajeitando o trânsito, e estava tendo um evento no MRE, que inclusive essa interdição tinha um tapume, que foi onde o Presidente trocou os carros, que estavam invadindo ainda a via. Fiquei ali cuidando para desobstruir o mais rápido possível a via.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, senhor.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu já vou chegar aonde o senhor me perguntou, porque eu preciso explicar isso para o senhor. Então eu estou falando isso para o senhor por quê? Porque a minha rotina no DOP sempre foi essa: dois anos, dois anos sem férias, sem abono, sem sábado, sem domingo, sem feriado, sem dia santo. Eu não tinha a oportunidade de quase estar com a minha família, me dediquei, eu tinha um acordo com a minha mulher, falei com ela: “Vou ficar mais um pouco no DOP, depois eu saio pra gente seguir”. Era uma coisa de carreira, né? Assim... Eu estava muito cansado. Eu já vinha, eu já vinha de Lázaro, eu já vinha de quinze dias no Goiás, eu já vinha de sete dias na... Eu passei nove finais de semanas seguidos na Esplanada. Nove. Sem folgar: sexta, sábado e domingo. E aí o que que aconteceu? Eu, na segunda-feira – eu já tinha conversado com o Coronel Klepter na semana anterior –, falei para ele: “Olha, minha última missão é a posse. Eu vou ficar. Minhas férias eram para dezembro. Já transferi minhas férias para janeiro, eu vou fazer a posse para que a gente não tenha problema na posse.” Depois da posse, era entressafra. Congresso fechado, Câmara Legislativa fechada, Justiça fechada, tudo fechado, não tinha nada programado. Era o período que nós comandantes...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, mas os malucos programaram a tomada do poder.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Mas depois que eu já estava de folga. Porque, quando o dia que eu pedi a folga... E mesmo assim, né? Depois, as escalas da Polícia Militar, após trabalhar 24 horas contínuas, eu tinha direito a 72 horas de folga.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor não achou estranho

eles nas redes sociais, dizendo “Nós vamos tomar o poder, invadir o Palácio do Planalto”?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tive acesso a isso, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não tomou conhecimento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não tomei conhecimento, não tive acesso a isso, né? Inclusive o meu celular está com a Polícia Federal. E pode ser comprovado lá que eu não tive acesso a nada disso, né? Inclusive esses próprios grupos aí que falaram que existia um tal de... É o quê? Perímetro e Difusão. Em dois anos de DOP, eu nunca participei de nenhum desses dois grupos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não estava naquele grupo?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nenhum dos dois.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi apresentado aqui dizendo que era um grupo de quem tomava decisão na polícia.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não estava em nenhum dos dois grupos. Nunca estive em nenhum dos dois grupos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor era o responsável por praticamente todo o efetivo da Polícia Militar. E tinha como subordinados diretos vários comandantes. Entre eles, os comandantes dos seis comandos de policiamento regionais. O comandante do Comando de Policiamento de Missões Especiais, o comandante do Comando de Policiamento de Trânsito. Indago: além do senhor, havia mais algum desses comandantes de férias ou outro tipo de dispensa no dia 8 de janeiro de 2023?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, as férias, elas não são controladas pelo DOP. As férias são controladas pelo Departamento de Gestão de Pessoal. As férias da Polícia Militar, elas são programadas com um ano de antecedência. O que que aconteceu durante esse ano? Muitos desses comandantes, inclusive a própria Coronel Kelly, que era Comandante do 6º Batalhão, nós tivemos que prorrogar férias para poder estar nesses eventos de final de ano. Acampamento, primeiro turno, segundo turno, o governo de transição, posse, diplomação. Então, todo mundo reprogramou férias para janeiro. Exatamente pelo que eu falei para o senhor, porque, para nós, o que nós tínhamos de informação, estava acontecendo o arrefecimento do acampamento, ia entrar o novo governo. Aquele pessoal do acampamento, eles viviam num mundo paralelo, né? Eu estive algumas vezes no acampamento, conversei com algumas pessoas, escutei assim relatos que eu falei assim, cara, não é possível que essa pessoa está me falando isso. Eu... Teve um que me abordou um dia lá que ele falou para mim que ele era um extraterrestre, que ele estava ali infiltrado e que, assim que o Exército tomasse, os extraterrestres iam ajudar o Exército a tomar o poder. Então, assim, eles estavam... Eles consumiam só a informação deles, era só o que era falado no carro, eles estavam numa bolha. Então, o que que a gente acreditava? Ele... Quando realmente teve aquele discurso do Mourão, né? No dia 31, General Mourão fez aquele discurso, né? Vários foram embora, né? Teve uma tentativa de invasão à quadra residencial dos generais, brigaram com os generais, chamaram os generais de traidores, disseram que ficaram traído, que ficaram ali, com a saída do Presidente Bolsonaro do Brasil, né? E aí eles, eles... Dali para frente, foi arrefecendo. Que que a gente acreditava? Cara, na hora que realmente acontecer a posse, que virem que realmente, cara, é a realidade, vamos respeitar as urnas, e está aí, o Exército ia... Normalmente uma transição de governo ia trocar de comandante, né? E aquilo lá ia acabar. A gente acreditava que ia arrefecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O senhor é um policial experiente. Certamente, com mais de vinte anos de serviço prestado.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Só fazendo um adendo aqui, para que não haja má interpretação: todas as vezes que eu estive naquele acampamento, eu estive devidamente fardado, em viatura caracterizada, de serviço. Nunca estive lá...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É bom o senhor deixar isso claro para não parecer que o senhor estava lá se manifestando também.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nunca estive lá à paisana. Nunca estive lá me manifestando. Inclusive, fazer até um outro adendo para o senhor: teve uma certa ocasião, quando o Presidente Bolsonaro começou a fazer aquelas aparições dele lá no Palácio da Alvorada, né? E ali tem uma área reservada, que é uma área de segurança, quando ela está fechada ao público. Mas ali é uma área de servidão do Governo do Distrito Federal. E quando aquilo é aberto ao público, ela passa, está sujeita à fiscalização do Distrito Federal, tanto do Detran, da PM, da Polícia Civil. E aí, em certa feita dessa, o GSI fechou, né? Fechou... Abriu para o público, né? E foi bem próximo da posse. Eu tinha várias delegações de outros países hospedadas, inclusive, no Blue Tree, né? Recebemos várias reclamações no 190. E aí eu estava numa reunião. Eu saí da reunião e fui lá para poder ver o que que estava acontecendo. Se eu precisava botar policiamento, se tinha algum risco. E aí eu fui acessar a área onde toda a população estava acessando. Eu, devidamente fardado, com viatura caracterizada, com um patrulheiro do meu lado, que pode ser testemunha do que eu estou falando, né? Como é que é o nome do capitão?

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Capitão Roma.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Isso. Quando eu fui abordado por um soldado do Exército, que botou a mão no meu peito, me proibiu de entrar. Chamou uma guarnição do GSI. Vieram mais ou menos uns quinze do GSI, a comando do Capitão Roma. E aí a população já veio correndo atrás deles. E aí ele começou... começou um sargento lá a falar comigo de uma forma totalmente fora do conceito militar, apontando dedo na minha cara, me mandando sair. E aí a população já começou a me xingar, a população já começou a me chamar de vários nomes lá. E aí, eu fui colocado para fora da área sob gestão do GDF pela equipe do Coronel Roma do GSI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Naime, isso é mais uma prova de que tinha que ter tido um cuidado maior com aqueles extraterrestres, não é?

O senhor é um policial experiente. Certamente, com mais de vinte anos de serviço prestado. Deve ter participado de centenas ou até mais operações em manifestações. Eu indago do senhor: qual seria o papel das tropas especializadas naquele dia? Batalhão de policiamento de choque, regimento de policiamento montado, entre outros batalhões especializados, que estavam subordinados, à época, ao seu comando. A intervenção para impedir a invasão aos prédios dos três Poderes da República não deveria ter no local um cordão de isolamento? E não aqueles vinte policiais estudantes?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado, assim... O que a gente vê nas imagens é que o choque estava no local, né? Eu, infelizmente, não estava no teatro de operações, eu não sei quais foram as ordens que foram dadas para o choque naquele momento. Eu não sei como é que foi organizada a atuação da tropa de choque e das tropas especializadas naquele momento, né? Mas o que a gente consegue perceber também é que a gente precisa diferenciar responsabilidades, né? A responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal, ela se limita às vias do Distrito Federal. A Polícia Militar do Distrito Federal, ela não tem qualquer jurisdição dentro de qualquer prédio federal. Inclusive, relembro ao senhor, né? Eu, comandando tropa de choque durante as manifestações do passe-livre, durante a Copa das Confederações Brasil e Japão, houve uma tentativa de invasão do Congresso Nacional, né? E, rapidamente, o efetivo do Congresso se posicionou, e o então Presidente do Congresso, Renan Calheiros, proibiu a entrada da tropa de choque dentro do Congresso Nacional, dizendo que a jurisdição ali dentro é das forças da Polícia Legislativa. A mesma coisa acontece com a Presidência da República e a mesma coisa acontece com o STF: todos têm segurança própria. Então, assim, a Polícia Militar estava na via. Tudo bem, houve uma falha? Houve uma falha. A gente vê nas imagens, realmente. Eu não consigo dizer pro senhor qual foi a falha. Eu acho que é só quem estava no teatro de operações que pode dizer para o senhor o que que faltou ali. Mas a facilidade com que os manifestantes entraram dentro dos prédios foi impressionante. Em trinta anos de polícia, eu nunca vi aquela facilidade acontecer, né? O próprio batalhão de guarda presidencial não estava na sua totalidade dentro da Presidência, pelas informações que eu recebi, né? E nós temos imagens, nós temos imagens do comandante do choque tentando efetuar prisões, né? E o que nós chamamos, no jargão militar, de chave-de-estrela, ele levando uma chave-de-estrela de um coronel do

exército que queria liberar todo mundo, né? Então, assim, a Polícia Militar tem a sua parcela de responsabilidade no fato? Tem. Mas, minimamente, se tivesse tido uma resistência mínima nos prédios federais, se tivesse tido uma resistência mínima do batalhão de guarda presidencial, se tivesse tido uma resistência mínima, né? Se todo mundo sabia, se todo mundo estava ciente, por que que só tinha dezesseis policiais dentro do Congresso Nacional, de quinhentos? Por que que, dentro do STF, se não fosse o COT chegar, teria sido mil vezes pior? Quem chegou e salvou o STF, junto da PM, foi o COT. Não foram os policiais do STF. Então, assim, se todo mundo sabia, por que que não estava guarnecido? Vou mais longe. Vou mais longe. Autorização pra atuar no DF, é verdade. Realmente precisa de autorização do Governador do Distrito Federal pra que a Força Nacional atue no território do Distrito Federal. Mas Congresso Nacional, Presidência da República e STF não é território do Distrito Federal. São prédios federais que têm a sua autonomia administrativa e têm a sua polícia própria. Então, por que que não se guarneceu com a Força Nacional, logo, esses prédios? Porque se, minimamente, tivesse havido uma resistência de entrada nos prédios, daria tempo para a polícia se organizar, para a polícia remanejar suas tropas, como a gente já fez n vezes. N vezes que eu estive no Congresso Nacional, houve tentativa de invasão do plenário do Congresso. A polícia do Congresso se posicionou, se colocou lá, segurou, conteve, enquanto o choque se reorganizou e, mesmo sem entrar no Congresso, limpou a área e retirou sem ter aquela quantidade de danos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi encontrada em fonte aberta de redes sociais uma foto no perfil do senhor, no Instagram, na qual estão o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o ex-Ministro Jorge Oliveira e outras pessoas, entre elas vários oficiais da PM com a seguinte legenda: "Hoje foi dia de reunir o sindicato, o nosso irmão, Ministro Jorge Oliveira e o nosso Presidente Bolsonaro. Não pude estar presente, mas feliz em fazer parte dessa turma."

Indago: o que é sindicato, Coronel Naime?

SR. CORONEL JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sindicato é um apelido que a nossa turma recebeu desde a academia. Era a turma... Foi das turmas mais antigas. Por quê? Porque a nossa turma foi a primeira turma da Polícia Militar que admitiu que nós somos 50% ex-civis, que viemos da vida civil, e 50% de ex-praças, que já eram policiais militares. E esses policiais militares que agregaram a nossa turma já eram policiais militares experientes. Tinha 2º sargento, tinha 1º sargento. Àquela época, o cara, para sair cabo, demorava dez anos. Então... Dezoito anos para sair cabo. Então, já tinha cabo. Eram caras que já tinham mais vivência da vida policial militar do que nós – eu, que vinha de colégio militar, e vários outros que vinham da vida civil. E esses policiais mais antigos, eles já vinham da vida na caserna, já conheciam a Polícia Militar, já conheciam vários oficiais, e, assim, eles facilitavam a nossa vida naquele primeiro ano, que não é um ano muito fácil. Foi um ano de internato. É um ano de adaptação. É um ano de muita faxina. É um ano de muita guarda. E aí, por conta desses policiais mais antigos, que agregaram à nossa turma, aí a gente começou a andar muito junto, começou a pegar essa malícia que eles já tinham do dia a dia policial, e aí a turma acabou pegando esse apelido de sindicato.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por acaso, esse termo "sindicato" faz referência à 4ª Turma de Oficiais da PM, da qual o senhor e o ex-ministro Jorge Oliveira são egressos? Além do senhor, quais oficiais da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal, empossada em abril de 2021, são egressos da 4ª Turma de Oficiais da PM, ou seja, do sindicato?

SR. CORONEL JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, acho que todos. Todos nós somos. Aí é assim: o Ministro Jorge Oliveira, ele não é...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Então, o sindicato comandou a polícia?

SR. CORONEL JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – E comandou muito bem, digo para o senhor. O Coronel Vasconcelos fez um excelente comando. O Coronel Fábio Augusto fez um excelente comando. Nós tivemos essa infelicidade do dia 8, que eu acho que um trabalho de dois anos não pode ser...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acha que, nesse caso, o sindicato falhou?

SR. CORONEL JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu acho que, nesse caso, sim. Não tinha só oficiais do sindicato. Tinha vários outros oficiais. Inclusive o Comandante do 1º CPR não é da 4ª Turma. Outros oficiais de alto comando... O corregedor adjunto não é da 4ª Turma. Nós tínhamos outros oficiais de outras turmas trabalhando naquele dia. E o que eu acho é assim: de tudo, a turma fez, está fazendo um bom comando, inclusive agora, com o Coronel Klepter e com toda essa crise. Eu não tiro o mérito do comando da turma por um episódio infeliz e triste para a história do Brasil, mas que não pode também retratar tudo o que a polícia fez. Nós pegamos uma polícia com a crise de saúde sem fim. Hoje sobram guias na Polícia Militar para o policial militar ser atendido. O policial militar não conseguia fazer um curso. Hoje, todos nós, policiais, estão com curso, estão com CAP, serviço voluntário, tirando mais serviços voluntários do que tirava. Tudo isso por conta da gestão da 4ª Turma. E o Ministro Jorge Oliveira, se o senhor me permite, ele não é meu amigo da época de academia. Nós somos amigos desde o Colégio Militar e nós realmente somos amigos. E eu fico feliz de ver um amigo de turma, um major que saiu nosso chegar a Ministro do TCU. E eu acho que todas as pessoas que conhecem o Ministro Jorge Oliveira sabem da lisura, sabem da responsabilidade, sabem do caráter e da índole que ele tem. Ele trabalhou muitos anos no Congresso Nacional. E tanto que ele circula com todo mundo e tem respeito de todo mundo, exatamente pelo caráter e pela integridade do Ministro João de Oliveira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor já disse aqui qual é a sua relação com o Ministro Jorge Oliveira. Consta, em notícia jornalística do *site The Intercept*, que o senhor esteve em duas reuniões não registradas em pauta com o ex-Ministro Jorge Oliveira no TCU. Indago: do que os senhores trataram lá nesse dia?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tratamos nada, Deputado. Eu estava numa reunião no Congresso, mais uma visita à Esplanada, porque eu praticamente morava na Esplanada dos Ministérios. Deve ter sido algum dia que teve alguma manifestação. Eu peguei o telefone e perguntei: “Gim, você está aí no TCU?” “Estou.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como é que o senhor o chama?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Gim, Jorge Oliveira. Perguntei: “Jorge, você está aí no TCU?” Ele: “Estou.” “Tem dois minutos?” Ele falou: “Tenho.” Passei lá, dei um abraço nele, cumprimentei – um amigo de muitos anos – e fui embora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu pergunto ao senhor: o senhor já esteve com o ex-Presidente Jair Bolsonaro de forma pública ou em reunião reservada? Se sim, qual foi a última vez que o senhor manteve contato com ele?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Última vez que eu vi o Presidente Jair Messias Bolsonaro foi no dia 7 de setembro de 2021, que ele foi subir num carro de som para fazer... para poder falar, e o público estava forçando muito a grade – uma grade que inclusive a PMDF tinha falado para o GSI não fazer, aquele curral. E aí ele me chamou no canto e me advertiu sobre aquele problema da grade, se tinha alguma coisa que eu podia fazer. E aí eu respondi a ele que eu ia tomar providências, e ele subiu no carro de som.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse foi o único contato do senhor com ele?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Com o Presidente Jair Messias Bolsonaro, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor é filiado a algum partido?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor. Sou militar, sou proibido de ser filiado a qualquer partido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas tem militares que estão filiados. Inclusive, a Marinha acaba de tomar uma decisão: vai punir quem não se desfiliar em noventa dias.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Era importante isso, porque o militar... Nós

somos uma instituição de Estado, não de governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essa posição tomada pela Marinha hoje foi muito importante.

Deputado Hermeto, nosso Relator, V.Exa. dispõe do tempo que achar necessário para as perguntas.

DEPUTADO HERMETO – Deputado Chico Vigilante, por uma hora e nove minutos, V.Exa. interpelou o Coronel Naime.

Antes de fazer minhas perguntas... Eu fiquei ouvindo, atentamente, o Coronel Naime, e algumas questões que o Coronel Naime colocou aqui, ao longo dos meus trinta anos na polícia, eu vivenciei, Deputado Chico Vigilante.

Quanto às férias, Deputado Chico Vigilante, V.Exa... Os alunos também... Eu anotei algumas coisas aqui que, antes de fazer as perguntas, eu quero esclarecer, não como Deputado que estou, mas como policial que sou.

Janeiro, Deputado Chico Vigilante, é o mês em que... Como disse o Coronel Naime, a gente passa o Natal, o Ano Novo, as festividades, os eventos, e começam – não vou dizer umas férias coletivas – umas férias programadas de um grande efetivo. Isso é notório dentro da corporação, ainda mais que nós participamos da posse do Presidente Lula, que foi um sucesso. Sucesso. Nenhum incidente, não é, Coronel Naime?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nenhum incidente.

DEPUTADO HERMETO – Então, não vou dizer que houve um relaxamento. Isso não, mas houve um acomodamento: “Tem que tirar férias. Vamos tirar férias.” Quem vai... Ninguém imaginava o dia 8, assim, no seio da corporação, com os informes e tal. Então, houve isso.

Quanto aos policiais de que V.Exa. falou que são alunos, eles já estão preparados. Eles estavam no final do curso, e, digo de passagem, preparados para tudo. O Coronel Naime falou que mescla os antigos com os alunos, sim, mas eles são preparados. Já estão ali. E aí de nós se não tivesse eles ali, naquele dia. O interventor Cappelli disse – é até uma linguagem bíblica – que eles foram levados para o matadouro. Ele disse isso, tamanha a falta de efetivo de que eles foram vítimas. Está aqui no relatório do interventor.

Eu participei – repito aqui –, ao longo dos meus trinta anos... Acho que o Coronel Naime estava entrando na Polícia Militar, em 1992, não é, coronel? Eu já estava na Polícia Militar e participei do *impeachment* do Collor. A gente ficou quinze dias sem ir em casa. Chovia; você na farda, lá na Esplanada; os caras-pintadas querendo invadir tudo, e as polícias seguraram. Como no *impeachment* do Collor, no *impeachment* da Dilma, que foi muito difícil – chegamos a dividir a Esplanada dos Ministérios, tinha um lado vermelho e um lado amarelo –, a Polícia Militar se portou de forma exemplar, como em todos os eventos de grande porte em Brasília.

Agora, o que houve dia 8, eu afirmo aqui, como policial, que nunca mais, em Brasília, vai acontecer. Foi um apagão. Nós, da CPI, estamos tentando entrar e esclarecer onde foi a falha nesse apagão. Uma coisa é certa: o efetivo foi muito pouco em relação aos manifestantes. E depois, quando passou da Esplanada dos Ministérios, não eram mais manifestantes, eram vândalos, bandidos. Por que não se conteve ali? É isso que a gente não está conseguindo encaixar, esse quebra-cabeça do dia 8, Presidente, Deputado Chico Vigilante.

Por que esse efetivo era pequeno, Coronel Naime? Por que não... Como o senhor disse, prontidão. A prontidão é clara. Você fica equipado, dentro do quartel. Você pode até cochilar, mas o cinto de guarnição tem que estar na cintura; o coturno, no pé; e, quando tocar o alarme, você já entra no ônibus. Não tem outra coisa. Prontidão é isso. Sobreaviso? Estou em casa, vendo minha Netflix. “Meu amor, olha aí! Estão ligando do quartel. Não atende agora, não.” Estou falando a verdade. “Deve ser trabalho.” Isso é ficar em casa. Eu estou mentindo, Coronel Naime?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – O cara liga. “Do DOP? O Coronel Naime. Vou atender, nada. É serviço.”

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Coronel Naime, não. Eu estava de férias.

DEPUTADO HERMETO – Não. Vamos lá, o comandante da unidade. Ainda coloca a mulher para atender. Ele não atende. Vai deixar a Netflix em um domingo? Vai deixar em casa o futebol e vai para a Esplanada? É diferente de prontidão, não é? De prontidão, você está no quartel. Estou falando aqui como policial militar que vivenciei quase trinta anos. Trabalhei na tropa! Quantos serviços eu tirei com V.Exa., Coronel Naime?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Alguns, não é?

DEPUTADO HERMETO – Eu saí... Acho que eu fui o primeiro político. O Cabo Patrício foi expulso; João de Deus também foi. Fui o primeiro Deputado oriundo da Polícia Militar que saiu da tropa para o Parlamento. Até o dia em que fui eleito. Eu até falei que ia tirar um serviço e tal, com meus colegas, que me disseram: “Hermeto, você vai ser eleito e nem vai lembrar da gente. Não vai tirar...” Eu vou tirar.

Quando fui me apresentar, depois de eleito, falei: “Não, quero voltar a trabalhar”. A gente tem aquele tempo da posse. Cheguei ao Departamento de Pessoal e falei: “Estou me apresentando aqui. Pode me colocar em uma unidade, porque quero tirar serviço até o dia 1º, quando tomo posse. É um compromisso que eu tenho com meus colegas.” Aí, fui para casa ver a escala, quando chegou a notícia, Deputado Chico Vigilante, de que eu não podia, porque eu tinha que ser agregado até tomar posse.

Eu estou contando essas histórias, gente, porque é importante, antes de fazer as perguntas ao Coronel Naime, a minha vivência. E a minha imparcialidade aqui... Eu confessei, nesta semana, que não estou nem dormindo direito. Fico preocupado com esse relatório. Muito preocupado! Em fazer justiça! Porque o que estamos vendo aqui, com os depoimentos anteriores, é que todo mundo está jogando a culpa na Polícia Militar. O secretário, que tinha que responder, disse que a culpa é da Polícia Militar. V.Exa. sabe disso. Disse que o apagão foi... O outro lá: “Polícia Militar”. Quem está no fim, quem está lá na... E o planejamento e tudo o que aconteceu?

Coronel Naime, vou fazer umas perguntas.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, Sr. Deputado.

DEPUTADO HERMETO – Não posso me furtar à primeira pergunta, que não está escrita aqui. Ouvi que existe um movimento para derrubar o comandante-geral e que V.Exa. era um dos que estavam à frente e que queria ser comandante-geral. Vou chegar à pergunta. Tenho que fazer esta pergunta, para o senhor poder se defender também. O senhor tinha entrado em contato e falou: “Quero ser comandante-geral, para substituir o Coronel Fábio Augusto”. E algumas insinuações dizem que o senhor fez corpo mole no dia 8, para que acontecesse... Só que saiu do controle. E estou dando a oportunidade de o senhor falar aqui, diante da sua esposa, dos seus colegas coronéis que estão aqui – estou vendo o Coronel Vasconcelos e vários outros –, para o senhor se defender. Existe um cabo de força dentro da corporação, para o senhor ser o comandante-geral, em substituição ao Coronel Fábio. Eu queria que o senhor discorresse com tranquilidade sobre isso, porque é uma situação que está no meio aqui. O senhor tem todo o tempo para falar.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Bom, Deputado. Primeiramente, dizer para o senhor, assim, que todo coronel de Polícia Militar que está na corporação, que honra a sua corporação, que está à frente da instituição e que trabalhou trinta anos na polícia tem o sonho de ser comandante-geral. Mas isso não significa dizer que, para assumir a função de comandante-geral, uma cadeira tão volátil como é a cadeira de comando-geral, eu vá trocar por uma amizade de trinta anos que eu sempre tive com o Coronel Fábio Augusto, Coronel Edvã, Coronel Vasconcelos, que são irmãos de turma. Como o próprio Deputado Chico Vigilante acabou de falar, é o sindicato. Eu não trairia um irmão de turma por conta de uma cadeira volátil, temporária. Porque a gente sabe é que a atividade é passageira, mas a inatividade é eterna. O senhor vai ser para sempre um veterano da Polícia Militar. Assim como eu, daqui a alguns meses, serei para sempre um veterano da Polícia Militar. E o que vai me

sobrar vão ser os almoços, os jantares, os encontros com meus irmãos do sindicato. Eu nunca trairia um irmão da minha corporação por causa disso. O Coronel Fábio vai poder dizer melhor para o senhor... (Palmas.) O Coronel Fábio, que também foi um grande injustiçado nesta história toda, vai poder falar melhor da minha fidelidade com ele. Nós dois sempre conversamos muito abertamente, sempre fomos muito amigos. O Coronel Fábio fazia parte do meu círculo menor de amizade dentro da turma. Lógico, a minha turma eram 102 oficiais. É óbvio que você tem oficiais que são mais próximos de você do que outros oficiais. Eu, o Coronel Fábio, o Coronel Edvã, o Coronel Elisnei, passamos um ano juntos, fazendo um curso na Paraíba. Moramos praticamente vizinhos uns dos outros, um ajudando o outro. Eu, na época, estava solteiro, sem família. O Coronel Edvã, o Coronel Fábio com família, com criança. Então, a gente sempre estava junto. E foi nesse período em João Pessoa que a gente firmou uma amizade de irmandade. Tanto que o Coronel Edvã, quando foi substituído do subcomando à revelia da vontade do Coronel Fábio, foi o primeiro que eu convidei para ir para o DOP comigo. E o Coronel Edvã falou que não iria exatamente porque ele também estava cansado. O período de subcomando tinha sido muito pesado, ele queria uma função mais tranquila e me pediu o CPTRAN, e eu, de imediato, dei o aval para que o Coronel Edvã assumisse o comando de policiamento de trânsito. Então, assim, Edvã, Fábio, Elisnei, Vasconcelos, Marco Alves e tantos outros da minha turma não são nem amigos, são irmãos. E assim, o Coronel Fábio já vinha, há alguns meses, nas nossas conversas, reclamando muito de interferência política dentro da corporação. Eu tinha que alongar uma história muito grande. Essa interferência política na corporação foi tão ruim, que, no mês de abril, quando o Coronel Vasconcelos saiu do comando, eu pedi para ser exonerado do DOP. Eu fiz um requerimento. Eu entrei com um documento, um ofício pedindo ao comandante-geral que eu fosse exonerado do DOP, porque eu não suportava mais as ingerências que o antigo subcomandante da polícia, juntamente com o major que ele levou para ser chefe de gabinete, fazia em toda a corporação, chegando ao cúmulo de o major, usando a função do subcomandante, acionar a viatura 190 para levar um garçom em casa. E aí, nessa época, saiu uma parte do chefe, do comandante da unidade dessa viatura. Essa parte subiu para o DOP. Como era um mero expediente, eu nem tomei conhecimento. Isso daí subiu direto para a corregedoria, e começou uma série de ataques à minha pessoa como se eu fosse o responsável de um ato de dever de ofício, que era informar à corregedoria uma irregularidade cometida por um oficial. E isso aí começou uma série de ataques à minha pessoa do próprio subcomandante-geral. Chegou ao cúmulo desse major ameaçar o corregedor adjunto, de exonerá-lo, de mandar exonerar... Um major ameaçando exonerar um coronel, né? Isso inclusive é alvo do inquérito dentro da Polícia Militar. O encarregado do inquérito foi chamado para uma conversa, se recusou a tocar o procedimento da forma que ele foi orientado, também, era o meu comandante de missões especiais, um oficial que tinha pleno conhecimento, tinha sido Comandante do Batalhão de Choque, tinha trabalhado comigo no Batalhão de Choque, do qual ele foi subcomandante, e eu fui chefe de pessoal e chefe de planejamento dele como subcomandante. Assumi o subcomando do batalhão em substituição a ele. Passei dois comandos como batalhão. É um oficial que eu conheço também desde o Colégio Militar. Eu tinha total confiança nele, e ele foi substituído. Então, de todas essas interferências, isso acabou numa denúncia do Ministério Público que, aí, o subcomandante-geral foi afastado da função. Nesse afastamento do subcomandante-geral, o Coronel Vasconcelos foi convidado pelo governador para ir para a campanha política, se afastou, e eu pedi a minha exoneração. Só que, antes do afastamento do subcomandante, o Coronel Fábio me chamou para uma conversa e falou: "Naime, eu fui imposto, a minha pessoa, que eu permaneça com o subcomandante-geral atual. Eu não vou conseguir trocá-lo e não tem condição de você permanecer chefe do DOP e ficar você e o subcomandante nessa briga que vocês estão." Então eu falei: "Fábio, não se preocupe, que eu já pedi minha exoneração, e você pode me colocar na função que você desejar". E ficou essa troca de função até que a Justiça determinou a saída do subcomando, e aí eu fui dissuadido por outros oficiais, até pelo trabalho que eu vinha desenvolvendo no DOP e até pelo próprio Coronel Edvã, que assumiu o subcomando da corporação, a retirar o pedido e permanecer como chefe do DOP. E aí, nesse período, logo em seguida, nós começamos a trabalhar em abril. O Coronel Fábio reclamava muito de interferências políticas, até que veio a campanha eleitoral, que foi um momento muito ruim na Polícia Militar do Distrito Federal, né? A gente recebia imagem de oficiais

usando posto, usando a sua função para estar fazendo campanha. Nós recebíamos imagens da cadeira do comandante-geral com um oficial sentado, com um oficial na cadeira de Tiradentes, com um oficial comandando a polícia, e a cadeira dele sendo ofertada durante a campanha política. E, assim, muito ruim para o comando. Isso foi enfraquecendo o comando do Coronel Fábio até que, com o final da eleição, o Coronel Edvã vinha à frente do subcomando, tinha interlocução com todo mundo, sempre foi uma pessoa muito querida dentro da turma e por todos os oficiais da polícia, tinha uma interlocução – que o antigo subcomandante não tinha – com todos os chefes de departamento, de deferência, de respeito, de ouvir, de trabalhar, até que o subcomandante-geral foi retirado da função dele e foi substituído por um outro oficial, excelente também – nada contra o Coronel Klepter. Nada contra. O Coronel Klepter é um excelente oficial, é um excelente gestor, é da turma, tem total competência para ser o subcomandante e ser o comandante hoje da polícia, mas ele não era a escolha do Coronel Fábio. E essa troca do Coronel Edvã, que a gente sabe que é o oficial que tem mais proximidade... Os dois sempre foram de cavalaria, sempre estiveram em curso no Chile, moraram só os dois no Chile lá, fazendo curso, um curso pesado, um curso que o cara não banca com facilidade, fora de casa, língua diferente, sem família. E a saída do Coronel Edvã fez com que o Coronel Fábio se abalasse muito, chegando, inclusive, a colocar o cargo à disposição do Dr. Júlio Danilo, né? E aí o Júlio Danilo chamou o Fábio, pediu ao Fábio que ele ficasse até dezembro, que ele segurasse, que ele se acalmasse, que iria se resolver a situação, né? E aí foram essas interferências que a gente viu enfraquecer muito o comando do Fábio. O Fábio sempre foi um oficial muito diligente, um oficial muito rigoroso, até conosco, chefe de departamento, ele me cobrava muito, cobrava bastante. E eu, os senhores receberam aí as fotos, o meu corpo mole está aqui, ó. Meu corpo mole está aqui, ó: prendendo, arrastando manifestantes, fui alvo de uma granada de um rojão, fui queimado, lesões de segundo grau, tive que passar por um procedimento de raspagem, passei um mês tomando antibiótico, minha esposa tratando de mim, né? E aí o que eu tiro disso, né? Eu estava de licença regulamentar, devidamente publicada, devidamente deferida, e, no momento em que eu fui chamado pelos meus irmãos para combate, de imediato, me apresentei; de imediato, fiz tudo o que eu podia fazer, tudo o que estava a meu alcance. Desocupeei o Congresso Nacional junto da tropa de choque com a minha experiência que tenho à frente daquela tropa, de honrados policiais militares que são. Combati aquela tropa, efetuei mais de quatrocentas prisões. Quando o Cappelli chegou na Esplanada, os prédios já estavam retomados, já estavam sob controle da Polícia Militar, já tinha ônibus seguindo para o DPE, com presos, e nós estávamos com os últimos combatentes. Eu saí da minha casa, larguei minha família, larguei minha esposa, larguei meus filhos, me apresentei para o combate, fui lesionado, fui difamado, fui caluniado e, por fim, estou preso. É essa a minha recompensa por ter seguido os valores que eu aprendi a vida inteira na Polícia Militar, de lealdade, hombridade, honradez, espírito de corpo e senso de dever. Hoje, realmente, eu tenho um problema muito sério de entrar, Deputado, em uma sala de aula com alunos e ensinar para eles esses valores, sabendo que ele pode correr o sério risco que eu, um coronel com trinta anos de serviço, condecorado na Polícia Militar, com vários elogios, que nunca sofri uma punição na Polícia Militar do Distrito Federal: fui vilipendiado, caluniado, e me encontro preso há mais de quarenta dias, longe da minha esposa, longe dos meus filhos, longe da minha família, longe dos meus amigos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou pedir aos presentes: não é permitido aplausos aqui, nem vaias. Portanto, vamos assistir. Eu vou... o Relator já... requerer aqui da defesa essas fotos que foram exibidas aqui, para que conste do relatório.

V.Exa. prossegue com a palavra, Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

É importantíssima essa sua fala, Coronel Naime, porque o senhor tem a chance de mostrar publicamente a sua defesa. Como o senhor falou, está preso e tem aqui, nesta CPI, a chance de dizer, olhando para todos, a sua versão.

Eu quero também fazer outra pergunta fora do *script*.

O senhor estava de folga, então o senhor não tinha que estar lá, não é verdade? Passou as suas férias... O subcomandante, Coronel Klepter, então, deu-lhe, legitimamente,

oficialmente, essa folga, certo?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O Coronel Klepter não cometeu qualquer ilegalidade em deferir essa folga.

DEPUTADO HERMETO – Era isso que eu queria que o senhor esclarecesse.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Foi tudo feito devidamente documentado dentro do SEI. Inclusive, os meus advogados têm aqui toda a documentação.

DEPUTADO HERMETO – Isso. O senhor pode passar para a gente todos eles?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu acho que os senhores receberam a pasta com todos os documentos. Eu quero que isso fique bem claro. Realmente, foi importante essa pergunta do senhor. O Coronel Klepter, nessa... Inclusive, o Coronel Klepter é um dos oficiais mais próximos a mim. Um dos amigos mais próximos que eu tenho é o Coronel Klepter. E nós já conversávamos há muitos dias. Eu já conversava com ele a respeito do meu cansaço. No próprio dia 1º, durante a posse, eu, várias vezes, tive que retornar policiais e pedir desculpas, exatamente pelo estresse que eu estava e a forma, que não era o meu natural, de tratar um policial. Todo mundo que me conhece aqui sabe que eu não altero voz. Eu tenho como regra na minha vida que eu elogio o policial em público, mas eu chamo a atenção em reservado. Eu nunca chamei a atenção de nenhum policial militar, do mais moderno que seja ao mais antigo que seja, em público. Eu sempre chamo no reservado. No dia 1º, eu já estava num nível de estresse tão grande, que até minha esposa já estava reclamando em casa, de tão estressado que eu estava. Eu não dormia. Eu estava virando os dias. Comecei trabalhar praticamente no dia 30 e fui até o dia 2, fora os outros dias de reunião no CMP, de reunião para tirar aquele maldito acampamento, que nunca acontecia. Era resolvido, às 6h da tarde, que ia tirar no outro dia; aí eu passava a noite inteira com a minha equipe, escalando gente, planejando a operação, arranjando meios, para, na hora que dava 6h da manhã, cancelarem a operação, cansando todo mundo, cansando os CPRs, cansando o DOP. E, assim, o Coronel Klepter era o meu maior... Meu maior confidente dentro da Polícia Militar sempre foi o Coronel Klepter. Nós sempre fomos muito próximos. E ele já estava vendo o meu cansaço, ele já estava vendo o meu estresse, já estava vendo o nível de estresse. Eu estava doente. Se os senhores pegarem os exames que eu passei a semana fazendo, eu estava pré-diabético. Vou resumir o que o meu endócrino falou: tudo o que presta está baixo, tudo o que não presta está alto. Foi a conclusão dele quando viu meus exames. Então, assim, eu já estava num estado de estresse para entrar quase num *burnout*. Fora que as minhas férias já tinham sido programadas um ano atrás, para dezembro, e não consegui tirar. Meus filhos, que não moram comigo, estavam na minha casa desde o dia 17 de dezembro. Eu tinha só até o dia 10 de janeiro para ficar com eles, e eu não tinha ficado nada. Eu tinha passado o Natal corrido com eles, tinha passado o Ano Novo corrido com eles, não tinha conseguido dar atenção para eles. A semana que eu tinha era aquela semana, porque, na outra terça-feira, eu já ia entregar, já ia passar para a mãe, com a qual a gente tem uma relação péssima. O Deputado Hermeto sabe bem o que é uma ex-esposa, quando não se acerta na vida.

DEPUTADO HERMETO – Eu sei muito bem.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Então, é assim, é... é muito... Para mim, eu precisava daquela semana. Eu precisava dar uma atenção para os meus filhos, eu precisava dar uma atenção para a minha família e precisava dar uma atenção para mim, também. Foi por isso que eu saí aquela semana. E repito: o Coronel Klepter não cometeu nenhum ato ilegal quando deferiu essa licença.

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Deputado, só pela ordem. É o documento um.

DEPUTADO HERMETO – Está bem.

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – E o documento quatro mostra que ele fez exames no dia 4.

DEPUTADO HERMETO – Muito bom. O senhor falou aqui sobre ser execrado publicamente. Então, parece que existe um movimento. E eu quero que o senhor se defenda aqui.

Esta pergunta é sobre o assunto com o qual o senhor terminou a sua fala, ela seria a sexta aqui, e eu vou fazê-la. Eu não iria fazê-la... A sua ex – e eu sei exatamente como funciona isso –, num momento de fragilidade, disse que o senhor iria fugir com os filhos. Eu quero que o senhor se defenda. Fale aqui na CPI. Foi dito que o senhor estava levando consigo os seus filhos e tudo, como se fosse uma fuga. O senhor pode discorrer sobre isso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Posso. Primeiro, nós...

DEPUTADO HERMETO – Se o senhor não quiser falar sobre isso...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não. Não tem problema, não, Deputado.

DEPUTADO HERMETO – Fique à vontade. Como o senhor entrou no assunto...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tenho nada a esconder a respeito desse fato.

DEPUTADO HERMETO – Eu queria que o senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, eu queria pedir uma...

DEPUTADO HERMETO – Interferência?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pedir uma questão a V.Exa. É o seguinte...

DEPUTADO HERMETO – Ahn?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse lance de famílias...

DEPUTADO HERMETO – Não, mas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Até porque... Eu vou revelar uma coisa aqui que eu não tinha falado para os senhores ainda: a senhora ex-esposa do senhor pediu para depor na CPI, e eu indeferi.

Portanto, eu queria que V.Exa. não entrasse nesse...

DEPUTADO HERMETO – Tudo bem, porque o próprio Coronel Naime entrou. Por isso que eu... Eu não iria entrar. Essa pergunta eu não iria fazer. Então...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu indeferi. Eu não quero depoimento de... Não quero briga de casal aqui.

DEPUTADO HERMETO – Mas, Deputado Chico Vigilante, Sr. Presidente, ela fez uma acusação grave contra o Coronel Naime. Então, ele tem o direito de se defender, ué, aqui.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu acho, inclusive, Deputado...

DEPUTADO HERMETO – Você não concorda?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Com a devida vênia do Sr. Presidente...

DEPUTADO HERMETO – Ela fez um boletim de ocorrência. A mídia divulgou isso publicamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bem, Relator. Ele vai responder.

SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Deputado, pela ordem. O boletim é dele.

DEPUTADO HERMETO – É dele, não é?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Primeiro, que o boletim de ocorrência, né, foi feito por mim. E eu preciso entrar nessa história, porque, inclusive, a fundamentação da minha prisão preventiva é a questão da fuga. O Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, na fundamentação da minha prisão, a fuga foi um dos elementos principais. Então, assim... Primeiro, quem, em sã consciência, foge para a Bahia no verão? A gente já começa por aí. O que acontece dessa história? É... Eu, durante a minha carreira, eu tive grandes oportunidades. Inclusive, de trabalhar nesta Casa aqui. Trabalhei aqui na Câmara Legislativa com o Deputado João de Deus. Trabalhei aqui na Câmara Legislativa com outros Deputados. Tive cargos de confiança no Governo do Distrito Federal, e não foi a primeira vez que ela faz esse tipo de

ação de mandar carta para o meu chefe relatando uma série de situações. Eu lembro que no ano de dois mil e... Eu lembro que no ano de dois mil e quatro ou dois mil e... Eu não lembro bem o ano, mas eu lembro que o corregedor da Polícia Militar era o Coronel Braga Reis, hoje da reserva remunerada, e o corregedor adjunto era o Coronel Alexandre Sérgio, da reserva remunerada. E ela chegou ao descabimento de ir na corregedoria e falar para o corregedor que eu havia estuprado minha filha. E o corregedor, ao ouvir essa história, determinou que ela formulasse por escrito essa denúncia, e ela simplesmente fugiu da corregedoria e não fez a denúncia por escrito. Não formalizou a denúncia. Nisso, o corregedor me chamou, me relatou esse fato, eu pedi para o corregedor que então fosse instaurado um procedimento, mas, como ela não teve coragem de formalizar, acabou não sendo apurada essa história. Além disso, ela fugiu de Brasília com meus filhos, ficou dois anos morando em Florianópolis, eu demorei quase oito meses para achar as crianças. Então, assim, foi sempre uma relação conturbada, foi uma relação que... Ela não consegue entender que a vida precisa continuar. Eu já estou há dez anos casado com a minha esposa, já moramos juntos há dez anos, os meninos gostam da Mariana, eles estão sempre com ela. E aí o quê que aconteceu? Os meninos estavam... Como eu já disse aqui várias vezes, os meninos estavam passando férias na nossa casa. Quando eu ia entrar de férias... E este ano eu não estava com muito prazo para viajar, exatamente porque já iam começar os trabalhos do Congresso. Eu estava esperando muita movimentação quando começasse o trabalho do Congresso Nacional. E aí nós resolvemos fazer uma viagem rápida a Prado, onde o Clube dos Oficiais da Polícia Militar tem apartamentos, quitinetes lá, e tem uma casa. De imediato, eu liguei para o Coronel Carlos André, que é o Presidente do Clube dos Oficiais, e perguntei se havia um período que o clube, que a casa de Prado estivesse disponível. E aí ele me falou que teria um período do dia 20 ao dia 29 que estaria liberada. Aí eu fiz a reserva no Clube dos Oficiais, e começamos a falar, em família, de viajar. Começou a falar a minha esposa; a minha sogra estava fazendo exame nessa semana, lá em casa; estavam minha cunhada, meu cunhado, e todos decidimos ir para Prado, para ficar nessa casa. E os meninos começaram a ouvir e começaram a querer ir. Só que eu tinha que devolvê-los dia 10, eu tinha que devolvê-los somente no dia 10. Aí eu falei para eles: "Olha, dia 10 eu devolvo para sua mãe, o pai vai devolver vocês para sua mãe dia 10, aí eu conversei com ela que a gente só vai viajar dia 20. Então, até dia 20, eu acerto com ela e, se ela deixar, se ela autorizar, vocês seguem com a gente para a viagem." Só que menino, com celular na mão, começou: "Mãe, eu quero ir com meu pai", acho, né. Acredito eu. "Mãe, meu pai vai para a praia, eu quero ir, deixa eu ir, deixa eu ir, deixa eu ir." E aí aconteceram os fatos do dia 7 e do dia 8. E aí eu estava no dia 8 lá, na Esplanada, no meio do confronto, machucado, me arrastando pela Esplanada para chegar com a tropa até o final, para cumprir com a minha missão. No outro dia, às 6h da manhã, eu estava pronto com a tropa para poder apoiar a retirada do acampamento, e ela me mandando mensagem. Só que ela sempre tratou questões das crianças com a Mariana, exatamente porque a gente nunca teve um relacionamento bom, depois do fim do relacionamento. Então, ela sempre tratava as coisas de buscar menino, deixar menino, levar menino, com Mariana. E aí eu não respondi, porque ela tinha o contato da Mariana e, por obviedade, é lógico que os meninos não estariam na Esplanada comigo. Eles estariam com alguém responsável em casa. E aí, ela simplesmente resolveu sair da casa dela, no dia 9 – a data de entregar as crianças era o dia 10 –, enquanto eu estava na Polícia Federal, quando Mariana me liga desesperada, dizendo que ela tinha invadido a nossa casa, já tinha jogado um dos meninos, à força, dentro do carro; e a Vitória, que é a maior, que não queria ir, tinha se escondido no quarto, e ela queria, a qualquer jeito, entrar dentro do quarto e pegar a menina. Aí foi a hora que a Mariana impediu, ela agrediu a Mariana. Mariana tentou botar ela para fora de casa. Nesse momento de botar para fora de casa, a porta acabou batendo nela, e veio a causar uma lesão, que ela foi falar que foi agredida por barra de ferro. Né? Nisso nós fomos... Eu tive que largar os presos lá para poder ir resolver esse problema na DP. Na DP, ela assinou um TCO de invasão de domicílio. E nós estamos pedindo a abertura de inquérito, na delegacia, por difamação. E já tenho notícia que todos os Deputados aqui desta Casa receberam, nos seus *e-mails* oficiais, uma carta dela, novamente me difamando, novamente falando a meu respeito. Como foi no *e-mail* oficial dos senhores, a minha defesa vai requerer esses *e-mails*, e nós vamos representar novamente criminalmente contra ela.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, antes de V.Exa. proferir a próxima pergunta, nós temos uma questão aqui a ser resolvida. Já consultei todos

os membros da CPI. O Coronel Casimiro está aqui para depor também. Só que ele tem uma audiência às 15h na Justiça. Eu acredito que esse depoimento do Coronel Naime vai demorar um pouco mais.

Portanto, nós estamos adiando o depoimento do Coronel Casimiro para uma data a ser marcada. Todo mundo de acordo, os Deputados e as Deputadas? (Pausa.)

Então, está adiado o depoimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nós temos uma cronologia que é importante ser seguida. Concordo com o adiamento, é pertinente. Mas que ele já fosse marcado para a próxima oitiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – No dia 23?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É. Não vamos delongar muito, não, para a gente não perder essa linha de raciocínio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom. Fica marcado para o dia 23. Todo mundo de acordo? (Pausa.)

Prossiga, Relator.

DEPUTADO HERMETO – Eu fiz essa pergunta, Coronel Naime, o senhor respondeu, teve a chance de...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRRETO – Agradeço ao senhor, inclusive.

DEPUTADO HERMETO – Nada de entrar na vida pessoal do senhor. O senhor falou desse acampamento, que ficou desde que o Bolsonaro perdeu, como se ali fosse uma perspectiva de um golpe, Deputado Chico Vigilante. E era alimentado, todos os dias, por fanáticos, que o resultado seria diferente: que o Lula não iria tomar posse – era isso que a gente escutava –, que os generais iam tomar conta do País. E aí, eu nunca fui a esse acampamento, mas as informações que eu tinha, Coronel Naime, eram de que, à noite, tinha música, tinha picanha, cerveja, tinha não sei o quê. E isso era alimentado... Tinha o pessoal das orações. Tinha vários... Como eu falo? Segmentos dentro do acampamento. Tinha, Coronel Naime, vários segmentos, o senhor visitou lá.

Eu faço essa pergunta para o senhor bem firme agora: o senhor acha, na sua concepção como um coronel com trinta anos de polícia, com vasta experiência, que aquele acampamento contribuiu diretamente com os atos do dia 8, que aquele acampamento fomentou tudo aquilo que aconteceu no dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu acho, não, Deputado, eu tenho certeza absoluta. Aquele acampamento lá, ele foi o centro, foi o epicentro de todos os atos que aconteceram no Distrito Federal, tanto no dia 12, quanto aconteceram no dia 8. Eu estive, várias vezes, naquele acampamento, como eu já falei, né? Eles realmente viviam uma bolha ali dentro. Eles só consumiam informações e grupos e o que era falado naquele carro de som. Eles não viam o que estava acontecendo fora daquilo ali. É... assim, parecia uma seita, tinha hora que o senhor conversava com alguns lá, parecia uma seita. E aconteceu um outro fenômeno que eu prestei muita atenção ali, idosos, às vezes, em situação de abandono, sem família, que acharam um local para estar com pessoas, para estar ali, para jogar um dominó, para estar conversando, para ter um motivo da vida, para estar protestando por alguma coisa. Muitos idosos nessa situação ali, quando a gente entrevistava e conversava. E ali realmente foi o epicentro, né? Ali chegou o absurdo de eu receber, um dia, um líder chamado Renan Sena, né? E o Renan Sena – eu lembro dele porque eu tive muito problema com ele no dia 7 de setembro de 2021, né? – fez um vídeo, botou nas redes sociais acusando um outro líder conhecido de todo mundo chamado João Salas de ter cometido estupro dentro do acampamento. Ele postou um vídeo. Esse vídeo, ele circulou nas redes sociais. Eu falei a respeito desse vídeo, mostrei, inclusive, esse vídeo, na época, em uma das reuniões que nós

tivemos no Exército para poder ver que nível que estava chegando a coisa, né? A gente já tinha informações de tráfico de droga, de ambulante, de prostituição, tinha já esse vídeo que apareceu de denúncia de estupro. Renan Sena denunciando João Salas de estupro, em um vídeo que circulou nas redes sociais. E a gente ficava ali, a Polícia Militar, não foi uma ou duas vezes, eu botei quinhentos homens, quinhentos homens eu botei à disposição do Exército, na Rainha da Paz, no dia 29/12. No dia 29/12, eu botei 553 homens à disposição do Exército para retirar aquele acampamento definitivamente. Além da PM, o Governo do Distrito Federal colocou SEDES, colocou DF Legal, colocou SLU. O GDF fez uma estrutura completa para que a gente retirasse definitivamente aquele acampamento. E a operação foi cancelada. A operação foi planejada, na tarde do dia anterior, a tarde inteira. O Exército apresentou croqui, colocou transparências, disse o que ia fazer, como que ia atuar, qual que seria a atuação da Polícia Militar, qual que seria a atuação do DF Legal. Chegou na hora, nada aconteceu, pegaram os servidores do DF Legal, inventaram de entrar com os servidores do DF Legal com a Guarda do Exército, né? Os servidores do DF Legal foram achincalhados, ofendidos lá dentro, expulsos lá dentro e ainda saíram dizendo que estavam sendo expulsos pelo Exército. Os vídeos que circularam nas redes sociais, saiu tudo assim: DF Legal veio aqui, e o Exército botou para correr, como dando aquela ideia da proteção que, na cabeça deles, estava acontecendo por parte das Forças Armadas. Então, assim, não foi uma vez. No dia 13, logo após os atos do dia 12, eu recebi, na madrugada, a ordem do Coronel Fábio para estar pronto na Torre de Televisão, que nós retiraríamos o acampamento no dia 13. Botei também mais trezentos e tantos policiais – nem me lembro o número. Botamos todo mundo. Me virei na madrugada para achar capacete, exoesqueleto, acionar a prontidão do choque, acionar a PATAMO, aeronave, ROTAM. Ficamos lá na Torre de Televisão prontos para poder atuar. Novamente foi cancelada a operação. Eu tive que desequipar os alunos e coloquei os alunos para reforçar o policiamento na área do Setor Hoteleiro Sul e Norte. Uma coisa que é importante falar – os senhores não tocaram ainda no dia 12 –, mas, no dia 12, aconteceu uma coisa muito impressionante que a gente veio a saber depois. O que que aconteceu no dia 12? No dia 12, nós tivemos a diplomação do Presidente. Ela foi comandada pelo Major Zairo. Eu passei na diplomação do Presidente, ajudei o Major Zairo em algumas ações de correção, porque o TSE não colocou as grades da forma que a gente tinha combinado nas reuniões que nós tivemos da diplomação. Aí ficou eu, Coronel Fábio, Major Zairo, Coronel Cintia, carregando grade nas costas para colocar as grades na posição que deveria ser colocada. Ajudei o Major Zairo a fazer, ali, a organizar o começo da posse. Tudo organizado, sem qualquer problema. Montei um policiamento na porta do acampamento para monitorar se tivesse qualquer saída de ônibus. Inclusive, o Coronel Edvã já era o CPTRAN, recebeu ordem minha que era para abordar o ônibus, que era para fazer a fiscalização de trânsito e não deixar o ônibus seguir para área da diplomação. Nós montamos todo um esquema para isso daí. E aí eles seguiram lá para a área da Presidência da República, lá para a área lá do Palácio da Alvorada. Ficaram no Palácio da Alvorada. Fizeram aquele manifesto. Eu não sei se esse dia é... O presidente apareceu. Eu não sei, mas foi um dia, foi uma segunda-feira, né, que a gente tinha passado o final de semana todo com um índio fazendo várias ações no Distrito Federal. Ele fez uma ação no aeroporto, depois ele fez uma ação no ParkShopping, depois ele fez uma outra ação, numa outra localidade, com bolsonaristas, com bandeira, com faixa, com tudo. E aí o Ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão dele. E a Polícia Militar não foi notificada dessa prisão. A Polícia Militar não recebeu essa informação. A Polícia Federal saiu para executar a prisão. Só que executaram a prisão quando o comboio saiu do Palácio da Alvorada e estava na via N1. Aí a Polícia Federal abordou o ônibus, entrou no ônibus em que estava o índio, cheio de manifestante, cheio daquele pessoal, algemou o índio, desceu, prendeu e desceu para a Asa Norte, para a superintendência. E aí os ônibus simplesmente acompanharam a viatura da Polícia Federal, e já começou ali um entrevero entre alguns agentes da Polícia Federal e esses manifestantes. Eu tinha saído da posse e tinha ido para uma reunião. Eu já tinha ido para uma outra reunião. Já estava em reunião. Se eu não me engano, eu estava na região de Ceilândia ou do INCRA, numa reunião, eu acho, com o pessoal da comunidade rural, quando eu recebi a informação, via 190, o 190 me ligou e falou: "Coronel, está uma confusão do tamanho do mundo na frente da Polícia Federal". Isso já era 18h, uma coisa assim, 18 e alguma coisa, perto de 18h. De imediato, eu determinei reforçar a segurança no Meliá, onde o Presidente Lula estava, porque eu estava mantendo lá uma tropa de ROTAM 24

horas por dia. Eu mandei mais uma tropa de choque para lá e mandei retirar o policiamento de intensificação de Natal que estava na rua e mandar para a Polícia Federal, para poder fechar lá a Polícia Federal. Só o que que acontece? Essas tropas, que estavam no PIN, são tropa de rua. O policial está de colete e boné. Policial não está pronto para uma ação de CDC, policial não vai para rua, para um policiamento convencional, preparado para uma ação de CDC. E aí eu estava com uma ROTAM no Gama e estava com um PATAMO em Sobradinho. Aí eu, de imediato, mandei tirar todos os GTOPs, que era o que eu tinha mais rápido na mão, dadas as áreas, deslocar para lá, para poder fazer um primeiro atendimento. Desloquei o choque, que estava no quartel já quase saindo do serviço, porque tinha trabalhado na posse. O choque reembarcou e foi para lá. Quando nós chegamos, a situação já estava fora de controle. Fora de controle. E aí nós começamos as ações de contenção. Logo em seguida, eu cheguei, cheguei junto do Sargento André Luiz, que é um dos meus patrulheiros; Sargento Vítor, dirigindo a viatura. Aí tinha um motorista no choque que estava conduzindo a viatura. Eu já peguei o capacete dele, porque ele ia ficar na viatura, entrei na linha de choque junto dos policiais. Entramos em combate. Debelamos a rebelião, fomos em cima e, assim, o que impressionava a gente era a destreza daqueles manifestantes em combater com a polícia. Não era aquela manifestação normal que uma tropa de segurança pública tem costume, né? E aí o que que aconteceu? Depois que nós debelamos a manifestação, nós soltamos viaturas de GTOP e de ROTAM para prender. Só que, por incrível que pareça, os caras sumiram. Eles sumiram na área. E aí o que que a gente ficou sem entender? Será que foram para o acampamento? Aí nós montamos uma patrulha, descemos para o Buriti, fomos naquela área, e ninguém, nada. Nada. No dia seguinte, o Coronel Fábio Augusto foi convidado, pela rede hoteleira, para ir para uma reunião, porque a rede hoteleira estava temerosa, pelo aquele fato que tinha acontecido, pelo aquele fato que tinha ocorrido naquela noite, e aí um dos hoteleiros chamou o Coronel Fábio e falou assim: "Ó, os caras estão no meu hotel. Os caras estão hospedados nos hotéis, aqui." Então, o que que aconteceu naquela noite? Fizeram a confusão e subiram para os hotéis e simplesmente sumiram da rua. E, quando a gente teve a informação que eles estavam no hotel, o próprio hotel ofereceu que a gente colocasse agentes nossos, e eu acho que o CI fez isso, o Centro de Inteligência fez isso, colocou agentes nossos, lá, acompanhando os cafés da manhã, que as lideranças de quem estava, quem ficava no acampamento, era gente paga. Quem ficava no acampamento era gente que estava lá para ficar e algumas pessoas da cidade que ia lá, visitava e ia embora. Mas quem ficava lá era gente que estava sendo paga para ficar no acampamento. E quem estava orquestrando o negócio estava tudo hospedado nos hotéis. E, esse dia, a gente não conseguiu prender exatamente por isso, porque eles tocaram a confusão, quando a gente conseguiu debelar e saindo para fazer a prisão, por quê? Tropa de choque, senhores, a gente tem que entender, tropa de choque não tem como prender. Um policial de choque, ele está com escudo, que pesa aí seus 6, 7 quilos. Se ele não é escudeiro, ele está com bernal químico, está com bernal de munições, de elastômero, está com granadas, está com arma longa. Um cara desse não consegue entrar em luta corporal. Por que que eu me feri na cúpula do Congresso? Porque tinha um manifestante tacando pedra, pau, ferro em cima do choque, e não tinha ninguém para sair. Eu desbravei a lateral e entrei em combate com o cara. Quando ele vinha, quando ele tentou me agredir, eu consegui imobilizar, joguei no chão. Foi a hora que um outro manifestante me atingiu com o rojão pelas costas e me queimou, totalmente, minhas pernas. Fiquei cheio dessas feridas que os senhores viram aí. E, assim, por quê? Porque, é... Ó, é exatamente esse momento aqui. Se os senhores perceberem, né? É o documento que os senhores receberam aí. Esse manifestante aqui era um que estava com artefato explosivo nessa mochila, que estava com bola de gude, com atiradeira, tudo preparado para enfrentar a Polícia Militar. E nós precisamos... nós precisamos lembrar, senhores...

DEPUTADO HERMETO – Profissionais.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Recruta. Se não foram recrutados, eram pessoas com técnicas de guerrilha e antiguerrilha. Com certeza. Pelo treinamento militar que eu tenho, pelos cursos que...

DEPUTADO HERMETO – Profissionais.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu já participei, a forma de atuar é gente

que tinha conhecimento de técnica de guerrilha e contra-guerrilha. E, assim, nós precisamos lembrar que a Polícia Militar do Distrito Federal é uma força de segurança pública. Nós não somos uma força de guerra. O meu policial é treinado para preservar vidas, ele é treinado dentro de doutrina de direitos humanos. "Ah, temos linha, pontos fora da curva?" Temos. Como qualquer profissão tem, mas a Polícia Militar do Distrito Federal sempre agiu de forma exemplar nesses casos, né? E, aí, o que que acontece? A gente não é treinado para matar manifestante. Nunca uma força de Polícia Militar... A não ser que o policial militar esteja em risco de morrer ou um terceiro morrer, ele não vai usar a força letal. Nós somos a polícia de menor letalidade do País. E é uma menor letalidade, assim, de absurda distância da letalidade da Polícia Militar para o segundo local. E, aí, o que que acontece? A gente vai combatendo com elastômero, vai combatendo com munição, que também precisa ser levantada, que é uma ideia muito falsa. Elastômero não é munição não letal. Elastômero é munição com baixa letalidade. Se você usar o elastômero fora das condições do fabricante, ele causa lesão permanente, ele pode causar a morte. Então, elastômero precisa de técnica para ser usado. Não é somente: "Ah, não, está com bala de borracha, 2 metros de distância, eu vou dar um tiro". Se acertar numa região de olho, de nariz, de boca, de ouvido, de laringe, de peito, você pode matar a pessoa. Então, existe técnica para utilizar aquilo. A tropa de choque precisa de uma distância mínima para poder utilizar a munição não letal, para que ela não se transforme em munição letal. Então, isso daí... Muita gente: "Ah, mas por que não prendeu ninguém?" Não prendeu ninguém, primeiro, porque a tropa que foi acionada não tinha como ir para o confronto direto, não estava equipada. Foi a tropa que nós conseguimos... Aquilo não foi planejado. Não foi programado. Ninguém informou à Polícia Militar. Não houve, novamente, não houve inteligência, não houve informação de inteligência que a Polícia Federal ia fazer uma prisão naquelas condições. Então, a gente pegou a mão de obra que a gente tinha disponível. E eu não posso colocar um policial militar num risco excessivo. Eu não vou pegar um policial militar de boné e colete e colocar ele num combate com bola de gude, com... com... com estilingue, com... com coquetel *molotov*. Porque eles jogaram foi coquetel *molotov* dentro dos carros. Eles invadiram o posto de gasolina, roubaram bujão de gás para tacar na tropa de choque. Então, tudo devidamente... tudo...

DEPUTADO HERMETO – Orquestrado.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tudo orquestrado. Entendeu? Tudo orquestrado. E a mesma coisa foi do dia 8, né? Eu vi várias reportagens: "Ah, porque nós prendemos mais de mil pessoas". No Capitólio, morreram cinco; no DF, não morreu ninguém, graças à Polícia Militar do Distrito Federal, graças à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal que atuou com sabedoria. Nós efetuamos mais de quatrocentas prisões só naquela noite. Mas a gente, com parcimônia, com inteligência, foi conduzindo o choque com inteligência, reabastecendo munição, porque a munição... No último confronto que o choque tinha participado, o choque deu novecentos tiros. Na última grande manifestação de confronto, em 2017, que todo mundo aqui viu – a rodoviária foi totalmente depredada –, o choque deu novecentos tiros de elastômero. Os senhores sabem quantos tiros foram dados?

DEPUTADO HERMETO – Explique o que é elastômero, por favor.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Elastômero é bala de borracha.

DEPUTADO HERMETO – Isso.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Os senhores sabem quantos tiros foram efetuados no dia 8? Três mil. Quatro mil, né? Quatro mil tiros para conter aquela turba daquele dia 8 e mantendo o policial, e munição acabando, a gente controlando as munições. Então, não podia avançar com a tropa, porque, se a gente chegasse com a tropa muito próximo, acabasse munição de menor letalidade e, se a turba avançasse, não tenham dúvida de que o policial ia usar arma letal. O policial não vai morrer. Depois de ter visto a cena do comandante-geral ensanguentado, depois de ter visto um cavalariano apanhar em cima de um cavalo...

DEPUTADO HERMETO – O soldado que foi praticamente retirado, porque ia ser executado por esses bandidos.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Então, eu não tenho dúvida de que, se a

gente não tivesse tido parcimônia, se a gente não tivesse agido de forma inteligente, a gente teria sido morto naquele dia.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acha que, se a Polícia Militar tivesse usado arma letal naquele dia, tamanha foi a agressividade desses bandidos, que, se tivesse havido, não teria sido, digamos, tiro para o alto, alguma coisa assim?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado. Assim, essa teoria...

DEPUTADO HERMETO – Não seria... Deixe-me formular direito a pergunta: tamanha era a agressão que a Polícia Militar estava... O que me vem, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está caminhando e o seu pensamento hoje, eu vejo que os grandes financiadores disso aí têm que ser exemplarmente punidos, porque eles alimentaram toda essa bolha. Ninguém fica ali à toa. Ali tinha financiadores que provocaram tudo isso. Então, a pergunta que eu faço, Coronel Naime... Eu vou terminar, gente, porque, senão, meus colegas não vão conseguir fazer. Eu tenho várias perguntas, mas eu vou deixar. Não seria um absurdo... Arma letal naquele dia, se a polícia tivesse utilizado, como seria na Justiça? Uma legítima defesa?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, eu até acredito que sim. O que nós não podemos nos esquecer é o que eu falei no começo da minha fala: a Polícia Militar do Distrito Federal é uma tropa de segurança pública. Nós somos formados em conceitos de direitos humanos, de proteção à vida, de proteção ao cidadão. Nós somos uma polícia iminentemente comunitária, tanto que o nosso braço repressivo é representado... das quarenta unidades que nós temos, o nosso braço repressivo são quatro unidades, que é a ROTAM, é o choque, é o PATAMO e é o canil, que é o braço repressivo da Polícia Militar. Exatamente por quê? Porque nós não somos uma força de guerra. Nós não estamos ali lutando com o inimigo. Nós estamos ali com o cidadão que se perdeu, que perdeu o limite do direito dele de manifestação, que perdeu o limite dele do direito de expressão e nós estamos ali para retornar esse limite. Nós não somos uma força de guerra que está lutando contra o inimigo de outro Estado e que a nossa finalidade é ceifar a vida de ninguém. Nenhum policial militar se sente bem quando é obrigado a tirar a vida de uma outra pessoa. Os senhores precisam ver como fica um policial militar depois que ele tira a vida da pessoa, mesmo ele sabendo que ele estava influenciado sob a égide da legítima defesa, da legítima defesa de terceiro, do estado de necessidade, porque nós não somos treinados para matar. Nós somos treinados para proteger. Servir e proteger. Esse é o lema da nossa corporação.

DEPUTADO HERMETO – Coronel Naime, eu tenho muitas perguntas e eu queria pedir aos meus colegas da CPI um pouquinho de paciência comigo. Por ser policial militar, por ter presenciado, participado de diversas manifestações, eu me sinto no direito, Sr. Presidente, de interpelar mais o coronel, porque eu me vejo dentro do processo também. E eu queria perguntar, Coronel Naime... Eu peço um pouco de paciência, eu sei que eu estou já há uma hora... Coronel Naime, o senhor falou uma coisa aqui daquele acampamento. Presidente Deputado Chico Vigilante... Naquele famigerado acampamento, existiu um momento em que os senhores foram tirar o acampamento, quase houve um confronto com o Exército, confronto mesmo, real, de eles intimidarem a Polícia Militar?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Bom, Deputado, no dia 8, eu segui com as tropas, né? Eu fiquei o tempo inteiro com as tropas especializadas, eu não tive nenhum contato com as tropas convencionais, né? Eu fiquei o tempo inteiro com o Major Cunha, com o Tenente-Coronel Cláudio Peres – Major Cunha, Comandante do choque; Tenente Cláudio Peres, Comandante da ROTAM; e Major Reis, Comandante do canil. Foram os oficiais que receberam ordens diretas minha durante a coisa. Eu não tive contato com tropa especializada. Então, quando eu já estava ali na altura da Catedral, um pouco mais à frente da Catedral, mais ou menos ali próximo do teatro...

DEPUTADO HERMETO – Perto das bandeiras?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, do museu, só que do lado da Via N1, o que vale salientar que a tropa de choque não estava caminhando. A tropa de choque, ela veio combatendo o tempo inteiro, desde o Congresso Nacional até a rodoviária. Nós não paramos de combater um minuto ali. Me acompanharam o tempo inteiro. Inclusive o Sargento André Luiz me acompanhou da hora que me pegou em casa, desembarcou com a viatura

comigo, foi o primeiro que me socorreu na hora que o rojão me atingiu, seguiu comigo na linha de choque o tempo inteiro sem se afastar de mim, me acompanhou em todas as reuniões que eu tive, todos os telefonemas, tudo que eu atendi e depois me deixou em casa às 3h da manhã. Então, o Sargento André Luiz. O Major da Silva, que era o meu AJL do DOP, encontrou comigo na cúpula, inclusive ele está na foto aí comigo, retirando o manifestante que eu imobilizei, que era o que estava atacando a tropa de choque, e ficou comigo até a hora que eu desmobilizei as tropas por ordem do comandante-geral para a gente estar pronto no outro dia de manhã, né? E, assim, o tempo inteiro a tropa de choque foi combatendo. A tropa de choque não foi simplesmente andando pela Esplanada, como algumas pessoas disseram, a tropa de choque foi combatendo, nós controlando a quantidade de material e de elastômero que tinha. Quando a gente já estava na altura do museu, se apresentou um capitão da Força Nacional com um pelotão de choque da Força Nacional. E aí, quando ele se apresentou, eu determinei a ele que a gente fizesse uma manobra conhecida por especialistas de choque chamada de martelo e bigorna. Que que é martelo e bigorna? Quando você tem duas frações de choque, você desloca uma tropa de choque à frente para funcionar como uma bigorna, que vai travar a evasão, e a outra tropa vem avançando, funcionando como martelo para que você encurrale e faça a prisão, né? Então, tinha muitos manifestantes, né? Nós contávamos ali com uma área muito grande. A área da Esplanada é muito grande para conter...

DEPUTADO HERMETO – Mas chegou a ter um confronto?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Teve.

DEPUTADO HERMETO – Com o Exército?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não.

DEPUTADO HERMETO – Para não desmobilizar o acampamento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – E aí, a partir daí, eu embarquei as tropas e fui para a área da Rainha da Paz. Quando eu estava na área da Rainha da Paz, que eu fui deslocando pelo Buriti, por causa desse movimento que eu fiz na coisa, que nós prendemos mais cinquenta manifestantes ali na rodoviária, com esse movimento, alguns conseguiram fugir e se embrenharam pelo Setor Hoteleiro Sul e Norte. E aí eu determinei à ROTAM que deslocasse viaturas, que guarnecesse o Meliá e guarnecesse o Setor Hoteleiro Norte, para evitar mais vandalismo naquela região, e mandei que a tropa do canil e a tropa do choque embarcassem e deslocassem, juntamente, para a área da Rainha da Paz. Determinei ao Major Casimiro que embarcasse a tropa que ele tivesse excedente e caminhasse para a Rainha da Paz, porque eu já tinha ordem do interventor de entrar no acampamento e prender todo mundo. Quando eu estava seguindo, comecei a ver um aglomerado de gente já voltando a se reunir e descendo para o acampamento. Então, eu transbordei essas pessoas. Encontrei o Major Cunha, comandante do choque, na frente da Rainha da Paz, e determinei ao Cunha que fizesse uma linha antes da chegada no acampamento, para que a gente prendesse aquelas pessoas antes de chegar no acampamento. E aí o Cunha saiu para fazer essa linha. Quando o Cunha entrou no gramado, não foi nem na via Duque de Caxias, foi no gramado que faz limite com a via N1, veio um tenente do Exército totalmente alterado, já gritando com o Cunha – e quem conhece o Major Cunha sabe que ele é um amor de pessoa. Então, ele já deu logo uma resposta no tenente. O tenente, insistindo que ali era do Exército, que ele não podia fazer. Aí, eu entrei na conversa. O tenente veio todo alterado comigo. Dei uma enquadrada no tenente e falei: “Cunha, faz o que eu estou lhe determinando”. “Coronel, é agora!” E aí o Cunha entrou. O tenente saiu resmungando. Saiu resmungando lá para a área dele, e o Cunha entrou para efetuar a prisão. E aí nós efetuamos mais cinquenta prisões de pessoas que estavam a caminho do acampamento. E aí eu voltei para a Rainha da Paz para poder ir para uma reunião, porque o Cappelli tinha chegado. O Coronel Klepter, o Coronel Fábio tinham chegado no local, estavam conversando, e eu fui lá saber quais eram as ordens. Se ia entrar, se não ia entrar. Nisso, o Major da Silva, que estava comigo lá, me toca e fala: “Coronel, olha para trás”. Quando eu olhei para trás, tinha uma linha de choque do Exército, montada com blindados, e, por interessante que parecesse, eles não estavam voltados para o acampamento. Eles estavam voltados para a PM, protegendo o acampamento. Nisso, o General Dutra chega. O General Dutra chega, começa uma discussão entre o Dr. Cappelli e o General Dutra. O Cappelli dizendo que tinha ordem para poder entrar; o Dutra dizendo que ele não ia entrar,

que ali era área do Exército, que ele não ia entrar lá. E o Cappelli insistindo que ia prender quem estava lá dentro, e o Dutra insistindo que não ia. Determinado momento, o Dutra pegou um telefone e ligou. Disseram que ele ligou para o Presidente Lula. Não sei se foi, mas a informação que me chegou foi que o General Dutra falou com o Presidente Lula. Nesse momento, o General Dutra – os ânimos exaltados entre Cappelli e Dutra –, o General Dutra convidou o Cappelli, o Coronel Fábio e o Coronel Klepeter para uma reunião lá dentro do QG do Exército, a reunião que eu não participei, né? Não participei. Depois dessa reunião, o Coronel Fábio voltou. Aí me deu a seguinte ordem: “Naime, mantenha um policiamento na Esplanada, para manter a Esplanada. Mantenha as linhas da Esplanada, deixa o monitoramento aqui no acampamento, libere o restante da tropa e mobilize novamente às 6h da manhã, que nós vamos tirar o acampamento.” E aí, foi eu cumprir a ordem do Coronel Fábio, dei o pronto para ele, falei com os comandantes CPR, fiz todo o levantamento de efetivo que nós tínhamos pronto às 6h da manhã, o quantitativo, quais seriam as tropas, né? Botei todo o efetivo pronto, botamos de manhã mais trezentos, quatrocentos policiais prontos novamente para poder fazer a operação do acampamento, e aí foi que a gente conseguiu fazer a desmobilização do acampamento.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, esse General Dutra tem que ser ouvido. E outra coisa, não sei as nossas atribuições da CPI aqui local. Mas eu, particularmente, uma opinião minha...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Apresente o requerimento para convocá-lo.

DEPUTADO HERMETO – Nós temos que aprofundar a linha no Exército. O Coronel Naime, agora, afirma aqui na CPI, categoricamente, que o Exército trabalhou contra o trabalho da Polícia Militar. Eu digo que, se não puder chamar esse general e outros... Tem uma cena, Coronel Naime, se o senhor estava no Palácio do Planalto...

O senhor falou de chave-de-estrela. Eu sei o que é isso. O coronel do Exército estava dando chave nos senhores para não tirar os bandidos de dentro do Palácio do Planalto.

Deputado Chico Vigilante, isso já era no Governo do Presidente Lula, já era no governo. Tudo bem que, quando Bolsonaro perdeu, todo mundo... Dia 1º era o Presidente Lula que estava no comando. Por que esse acampamento não foi desmobilizado no dia 2? Por que, Coronel Naime, não foi desmobilizado? O senhor lembra dessa cena do coronel do Exército dando chave nos senhores? Saiu na mídia. Depois eles mandaram dizer que eram sigilosas as imagens, eu não sei por quê.

Mais do que nunca eu sou a favor de uma CPI nacional, para investigar todos a fundo, porque estão colocando toda a culpa na Polícia Militar do Distrito Federal. Nós temos que investigar profundamente o papel das Forças Armadas e do Exército, principalmente, nesse dia.

Essa cena do coronel impedindo o trabalho do senhor dentro do Palácio do Planalto, o senhor estava presente?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tinha chegado ainda, não, Deputado. Eu cheguei, eu já encontrei com o major... Eu vi as imagens depois, mas eu já cheguei com o Major Cunha e encontrei com ele já em cima da cúpula...

DEPUTADO HERMETO – Levando chave de coronel do Exército.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É. Mas aí... mas aí o senhor me conhece também, né?

DEPUTADO HERMETO – Eu vou encerrar porque os meus colegas aqui precisam fazer perguntas. Eu tenho muitas perguntas, mas não vou fazer.

Coronel Naime, foi muito bom o senhor ter vindo aqui esclarecer publicamente, diante de câmera, diante dos Deputados, não a sua versão, mas a versão geral.

É inadmissível, Presidente Chico Vigilante, o que o Exército fez para manter aquele acampamento – quase um confronto da Polícia Militar com o Exército.

Muito obrigado, Coronel Naime.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Relator.

Nós vamos proceder agora da seguinte forma: são 25 minutos para cada Deputado, a partir de agora, e nós vamos pela ordem de chegada.

O primeiro a chegar foi o Deputado Pastor Daniel de Castro. V.Exa. está com a palavra por 25 minutos. Eu peço que o relógio seja ligado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos que aqui estão, Deputados, acompanhantes pela *TV Câmara Distrital*, imprensa no geral, assessores. Especialmente saúdo os meus assessores que têm me ajudado, colaborado bastante aqui.

Antes de fazer as perguntas, eu me preocupo um pouco, Presidente, quando eu vejo, aqui, membros da CPI, praticamente, nas suas opiniões, dando quase que decisões ou sentenças. Isso me preocupa e me chama atenção. Somos juízes aqui que não iremos prolatar a sentença final. Nós iremos investigar, ouvir os atos, ouvir os depoentes, encaixar os atos nas pessoas, individualizar essas condutas e apresentaremos, creio eu, um grande relatório, sem cobertura de ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Fale mais perto do microfone, para que seja bem nítido.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu acho que esse está meio ruim mesmo... Sem cobertura de nada. Nós vamos investigar tudo e todos, e tenho certeza de que o nosso papel irá colaborar com a Justiça deste País, para fazer justiça. Por que eu falo isso? Eu sou contra aquele acampamento. Toda vida eu fui contra e falei isso publicamente. Mas era um grupo de pessoas que, por palavras do seu líder, questionavam as eleições, direito legítimo.

Manifestação, se ela for ordeira, é legítima e constitucional. E, aqui, quero ressaltar o que sempre falei nesta tribuna: a esquerda também faz muita manifestação. E, se tirar o direito de um, tira o direito de todos. E nós queremos continuar manifestando. Falo isso porque eu vejo gente chamando todos os que lá estavam de golpistas, terroristas, criminosos, e isso me preocupa bastante. Foi feita uma prisão generalizada. Estão sendo soltos os que lá estavam presos, e eu não tenho dúvidas de que muitos serão considerados inocentes. Portanto, a nossa palavra tem um peso muito grande.

Eu tenho recebido muita gente no meu gabinete. Falei para o Presidente, Deputado Chico Vigilante, esses dias, que eu recebi uma pessoa que veio denunciar um petista que está preso lá. Está preso e ele se confidenciou petista. E qual foi o papel dele? Ele colocou uma camisa amarela e foi vender camiseta e bandeira. Arrumou um meio de ganhar um dinheiro, mas estava no meio e foi preso. Saiu da minha igreja, agora, uma irmã que estava presa há 58 dias. Qual foi o papel dela? Ela era cozinheira. Nunca vai ser uma criminosa, nunca uma golpista. Eu tenho convicção, creio na Justiça do meu País de que, no final, essa mulher vai ser inocentada. Então, ela não é uma criminosa. E quero dizer: no Direito, no nosso País, vige o princípio da inocência. Por isso, temos o devido processo legal, ampla defesa e o contraditório, para exarar a sentença. Quero deixar isso aqui claro.

Não comunguei com aquele acampamento. Fui contra. Tínhamos o direito de questionar as eleições, sem dúvida nenhuma, dentro de um processo democrático, e tínhamos o direito também de não participar da eleição, ela foi um jogo. Participou da eleição, meu irmão, e perdeu? Põe a viola no saco e recebe o resultado das urnas. Questionar eleição depois também não é justo.

Quero deixar consignada essa posição minha de defesa de muitas pessoas inocentes que foram presas e que ainda estão presas, sendo que é um direito manifestar-se.

Coronel Naime, quero fazer convosco uma combinação: parabéns por ter vindo. Li a sentença do eminente Ministro Alexandre de Moraes hoje. O senhor podia não ter vindo, podia ter ficado calado, e o senhor está respondendo. Mas ao Presidente e ao Relator cabe tempo à vontade. Podíamos ficar uma semana aqui, eles questionando V.Sa., e nós,

simplesmente, iríamos ouvir. Claro que, num momento, iríamos retrucar, não tenha a menor dúvida. Nós também queremos falar. Mas eu preciso que V.Sa. seja comigo não prolixo demais. Eu acho que o senhor já teve toda a amplitude da vossa defesa. O senhor trouxe coisa extraordinária para nós aqui, inclusive vinculando, deixando clara a omissão do Governo Federal.

Eu tenho aqui um documento que mostra que foi omisso mesmo: Ofício nº 5, ao Sr. Flávio Dino, encaminhado pelo Dr. Andrei Augusto, Delegado de Polícia Federal, do dia 7 – portanto, já no Governo Lula –, em que ele diz que aqueles manifestantes teriam intenção de se deslocar até a Esplanada entre o dia 7 de janeiro e o dia 8 de janeiro e, lá, prosseguir com os atos antidemocráticos e que, pelas informações, o grupo pretendia promover ações hostis e danos contra os prédios do ministério, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e possivelmente contra outros órgãos, como o Tribunal Superior Eleitoral. Isso aqui é o atual Delegado da Polícia Federal mandando para o Ministro Flávio Dino, que eu creio que, de forma culposa ou dolosa – não sou eu quem vai falar –, se omitiu. O Governo Federal sabia. A ABIN – Agência Brasileira de Inteligência tinha produzido relatórios informando que teríamos 140 ônibus chegando ao Distrito Federal, com 1.700 manifestantes.

O que foi feito?

O senhor afirma que a Secretaria de Segurança Pública informou que o evento era pacífico e de baixa adesão. Porém o Diretor da PF – Polícia Federal informa aqui ao ministro algo diverso nesse ofício: que houve reunião na SSP – Secretaria de Segurança Pública, onde foi afirmado que o grupo pretendia promover ações hostis, danos ao Congresso, ao Supremo, e que foram definidas diretrizes de atuação das forças de segurança para evitar intercorrências.

A pergunta é: qual das duas informações a Polícia Militar recebeu? E eu faço isso porque vou me associar aqui... O Deputado Hermeto, acho que é o maior representante aqui, como ex-policial, é o digno representante da gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Policial, não. Hoje o senhor é Deputado. Eu respeito sua condição de policial da reserva, mas de Deputado da ativa...

A responsabilidade não pode cair no colo da Polícia Militar do Distrito Federal, como estão falando. Por isso, eu quero que o senhor não seja prolixo, por gentileza. Tem partes aqui do relatório do Sr. Ricardo Cappelli, ex-interventor. Nominalmente, o senhor é citado onze vezes, sem contar as vezes em que, de forma indireta, foi citado. Então, o senhor teve todo o tempo, já fez sua defesa. Peço ao senhor que seja muito rápido na resposta, porque só tenho, agora, vinte minutos.

A pergunta é: quais das duas informações a Polícia Militar do Distrito Federal recebeu?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, primeiro, eu estava fora de situação. O que eu relatei aqui foi o que eu li da ata de reunião do dia 6 de dezembro, às 10h da manhã... 6 de janeiro, desculpa, 6 de janeiro, às 10h da manhã, na Secretaria de Segurança. E isso aí está nos autos do processo. E foi informado pelo próprio Secretário Executivo que a manifestação era de baixa adesão e ânimos tranquilos. Isso está escrito lá. Isso não sou eu que estou afirmando. Isso está escrito na ata de reunião.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Está escrito, e o senhor está afirmando aí o que está escrito. Então, está coberto.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – E, na segunda-feira, eu fiz contato direto com o chefe da inteligência da Polícia Militar, Coronel Reginaldo. Eu estava em uma viatura, estava deslocando com os presos para a área da DPF quando saiu aquela informação a respeito que a ABIN tinha informado não sei quantas agências a respeito da possibilidade dos atos de vandalismo e aí... e botando... e culpando a Polícia Militar por não ter feito nada. E aí eu peguei o telefone, na presença, inclusive, do meu motorista, que estava dirigindo, e do Sargento André Luiz... Sargento Vítor e Sargento André Luiz, que estavam comigo dentro da

viatura. Conversei com o Coronel Reginaldo no viva-voz, e o Coronel Reginaldo me afirmou categoricamente que a Polícia Militar não recebeu informação nenhuma de nenhum dos órgãos, nem da Secretaria de Segurança Pública e nem da... nem do Governo Federal, da ABIN. O senhor precisa diferenciar aqui, Deputado, o que é informação e o que é informe. Isso eu já expliquei anteriormente. Informes de WhatsApp são para medidas de contenção, não para medidas de planejamento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado.

Por que eram divergentes se havia um plano que planejava ações integradas entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal? O senhor sabe dizer?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O senhor pode repetir a pergunta? Eu não entendi.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por que essas informações eram divergentes se havia um plano que planejava ações integradas? Tinha um PAI entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal? Porque o Governo Federal dá informação. A informação não chega. Por que essas informações eram divergentes? V.Sa. tem condições de responder?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, como eu já expliquei anteriormente, toda a informação de inteligência, ela gira por canal técnico, ela gira através de relatório de informação, o famoso RELINT. Ele gira através de canal técnico, com consciência das autoridades que tomaram conhecimento do teor daquele documento. Então, quem pode explicar isso pro senhor é quem afirma do Governo Federal que mandou e quem afirma através desse controle de ciência que tem em todo documento de inteligência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Aqui é opinião de V.Sa. Na sua opinião, por que, uma vez que tinha tais informações, o Governo Federal não se posicionou com as tropas que ele lá tinha, seja do BGP – Batalhão da Guarda Presidencial, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal. Aí é uma opinião pessoal que eu peço a V.Sa.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado, eu, sinceramente, eu não consigo opinar, né, a respeito de por que isso não aconteceu. Causa estranheza? Causa estranheza, mas eu não consigo efetivamente opinar por que que essa medida não foi tomada. Sei que não foi utilizada a Força Nacional na área do GDF porque realmente precisa de autorização do governador, mas, nos prédios federais, essa autorização é com o próprio chefe da Casa, é o próprio Presidente do Congresso, é o próprio Presidente do STF, né. E a Presidência da República regularmente tem um batalhão do Exército em condições de atuar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mais perguntas que eu entendo que vou fazer, já foram feitas e outros também irão fazer. Mas, se a ABIN informou os riscos do dia 8 a vários órgãos, inclusive ao Ministério da Justiça, e a PM não foi comunicada, então, o serviço de inteligência do Governo Federal falhou? O senhor pode nos dizer se, em outras ocasiões de grande manifestação realizada na Esplanada, houve falha nessa comunicação entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, que eu recorde assim... Até porque a informação que chega pro departamento de operações, ela já chega processada pelo Centro de Inteligência da PM. Eu não recebo a informação primária, né, porque, às vezes, tem muitas informações que vêm num RELINT que vem da ABIN para o CI que, como eu disse pro senhor, não interessa ao chefe do DOP saber, né, porque o que determina a ciência de documento de inteligência não é a sua função, mas a necessidade de conhecer. Então, esse documento, ele vem primário da ABIN com as informações que a ABIN acha que a segurança pública tem que saber. Ele passa por um filtro na Secretaria de Segurança Pública. É refeito um RELINT, um relatório através desse que é enviado pra PM, e ele passa por um filtro na própria inteligência da Polícia Militar. E aí é dado conhecimento à autoridade do que aquela autoridade precisa conhecer. Então, assim, eu não sei, porque eu realmente, eu nunca recebi um documento *in natura* da ABIN ou do Governo Federal. Eu sempre já recebia o relatório do Centro de Inteligência da PM, que vale salientar que não é subordinado ao Departamento de

Operações.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. participou de quantas reuniões a respeito desses atos que poderiam acontecer no dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nenhuma.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nenhuma? *Ok.*

Quais foram os órgãos do Governo Federal que tiveram acesso às informações de contingente que estaria de sobreaviso no final de semana do dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí eu não sei, porque eu estava fora, Deputado. Somente o comandante da operação e o DOP em exercício e o comandante que podem informar para o senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. sabe precisar quem participou da reunião em nome do DOP, na sua ausência?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O Major Leonardo Santos, tendo em vista que o Coronel Souza, que era o meu substituto, estava em uma reunião de alto comando no comando-geral.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.*

V.Sa. teve acesso ao conteúdo das reuniões e seus encaminhamentos?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor. Eu só tive acesso à ata dessa reunião do dia 6, às 10h da manhã.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. elaborou algum planejamento a ser executado durante os dias 7 e 8 de janeiro, desses casos hostis?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O senhor pode repetir, porque eu não consegui escutar?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. elaborou algum planejamento a ser executado entre o dia 7 e o dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não elaborei, não opinei, não fui consultado e nem fui chamado para nenhum tipo de planejamento. Eu estava afastado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A pergunta seguinte aqui, V.Sa. já respondeu, mas, só para efeito – acho que é importante –, V.Sa. estava em Brasília nos dias 7 e 8 de janeiro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhor. Eu não saí a semana inteira de Brasília.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. foi acionado por quem no dia 08/01?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – No dia 08/01, eu recebi uma... (Interrupção da gravação.) É, na pergunta anterior, eu estava fora do Plano Piloto, né? Mas estava no Distrito Federal? No dia 8 – eu prefiro não citar o nome da pessoa –, eu recebi uma ligação direta do gabinete do governador, muito preocupado com o que estava acontecendo, me dizendo que estava com o governador naquele momento e o governador me perguntando... mandando essa pessoa me perguntar o que estava acontecendo. E aí eu respondi que eu não estava, que eu estava de folga. Aí essa pessoa desligou e falou: "Então aguarda um pouco". E desligou o telefone. Logo em seguida, o Coronel Souza me ligou, muito nervoso no telefone, muito preocupado. E eu falei: Souza, o que está acontecendo? E aí ele falou algumas palavras que é rotineira entre os militares, que eu não vou repetir aqui no plenário... "Eu estou na... E a situação virou. Pô, eu estou aqui". Eu falei: Bicho, calma, que eu vou te ajudar a resolver. De imediato, eu liguei para Coronel Fábio. O Coronel Fábio não me atendeu, porque ele devia estar em combate. Ele não viu a minha ligação. De imediato, eu liguei para o Coronel Klepter, que era o subcomandante em exercício. Falei com o Klepter e o Klepter me perguntou: "Naime, você está em Brasília?" Eu falei: Estou. E aí, o que que está pegando? Ele: "Velho, se você estiver disponível, vá." Eu falei: Não, então beleza. Estou indo.

Aí eu recebi uma outra ligação, novamente da mesma pessoa do Buriti, dizendo que o governador estava pedindo que eu fosse imediatamente lá para a Esplanada e tomasse todas as providências possíveis para cessar com aquela agressão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. foi acionado para comparecer ao comando-geral da PM mesmo estando de licença? Se foi, que horas V.Sa. foi acionado?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não estive no Comando-Geral da PM. Eu fui direto para o local da crise.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A que horas V.Sa. foi acionado?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu cheguei... Eu fui acionado por volta das 15h30, 16h. Eu não lembro muito bem. E aí eu tive o tempo, né? Eu estava de folga e tive o tempo de me barbear, botar a farda, acionar minha guarnição... Minha viatura estava no 10º Batalhão, na Ceilândia. Até a minha guarnição chegar, a gente tinha devolvido todo o equipamento da viatura, porque eu ia estar de férias, a minha viatura ia estar parada no 10º Batalhão. Aí, foi o tempo de a minha guarnição chegar. Quando deu 17h40, eu já estava na Praça dos Três Poderes, já entrando em combate junto do choque. Cheguei às 17h40, encontrei com o Coronel Souza, que já estava com a tropa convencional reocupando os espaços onde o choque já havia retirado as pessoas, principalmente o STF. Foi o COT que fez a retirada de lá. Então, já estava reocupando com tropa. E aí eu já me agreguei às linhas de choque que já estavam combatendo ali nas proximidades da cúpula. Aí, eu segui o combate, junto da tropa de choque.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Diante dos fatos apurados, há notícias da sua chegada à Esplanada, mais precisamente ao Ministério da Justiça. O senhor pode afirmar o horário da sua chegada ao MJ e quem o acompanhava?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – MJ?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ministério da Justiça. Esteve lá?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – No MJ... quando eu passei na frente do MJ...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor tem noção do horário?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Dezoito horas, 18h30.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – E quem acompanhava o senhor?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Quem me acompanhava... nesse horário, acho que eu fiz o primeiro contato com o Coronel Fábio; Coronel Cláudio Peres, da ROTAM; Major Cunha, do choque. Major Reis acho que não havia chegado. Tinha um capitão respondendo pelo canil. Estava comigo o Sargento André Luiz, estava comigo o Major Da Silva. Que eu lembre assim, mais a tropa de choque e a tropa do canil. Coronel Cintia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Conforme informação, V.Sa. chegou à Esplanada após o Presidente Lula decretar a intervenção, às 17h50min. Então, o senhor chegou mais ou menos às 18h, não foi? O depoente assumiu a coordenação da operação para remover os civis que ainda estavam no Congresso Nacional?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Naquele momento, eu assumi as linhas de choque. Eu assumi as linhas de choque, juntamente com os comandantes, e comecei a organizar as linhas de choque. Só para ciência do senhor, eu fui tenente, capitão, major, subcomandante no choque, por duas vezes. Eu só não comande a unidade porque, no Governo Rollemberg, ele tirou os tenentes-coronéis do comando e colocou os majores. Aí, o meu tenente-coronelado... eu não consegui comandar a unidade.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Na sua opinião, Coronel Naime, tendo em vista que vários órgãos de segurança tinham ciência do que poderia acontecer – isso está no relatório do Cappelli, está no documento 5 aqui do Diretor-Geral da Polícia Federal –, de quem foi a falha que resultou naqueles atos, na sua opinião?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, eu acho que foi uma falha

operacional, e tem vários pontos que precisam ser analisados. É indubitável que, infelizmente, houve alguma falha durante a operação por parte da Polícia Militar. Mas, como eu disse anteriormente, a falha não se resume à Polícia Militar. Até porque a nossa corporação não tem jurisdição alguma dentro dos prédios federais.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas é nessa linha, coronel, se o senhor me permite, que eu estou lhe fazendo a pergunta. Eu tenho convicção de que a Polícia Militar falhou. A gente sabe. Está aí. Ela vai ter a sua culpa. Mas só ela? Quais são os outros, na sua opinião? Quais são os outros órgãos que falharam?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu acho que...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deixe-me complementar aqui. Eu imagino... eu quero ressaltar o trabalho de V.Sa. Eu creio que o Governo Federal, o governo do Presidente Lula também. Se tem um dia que era extremamente nervoso e preocupante, era o dia da posse do Presidente. Diz a imprensa que nós tínhamos para mais de 300 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, e foi um *show* a mesma polícia na posse do Presidente! Não tivemos intercorrência.

Nós estamos falando de apenas uma semana depois e de relatórios. Inclusive, o governador foi sendo monitorado. "Está tudo bem, está tudo tranquilo, tudo em ordem. Não vai ter problema". E nós tivemos uma falha grotesca! Grotesca!

Isso envolve órgãos de segurança que deveriam dar segurança, que sabiam que tinha ônibus chegando, que podiam ter impedido lá na ponta, que sabiam que o clima estava hostil. Nós temos imagens nas mídias sociais de gente dizendo que estava vindo para cá para tomar o poder e invadir os prédios. Então, alguém falhou.

Estou lhe dando aqui uma oportunidade, fazendo-lhe uma pergunta: na opinião de V.Sa. quais órgãos de segurança falharam?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tenho como, Deputado, avaliar diretamente, assim, a ação dos outros órgãos, né? Eu não tenho... Eu não tenho como dizer para o senhor, sem até correr o risco de ser leviano, de imputar a órgãos que eu não tenha qualquer gestão ou que eu não tive conhecimento de planejamento ou qualquer outra forma. Para mim é evidente uma falha na inteligência. A inteligência com um todo falhou, seja pela inexperiência no convívio do GDF pelos servidores que estavam à frente da secretaria, seja pelo trâmite documental. Para mim a grande falha aí, que acarretou grande parte do problema e acarretou um planejamento, por parte da Polícia Militar, a menor do que deveria ser, foi a inteligência. Mas os outros órgãos da qual eu não tenho participação, eu não sei o que planejaram, eu não sei o que fizeram, eu, realmente, não consigo fazer uma exposição a respeito disso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Se são os órgãos da inteligência, o senhor está falando de uma forma geral de todos os órgãos de segurança, porque a ABIN tem, a Polícia Federal tem, o Ministério da Justiça tem.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, eu acho que principalmente do GDF.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Obrigado.

V.Sa. afirma que esteve juntamente com o interventor federal, Dr. Ricardo Cappelli, e participou da reunião dentro do QG do Exército. De quem foi a ordem para invadir o QG?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Invadir o QG?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Invadir o acampamento, perdão.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não participei da reunião dentro do QG, não. Dentro do QG só participaram da reunião o Coronel Fábio...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o senhor tem conhecimento de quem foi a ordem para desmobilizar o acampamento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu sei que foi feito um acordo com o Exército Brasileiro nessa reunião para, no outro dia de manhã, fazer a desmobilização. Agora,

de quem foi a ordem, eu não sei.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

Fiquei dentro do meu tempo. Ainda tenho 2 minutos e 47 segundos.

Muito obrigado. Estou satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só devo advertir a V.Exa. que o tempo encerrou e V.Exa. não tem direito de pedir dois minutos depois.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix por até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todas e todos os presentes na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço a presença do Coronel Naime e da sua equipe de advogados e advogadas.

Vou conduzir algumas perguntas.

Antes eu queria fazer só três observações iniciais, coronel, que eu acho que são importantes. A primeira delas é que talvez eu seja um dos Parlamentares nesta Casa que mais questiona as ações da Polícia Militar nos últimos quatro anos em relação a direitos humanos e manifestações. É o perfil do nosso mandato, é o perfil da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. A Polícia Militar, por atuar no cotidiano e nos conflitos, acaba tendo uma série de denúncias que chegam a nós. Nós fazemos essa apuração e enviamos à Corregedoria para que se abram os procedimentos, mas acredito que as polícias têm que ser de Estado. Por isso que esta investigação é fundamental.

Eu não sou daqueles que se coadunam com que toda responsabilidade tem que cair nas costas da Polícia Militar. Por mais que eu faça muitas denúncias direcionadas à Polícia Militar, posso dizer ao senhor que tive contato com alguns dos coronéis – nós temos um contingente hoje de policiais enorme no plenário da Casa – ao longo dos últimos anos. O próprio Coronel Fábio, a Coronel Cintia e a Coronel Kelly, citada por V.Sa., foram coronéis com quem que eu tive contato nos acordos em relação a comportamentos nas manifestações.

Queria dizer a V.Sa., para começar, que todos os acordos que a Polícia Militar fez conosco em sala a Polícia Militar cumpriu. Por mais que a gente faça muitas denúncias, a gente também sabe reconhecer quando o papel positivo é tomado em relação à condução das manifestações.

E tem algo que eu lamento muito. Nós temos 10 Deputados aqui, é quase *quorum*, na Câmara Legislativa hoje, pela importância do depoimento. Eu lamento muito que a gente tenha vivido o dia 12 e o dia 8 de janeiro, porque nos últimos anos, inclusive, nós vivemos uma diminuição da violência policial em manifestações, com acordos prévios bem construídos. Diminuições das prisões, que antes nós tínhamos um histórico de prisão de sessenta, setenta pessoas por desacato à autoridade, na 5ª DP. Isso acontecia, era comum, eu acompanhava como ativista, como manifestante.

Então, acho que existia uma desconfiança enorme da sociedade em relação à mistura de convicções pessoais com papel institucional. Essa era a desconfiança que está dada, e essa desconfiança também é parte da mobilização que traz a gente para os questionamentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo ponto que V.Sa. já traz, que eu vou também tentar aprofundar nas perguntas que estão colocadas aqui, é sobre a questão do acampamento, que acho que ele tem também uma importância, para que a gente possa entender o seu papel.

V.Sa. disse que não tem dúvida de que o acampamento foi um embrião dos processos violentos que nós vivemos. Houve várias tentativas, de todo mundo, denúncias. Nós denunciamos nesta Casa, na legislatura passada, o que esse acampamento viria a ser. Então, acho que é importante também esse tema que V.Sa. levanta aqui.

Eu queria começar fazendo algumas perguntas de convicção para o senhor, porque um dos crimes que esta Comissão Parlamentar de Inquérito investiga é o crime de prevaricação. E a prevaricação é justamente o ato de retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra a disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, que é quando essa mistura acontece. Eu sei que há uma luta cotidiana nas polícias para que isso não aconteça, para que os conflitos pessoais não interfiram, as convicções pessoais não interfiram na prática policial.

Então, eu vou fazer algumas perguntas que eu acho que são importantes. Algumas você já respondeu; eu vou querer alguns aprofundamentos.

Primeiro, Coronel Naime, o senhor conhecia pessoalmente o Presidente Jair Bolsonaro, o senhor já afirmou aqui que teve contato. Foi um contato, ou aquele foi o último contato?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu tive contato com o Presidente Jair Messias Bolsonaro, só eu diretamente com ele, nesse dia do Dia 7 de Setembro. Depois o vi na Academia de Polícia Militar em solenidades, depois o vi no 7 de setembro passando...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas contato pessoal, diálogo?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Contato pessoal, diálogo com ele, só esse dia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Tá. O senhor já esteve em reunião com Bolsonaro, Anderson Torres – e/ou, né? –, e teve o conhecimento da participação deles na elaboração de algum instrumento jurídico ou legal para questionar o resultado das eleições presidenciais de 2022?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhor. Inclusive meu contato com o Dr. Anderson foi somente quando ele era da Secretaria de Segurança, nas vezes em que ele foi em operações que eu comandava na região da Ceilândia. Eu não tive outros contatos, tanto que, quando eu assumi o DOP, foi logo quando o Coronel Vasconcelos assumiu o comando da PM e o Dr. Anderson seguiu para o Ministério da Justiça, e o Dr. Júlio Danilo que foi o secretário com quem eu tive contato durante esses dois anos. Um ano e oito meses.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

O senhor já respondeu ao Deputado Chico Vigilante que não tem filiação partidária, inclusive é uma regra das polícias, mas o senhor já participou de algum grupo de WhatsApp ou Telegram de apoiadores do ex-Presidente Bolsonaro, ou grupos de policiais militares que apoiam o ex-Presidente Bolsonaro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Grupos de deputados não; quer dizer, grupos de policiais militares, não, porque eu tento ser o mais isento possível das minhas opiniões político-partidárias. Inclusive, foi porque minha assessoria não gravou, mas, no dia anterior à posse, eu fiz um *briefing* da operação com todos os policiais que iam comandar as tropas, e eu fui bem claro com todos eles que nós somos uma polícia de Estado e que nós iríamos cumprir o nosso dever naquele dia. Então, assim...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Grupos de WhatsApp e Telegram geral.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Agora, grupos, eu participava, por quê? Porque eu precisava de informação. Eu participava de alguns grupos de apoio, de líder de... não grupos, mas eu tinha contatos de lideranças...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor participava ou não de grupos de WhatsApp de apoio ao ex-Presidente Bolsonaro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Grupos, não. Eu tinha contatos de pessoas que eram lideranças e eram pessoas que eu utilizava para ter informações. Por exemplo, 7 de setembro, vai descer caminhoneiro para a Esplanada ou não vai?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor taxativamente não participava de grupos de WhatsApp ou Telegram de apoio ao ex-Presidente Bolsonaro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo? Esses contatos, então, que o senhor tinha não eram de convicção pessoal, eram para atividade profissional?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Por necessidade do trabalho.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Atividade profissional?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim. Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Correto.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu tinha vários contatos de lideranças, de gente que vinha fazer manifestação, de liderança de caminhoneiro, até por conta do dia 6 de setembro de 21. A gente combinou uma coisa com o agro e foi feita outra. Outras lideranças entraram no meio que não estavam dentro da situação do agro. Então, eu ia coletando essas informações e, de vez em quando, eu: “E aí? Tudo bem? Que vocês estão planejando? Qual que é a ideia?” Mais para ter uma informação mais precisa do que ia acontecer na cidade.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor participou de algum ato ou manifestação pública de apoiadores de Bolsonaro que questionavam o resultado das eleições de 2022 como cidadão?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Em 30 anos de polícia, eu acho que eu nunca fui a uma manifestação sem ser fardado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

No dia 12 de dezembro, de que a gente falou pouco, mas acabou que o dia 12 de dezembro teve uma importância grande. Como o senhor avalia? O senhor já falou um pouquinho das dificuldades do mapeamento do dia 12 de dezembro. Agora, eu me surpreendi um pouco com o fato de não ter sido efetuada nenhuma prisão da Polícia Militar. O senhor acha que houve prevaricação ou omissão de policiais na ponta, na execução do seu trabalho?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, nós temos que lembrar, mais uma vez, que a Polícia Militar é uma força de segurança pública.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. O senhor até explanou para nós aí.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nós não somos uma força de intervenção de guerra. Aquilo ali era um combate urbano que envolvia cidadãos, pedestres, usuários do *shopping*, usuários do transporte público, gente saindo de serviço, misturados com manifestantes, alguns caracterizados e outros não caracterizados. Aí, assim, a gente tem que ter todo esse cuidado. Segundo ponto, nós fomos pegos de surpresa com aquela situação. Não foi nada que foi informado para a polícia. Não houve uma informação dizendo: “Olha, tal hora a Polícia Federal vai efetuar uma prisão e vai levar para a superintendência, prepara um efetivo”. E essa conversa existe.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas mesmo depois que o senhor...

Vamos voltar só à parte final da sua fala. Acho que o senhor fez uma explanação geral sobre a situação do dia 12...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí, depois, o que aconteceu?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas, nessa reta final, depois que o senhor acionou alguns batalhões especiais para ajudar, vocês não acharam mais ninguém?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí o que aconteceu? A tropa de choque, que era a tropa que estava paramentada para o combate, juntamente com a ROTAM e o canil fizeram a contenção, e, depois, a gente entrou com as viaturas, com as patrulhas para poder fazer. Aí, realmente, zero. Aí, depois, com umas duas, três horas, começaram a chegar umas pessoas, mas aí já eram senhoras, já não era gente com aquela característica de gente que tinha ali botado fogo. Sabe? A gente não tinha como efetuar a prisão, já eram senhoras que começaram a orar lá na frente da Polícia Federal para libertar... Já não eram mais as pessoas com aquela característica daqueles que tinham feito aquela baderna.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia seguinte, o Coronel Fábio afirmou que uma parte do grupo teria subido em hotéis do Setor Hoteleiro, estariam hospedados ali e, outra parte, teria ido em direção ao acampamento do QG do Exército. Ele falou isso no dia seguinte.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu fiz uma patrulha com o choque. Nós fomos até o Buriti, né? Tinha algumas pessoas lá no Buriti, mas não fizeram atos de vandalismo. Estavam, né? E aí a gente circulou toda a região lá e a gente realmente... Só se foram muito antes de eu fazer essa patrulha, porque, realmente, eu fiz depois que eu consegui conter toda a confusão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A minha estranheza foi, justamente, pela depredação de uma delegacia da Polícia Federal, depredação da 5ª Delegacia de Polícia da Polícia Civil e nenhuma prisão efetuada. Porque eu já participei de muitas manifestações, e mesmo muito pequenas, né? E algumas espontâneas e assim... me surpreendeu. Acho que surpreendeu toda a população do Distrito Federal...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É. Tanto Deputado, que o primeiro enfretamento foi com a Polícia Federal, não foi nem com a PM. E a PF também não prendeu ninguém.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pois é. Uma surpresa enorme para todos nós.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Exatamente. E assim...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso no dia 12 de dezembro...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu teria que falar uma história muita longa para o senhor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu só tenho quatorze minutos.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Poder entender... Mas tropa de choque, tropa de choque, rotineiramente, não faz prisão. Tropa de choque é para contenção. Prisão é feito por outras tropas, né? Que em determinada data histórica da Polícia Militar, que eu não me recordo, alguém, por questão de efetivo, né? A tropa de choque foi diminuindo e foi tirando. Aí "Pô, o que que eu posso tirar? Tira a busca e captura. Eu não vou tirar da linha de escudo. Eu não vou tirar o atirador. Eu não vou tirar o químico". E aí foi diminuindo e a tropa de choque começou a se especializar só em contenção e parou de fazer busca-captura. Tanto que se o senhor pegar na internet as ações da tropa de choque em 2014, se eu não me engano, na Copa das Confederações, o senhor vai ver que a tropa de choque tinha uma tropa de choque e junto da tropa de choque tinha gente atrás, menos paramentado, que era para fazer prisão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que efetuava as prisões.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Só que devido a questão de efetivo, isso foi...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coronel...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sendo feito opções.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coronel Naime, voltando a um tema que eu tratei aqui anteriormente. O senhor tem conhecimento de algum grupo de WhatsApp e Telegram que organiza policiais militares em apoio ao ex-Presidente Bolsonaro? O senhor tem conhecimento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não tem conhecimento de nenhum?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Acho que é importante para que a população tenha também essa informação.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Assim, é complexa essa situação, porque, às vezes, a gente está em grupos de policiais militares que tem um lá mais eufórico, que tem

um que faz mais comentários, mas, especificamente, dizer assim: "É um grupo de apoio ao Bolsonaro". Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

No dia 8 de janeiro, aí nós vamos para o dia 8 de janeiro, o senhor... Qual a avaliação do senhor do efetivo empregado no dia? O senhor esteve lá presencialmente. Então, o senhor teve uma visualização, pela experiência que o senhor tem aí de algumas décadas de Polícia Militar. Qual a avaliação que o senhor tem do efetivo que foi empregado naquele dia?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, eu não consigo avaliar, porque, como eu disse anteriormente, eu fiquei o tempo inteiro com a tropa especializada. Eu fiquei com o choque, com o canil e com a ROTAM.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor presenciou algum ato de conivência ou manifestação de apoio de policiais militares aos extremistas?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Dentro da tropa de choque, não. De forma alguma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, em nenhum momento o senhor presenciou, né?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, da tropa que eu fiquei, que foi a tropa de choque, não. Que é onde eu posso dizer. Com outra tropa eu não tive contato.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coronel, há uma denúncia na Corregedoria da Polícia Militar que contradiz um pouco essa versão contada hoje. Por isso a importância da sua presença. Segundo essa denúncia, você haveria retardado, intencionalmente, o avanço das tropas, por vezes, parando homens que estavam em seu comando para permitir a fuga de extremistas.

Inclusive, no relatório do Sr. Ricardo Cappelli, ele afirma: "Vi com os próprios olhos o oficial tentando retardar a linha de contenção da PMDF, quando as sedes dos três poderes já estavam desocupadas. A impressão que me dava é que ele não queria que a linha andasse. Estavam andando muito lentamente. Foi uma guerra para eu conseguir fazê-la andar".

O que o senhor tem a falar sobre isso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Deputado... É uma coisa complicada a pessoa ter impressão de coisa que ela não sabe. Eu tenho trinta anos de Polícia Militar, a minha história na Polícia Militar se confunde com o Batalhão de Choque. Tive a oportunidade de ser subcomandante daquela unidade duas vezes; operei entradas em presídios, operei entradas em delegacias, operei em entradas... desobstrução de via; Esplanada eu perco a conta das vezes que eu operei e, infelizmente, existem condições técnicas que quem é leigo à segurança pública tem impressões erradas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor afirma que agiu de forma técnica. Não agiu para desmobilizar.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu agi de acordo com a técnica. Primeiro ponto: nós começamos a ter problema com os armamentos, com os calibres 12 Benelli. Por quê? O calibre 12 Benelli é feito para atirar bala de... – olha eu falando bala, os PMs aí vão me xingar – munição de chumbo 3T, munição de chumbo e não... Ele é construído para munição de elastômero. Por que eu estou falando isso para o senhor? A munição de chumbo, quando ela passa no cano, ela não deixa resíduo; a borracha, quando ela passa no cano, ela deixa resíduo. E aí, há uma necessidade que a uma quantidade x de disparos de elastômeros, se faça um disparo de munição de chumbo para limpar o cano, porque, senão, a munição começa a embuchar no cano e a munição não sai. E, como no local nós não tínhamos local de segurança para efetuar disparo com munição real, as armas que estavam sendo usadas pelos policiais começaram a falhar. Então, nós precisávamos esperar chegar a van para trocar esse armamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, essa foi a razão, talvez, pela lentidão?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Uma das razões. Segundo ponto: o policial militar carrega munições de elastômero e munições químicas em um número limitado. Como

eu falei aqui anteriormente, no último confronto do choque, foram efetuados 900 disparos; nessa, foram efetuados 4 mil. O senhor consegue entender a diferença? Então, a previsão do choque, qual era a previsão dele? "Cara, meu maior confronto foram 900, então eu vou levar para campo 1.800." E ele usou 4 mil. Então, nós tínhamos que deslocar viaturas no Setor Policial para pegar munição e retornar para a Esplanada para reabastecer os bornais dos policiais. E nesse tempo eu tinha que ter a inteligência de quê? De não acabar a munição não letal, porque se houvesse um ataque direto e os policiais não tivessem munição letal, a gente ia usar a letal! Então, eu tinha que ter...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E nesse contexto o senhor teve algum tipo de divergência de comando com o Sr. Ricardo Cappelli ou com o Coronel Fábio?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Em nenhum momento. Eu nunca tive divergência de comando com o Coronel Fábio, em nenhuma situação e nem nesse dia. E, com o Dr. Ricardo Cappelli, a minha única...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que era o seu superior naquele contexto, não é?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – A minha única divergência com ele foi no dia posterior, porque eu cheguei na Polícia Federal com 40 ônibus se encaminhando lá, para a Polícia Federal; e a Polícia Federal foi meio que pega de surpresa com aqueles ônibus para lá. Não existia local na Superintendência da Polícia Federal para que aqueles 40 ônibus fossem instalados. Eu estava preocupado, porque as pessoas saíram do acampamento dizendo que seriam triadas e, depois, liberadas. E aí, quando aquelas pessoas chegassem na Polícia Federal, eu tinha um medo de acontecer uma rebelião dentro daqueles 40 ônibus, dentro da Polícia Federal. Tanto que eu fiquei com o Dr. Cajado e mais dois delegados da Polícia Federal rodando dentro, enquanto o comboio deslocava, rodando dentro da Superintendência da Polícia Federal, quando... Para onde que colocaria? Não tinha local. Queriam deixar eles dentro do ônibus. Isso ia ser um problema. Isso ia dar um confronto. E aí me chegou a informação que eles iriam para a Papuda direto. E aí eu liguei para o Coronel Klepter e falei: "Klepter, recebi uma informação aqui que vai para a Papuda, velho. E aí, o que que eu faço?" O Coronel Klepter falou: "Naime, eu vou falar com o interventor e te dou um retorno". Eu falei: "Está bom. Então, eu vou pedir para o Coronel Edvan, que está comandando a escolta, vir na velocidade da via..."

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não foi uma divergência, foi uma negociação ali de qual seria o caminho.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – ...vir na velocidade da via para decidir, porque, se tiver que desviar para a Papuda, vai ser outro caminho. Tudo bem". Nisso eu desliguei o telefone, liguei para o Coronel Edvan e falei: "Edvan, está uma divergência de para onde você vai, cara. Então, vem na velocidade da via, não vem cortando sinal, porque, se tiver alguma coisa, eu te informo para você já mudar de rota". Nisso, o Cappelli chegou lá na Papuda, desculpa, na Superintendência da Polícia Federal. E aí ele já chegou gritando, perguntando por que os 40 ônibus não tinham chegado. E aí eu estranhei, porque eu tinha avisado o problema. E aí eu fui falar com ele. Eu falei: "Doutor, o problema é que aqui está indefinido para onde que vai. E a gente não sabe se vem para cá ou se vai para a Papuda. E eu pedi para o Coronel Edvan vir mais devagar para decidir, para não ter que mudar a rota". E aí ele já começou a gritar comigo na frente da tropa. Total desrespeito ao meu posto de coronel. Começou a gritar comigo na frente da tropa e dizer que eu não tinha autoridade para aquele tipo de decisão. Que não era para eu ter feito aquilo. Que ele estava decidindo com o Diretor-Geral da Polícia Federal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Esse foi o contexto da divergência de vocês?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Foi esse. E tanto eu digo para o senhor que, quando os ônibus chegaram na Polícia Federal, o Coronel Edvan, com a escolta, foi barrado pelos vigilantes da entrada da Polícia Federal. Ele foi barrado. O vigilante: "Não, eu não tenho a informação desses ônibus aqui, não".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coronel, eu vou seguir. Eu quero falar da questão do Exército antes de o meu tempo acabar, porque eu acho que isso é importante.

Primeiro, o senhor falou que teve várias reuniões de planejamento em relação à desocupação, que não foi possível. Isso no mês de dezembro. Depois do dia 12, eu acho que muita gente se convenceu da necessidade da retirada de uma parte grande dos ativistas, dos golpistas, que estavam colocados ali no Quartel-General.

O senhor pode me detalhar quantas reuniões aconteceram? E o senhor esteve diretamente com o General Dutra?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, eu participava numa média de três reuniões por dia, MD... O senhor está falando de posse?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não. Eu estou falando de desmobilização do acampamento. Desmobilização do acampamento no QG do Exército.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Desmobilização de acampamento no Exército eu participei de umas duas reuniões.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Elas foram com o general Dutra?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Se eu não estou equivocado, sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual a sua impressão sobre a posição do Comando do Planalto em relação a essa desmobilização?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não posso fazer esse tipo de colocação, Deputado, por questão militar. O general é um superior hierárquico e eu fazer considerações a respeito de ato superior é crime militar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, qual é o comando que você recebia do general em relação a isso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não... O planejamento, ele sempre acontecia normal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mais taxativamente, houve orientação por alguma autoridade pública, no caso aí militar, para a instalação dos acampamentos golpistas nessas áreas de segurança federal? Assim, teve orientação no sentido de não permitir a retirada, por exemplo, uma orientação expressa para vocês para que não se permitisse a retirada?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Teve por duas vezes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Por duas vezes. E essa orientação veio de quem?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Essa orientação, segundo informações, vinha do comando do Exército.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E isso vinha... Isso foi no mês de dezembro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Isso, se eu não me engano, sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque, no mês de janeiro, o senhor já não estava... na maior parte, o senhor já não estava em exercício.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Mês de janeiro eu já estava fora, eu saí logo após a posse. Só queria salientar aqui uma questão, Deputado, já que o senhor tocou no assunto Dr. Cappelli. Eu já estava na Esplanada antes de ele chegar, né?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coronel, só porque eu preciso fazer duas perguntas – meu tempo está acabando, faltam dois minutos – muito objetivas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deixa ele completar essa informação sobre o Cappelli.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor vai me dar mais tempo? Porque, senão, eu quero seguir para um outro tema que eu acho que é mais importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porque foi feita uma pergunta, eu acho importante ele esclarecer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para mim, eu já estou satisfeito com a resposta anterior,

coronel. Só sobre a questão do capitão, o senhor comentou antes sobre o Capitão Roma ter pegado no seu ombro, em algum...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, o Capitão Roma não me tocou, não, mas ele veio com uma equipe e praticamente me colocou para fora da área onde estava ocorrendo a manifestação. E aí a população já veio atrás dele, daquele padrão que a gente sempre via, né, me xingaram de palavras de baixo calão, né, me, me... Eu só acho que não me agrediram porque...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor citou também, no dia 8, um tenente que veio de encontro ali da Polícia Militar, alterado, impedindo as prisões. O senhor consegue se recordar do nome desse tenente?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não recordo, mas eu sei que ele era o oficial de dia, naquele dia, lá na área.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Lá na área do Quartel-General.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, do Quartel-General.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual era a disposição dele? Ele queria impedir também a entrada da Polícia Militar...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Ele não queria deixar que a gente prendesse as pessoas no gramado ali. Antes, eu mandei o Cunha antes da Avenida Duque de Caxias, só naquele gramado que fica ao lado da via N1, naquela calçada ali. O Cunha montou uma linha. Inclusive alguns deles, quando perceberam a linha ainda, correram lá para dentro. O choque ainda tentou correr atrás para pegar e foi impedido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Você sabe qual era o argumento utilizado pelos oficiais do Exército?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O argumento é que ali era área do Exército.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas tinha algum argumento em defesa dos manifestantes?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor percebe alguma leniência em relação aos golpistas extremistas?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O que eu percebi dele foi ele dizendo que ali era uma área do Exército e que a PM não podia atuar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E que não tinha autorização para atuar?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Que não tinha autorização para atuar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E nem depois da negociação, o senhor participou de parte da negociação, primeiro momento, depois, o senhor disse que teve uma reunião a portas fechadas. O que o senhor presenciou nesse primeiro momento?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Nesse primeiro momento, eu presenciei o Dr. Cappelli, de todas as formas, tentando entrar no acampamento, né, já para efetuar as prisões ali, né? Eu presenciei o General Dutra, os dois até discutindo a respeito dessa entrada, nós da PM assistindo àquela discussão. Vi uma ligação do General Dutra, que depois me falaram que foi para o Presidente Lula e na sequência...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não tem como confirmar isso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tenho como confirmar. E, na sequência, eles foram para a reunião no QG do Exército.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Muito obrigado.

Eu acho que nós vamos ter que discutir a questão do papel das Forças Armadas nesse processo inteiro, e fez muito bem o Presidente Lula em trocar o Comandante-Geral do Exército.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Fábio Félix. Eu vou conceder um minuto para que o depoente possa esclarecer essa questão do Cappelli. Acho que ela tem que ser esclarecida aqui.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É só para relatar para o senhor, Deputado, que eu já estava no teatro de operações quando eu recebi a ligação do Dr. Fernando Neto, que é do PT-Brasília, que trabalhou muito perto. Conheço ele desde pequeno, desde adolescente aqui no Distrito Federal, e a gente trabalhou muito perto durante o governo de transição, com alguns assuntos que a transição teve problema para conseguir com a Secretaria de Segurança, e eu acabei resolvendo dentro da PM. Teve uma questão de troca de escolta da PM para a PRF. Teve uma questão do boneco do Lula, que precisava de segurança. Eu, mesmo com o DOP, eu botei a segurança para o bonecão do Lula poder andar pela cidade, fazer fotos. E eu sempre tive uma relação muito próxima do Fernando Neto, né, desde a época que eu fui subsecretário no Governo Agnelo, né? Já conhecia ele de adolescente no Guará. Ele com meu irmão eram presidentes da liderança jovem do PT, e eu sempre tive muita proximidade dele. E eu já estava na Esplanada, quando o Fernando Neto me ligou e falou assim: "Naime, cê, cê, cê tá na Esplanada, velho?" Porque, inclusive, naquela semana, eu tinha encontrado com ele no almoço e tinha falado que eu estava de férias. E eu falei: "Fernando Neto, cara, eu tô na Esplanada. Eu acabei vindo". "Pô, velho, teve uma intervenção federal aí. O interventor é o Cappelli. Você... Eu vou te dar o telefone dele. Você liga para ele, se põe à disposição e fala que cê tá aí." Eu falei: "Não, tudo bem." Aí ele me passou o telefone do Cappelli. Eu, de imediato, liguei para o Cappelli. Ele não me atendeu – e isso tá no meu celular. Mandeí uma mensagem para ele. Falei: "Dr. Cappelli, sou o Coronel Naime. Sou Chefe de Operações da PM. Eu estou de férias, estava de férias, mas já estou no teatro de operações, já estou com a tropa de choque e estou à sua disposição." E aí ele não me respondeu, né? E, aí, quando ele chegou, que eu tive contato com ele lá, depois da Catedral, né, eu me apresentei novamente. Falei: "Dr. Cappelli, eu sou o Coronel Naime". E assim, ele já me atendeu de uma forma muito abrupta, muito estúpida, né? Se referiu a mim o tempo inteiro de uma forma muito grosseira, muito mal-educada na frente da tropa, assim como se eu já fosse um, um alvo. Como se eu já fosse um alvo dele, como se eu já fosse um alvo para essas conclusões aí que ele chegou. Eu, que saí da minha casa, que larguei minha família, que larguei minha casa, meus filhos. Fui lá pra ser ferido, machucado, para estar do lado dos meus irmãos de farda. Eu fui tratado o tempo inteiro por ele só com, com respostas grossas, com respostas abruptas, com mau tratamento, sem eu ter feito nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho que está esclarecido.

Eu comprei três sanduíches aqui: um para o Relator, um para mim e estou disponibilizando um para o nosso depoente.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Um suco de laranja que está quente, porque não botamos gelo, mas eu vou disponibilizar aqui cinco minutos de intervalo aqui para que ele possa... Pedi para trazer café, água e chá também aqui para a gente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, porque o Relator, o Presidente e o depoente não podem sair daqui. Por isso, nós compramos só para os três aqui. Faremos um intervalo.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sr. Relator, vamos retomar o nosso trabalho.

Deputada Jaqueline Silva, V.Exa. é a próxima a interrogar o depoente. Em seguida, o Deputado Gabriel Magno e, depois, a Deputada Paula Belmonte.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada Jaqueline Silva? (Pausa.)

Cadê o Deputado Joaquim Roriz Neto? Também está ausente?

Temos *quorum*. Estão reabertos os trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno. V.Exa. disporá de até 25 minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, obrigado. Boa tarde, Coronel Naime.

Coronel, eu gostaria de iniciar aqui minhas questões a partir do que o senhor já colocou, pelo documento entregue pela sua defesa, e retomar essa questão do afastamento. O senhor disse, em resposta ao Deputado Chico Vigilante... E, obviamente, aqui, não quero questionar o direito das férias de nenhum trabalhador, pelo contrário, essa é uma bandeira que nós sempre defendemos aqui. Mas o senhor disse que um dos motivos, também, do período o qual reapresentou o pedido era porque não tinha ainda conhecimento dos atos do dia 8.

No documento entregue pelos seus advogados, ele data de 4 de janeiro de 2023 o despacho assinado pelo chefe em exercício da Subseção Administrativa do GCG – Gabinete do Comandante-Geral e pelo Péricles Queiroz Araújo, chefe em exercício do Gabinete do Comandante-Geral, que atesta: "ciente, aprovo o despacho da sua dispensa do dia 3 ao dia 8 de janeiro". Esse documento está aqui. Foi entregue pelo senhor, datado do dia 4. Várias reportagens na internet e nos próprios relatórios mostram que a convocação para os atos do dia 8 inicia nas redes sociais, publicamente, no dia 3 de janeiro.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, só para... Qual é o documento a que o senhor se refere?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É o documento 1.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Dia 3, né?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu peguei o despacho aqui: Brasília, 4 de janeiro, assinado pelo Péricles Queiroz Araújo, chefe em exercício do Gabinete do Comandante-Geral, autorizando a licença do coronel no dia 4 de janeiro.

A minha pergunta é se não chegou ao conhecimento da Polícia Militar e ao departamento de operações essas convocações que estavam públicas na internet, provavelmente nos grupos de Telegram e WhatsApp mais cedo, mas já eram públicas desde o dia 3 de janeiro; se o senhor – ou quem autorizou o seu afastamento – não tinha ciência, já nesse dia 3 de janeiro, da convocação dos atos do dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, o primeiro ponto para esclarecer para o senhor é o seguinte: a Polícia Militar do Distrito Federal, através de portaria..., as escalas da Polícia Militar são 12 por 36, radiopatrulhamento diurno; 12 por 60, radiopatrulhamento noturno; 8 por 40, policiamento motociclístico ou policiamento ciclístico; escala de expediente, de 13h às 19h, de segunda à sexta-feira, e 24 por 72 das escalas das pessoas que tiram escala de serviço 24h. Eu comecei a trabalhar no dia 31 e parei de trabalhar no dia 2 de janeiro, às 11h da manhã. Então, automaticamente, independentemente do despacho do subcomandante-geral, eu já teria direito a 72 horas de folga a partir do meio-dia do dia 2. Mas, de qualquer forma, eu já havia conversado, na semana anterior, com o subcomandante-geral a respeito dessa minha necessidade de serviço. E o meu cansaço era visível por todo o alto comando da polícia. E eu, realmente, tirei aquela semana para tratar da minha saúde, olhar para os meus meninos, porque eu não tinha ficado desde o Natal. Desde o dia 17 de dezembro, eu não tinha ficado em casa com eles. E eu silencieei todos os grupos da Polícia Militar, todos os grupos que tinha no WhatsApp. E eu fiquei por conta da minha família, que já estava ressentindo a minha ausência há vários meses. As minhas últimas férias foram em janeiro de 2022, 10 dias. Depois disso, eu não tirei mais férias, eu não tirei mais nada. Então, eu já vinha numa rotina de dois anos acelerado, como eu falei para o senhor. Eu comecei a assumir o Departamento com o Lázaro, com quinze dias dormindo na grotá, no meio do Goiás. Daí, nove finais de semana na Esplanada, 6 de setembro de 2021, 7 de setembro de 2021. Então, assim, eu me desconectei, mas eu fiquei no Distrito Federal o tempo inteiro. Da mesma forma que me convocaram no domingo e eu fui pro combate, se tivessem me convocado na semana: "Volta, porque está pegando!", eu tinha voltado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não. Ok. Só é uma questão, porque o senhor disse

que parte desse planejamento, nesse período, era também... um dos motivos era também que não tinha nenhum alerta ainda na Polícia Militar.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Até o dia em que eu saí, esse evento não estava no cronograma, tanto que a Polícia Militar... Pelo que eu sei, chegou para a Polícia Militar no dia 5, à tarde, e a reunião foi no dia 6, às 10h da manhã.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ok. Não, é só, então, para deixar nítido. As notícias mostram os registros. Isto é facilmente averiguável também: que os atos já estavam convocados publicamente com chamadas nas redes sociais abertas, não só nos grupos fechados desde o dia 3...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tem que salientar...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas, obviamente, eu não estou questionando nem a escala nem o direito de descanso.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Tem que salientar, Excelência, que esses chamados, também, deles já vinham há meses. Coronel Cintia mesmo tentou várias reuniões com eles sobre esses eventos e, no meio do caminho, não apareciam, o evento não acontecia. Eles entravam em discussão entre eles de não sair do QG, de ir para a Esplanada; que tinha que ficar no QG, outros diziam que tinham que ir para a Esplanada. Então, assim, esses chamamentos assim, sem uma informação precisa da inteligência, era mais um chamamento que já vinha acontecendo há vários meses.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ok, obrigado pela resposta, coronel.

Na última semana, esta CPI interrogou a Delegada Federal Marília Alencar, que era Subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, e o depoimento dela, para nós, pareceu-nos um papel da inteligência. Ela afirmou aqui várias vezes que não houve nenhuma falha, do ponto de vista da inteligência, nem da Secretaria de Segurança Pública e nem da inteligência da Polícia Militar. Pelo contrário, ela reafirmou que o trabalho da inteligência da Polícia Militar foi de excelência, inclusive para o dia 8 de janeiro.

Quero perguntar ao senhor qual é a sua opinião sobre a avaliação da Sra. Delegada Marília Alencar, e que o senhor pudesse explicar para nós qual é o papel da inteligência e do operacional, porque nos pareceu na sua fala – você reafirmou várias vezes isso – que teve um problema no operacional da Polícia Militar no dia 8. E, fazendo o registro aqui, o recorte do dia 8. A inteligência cumpriu com todo o seu papel?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, só para esclarecer para o senhor, assim, para o senhor entender quem é que você está falando: eu sou formado em inteligência e sou especializado em operações de inteligência. Então, o que eu digo para o senhor é... A gente precisa definir as coisas. O que eu ouvi ela falando aqui foi de informações de WhatsApp. Informações de WhatsApp não é relatório de inteligência. Informações de WhatsApp é informe de momento do agente que está na rua, o que significa que aquilo ali precisa ser agregado a outras fontes de informação, precisa de haver uma análise a respeito dessas fontes de informação e, a partir daí, a gente forma um cenário. E, aí, o senhor tem vários cenários formados, a partir desse conjunto de informações, que vão dizer: a situação a tem tantos por cento, é a situação amarela, vermelha, verde, não vai acontecer, vai acontecer. Informes... Então, se nós estamos falando de planejamento, nós precisamos de uma informação de inteligência. Nós precisamos de um relatório de inteligência com uma análise.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A Sra. Marília disse aqui, nesta CPI, que, por parte da inteligência, foi apresentado não só o informe, nos grupos de WhatsApp, como ela citou e o senhor também, mas informação e relatórios da gravidade e do alerta necessário para o dia 8 de janeiro.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí, eu volto ao senhor novamente a respeito da diretriz nacional de inteligência de segurança pública. Se esse relatório saiu da Secretaria de Segurança Pública e foi para a PM, de acordo com o que determina a diretriz nacional de inteligência de segurança pública, ela tem que ter ido por canal técnico. E ela deve ter ido lacrado, através de envelope com selo de reservado, e acompanhado de um papel que

dá a ciência das pessoas que tiveram conhecimento daquele documento. Isso é determinado por lei. Então, se ela realmente fez esse relatório dentro do que era necessário ser feito e encaminhou para os órgãos de inteligência, para a PM – e o Comandante da Inteligência da PM, Coronel Reginaldo, na segunda-feira, me afirmou categoricamente que não recebeu relatório nenhum da Secretaria de Segurança e nem de um outro órgão –, ela precisa apresentar esse relatório com os recebidos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, teve uma falha da inteligência...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Com certeza.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E aí a minha pergunta é... Que o senhor relatou aqui... Então, com a falha da inteligência, mas que o senhor disse e reafirmou aqui que o acampamento foi o epicentro dos acontecimentos do dia 8 de janeiro e do dia 12 de dezembro. Desde quando o senhor tem essa opinião? Depois dos atos do dia 8 ou você sempre teve, desde a montagem dos acampamentos?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Essa opinião é nossa e foi de sempre da Polícia Militar. Nós sempre... Inclusive, tem documentos meus alertando a respeito disso, né? Tem um documento, inclusive, que eu fiz... Eu acabei nem enviando, porque aí o Coronel Fábio deu uma entrevista coletiva e, depois que o comandante-geral fala, a gente, por hierarquia, a gente não fala mais, né? O documento, ele acabou ficando na minha caixa SEI, e eu acabei não enviando, mas eu já alertava, nesse documento, da disponibilização de tropa, da redução de policiamento em outras áreas para atender... Para toda hora... Essas operações estavam sendo frustradas. Isso tem um custo para a Polícia Militar. Isso tem um custo para o Governo do Distrito Federal. Isso tem um custo para o contribuinte.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, além da falha da inteligência, o senhor comandava, desde, se eu não me engano, 2021...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Abril de 2021.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ...abril de 2021, o DOP. Então, o senhor também estava à frente da instalação dos acampamentos. Mesmo com a falha da inteligência, que é importante ficar registrado, o DOP operacional menosprezou o risco da manifestação do dia 8, com todos esses informes, essa opinião de que ali estavam gestacionadas várias iniciativas que culminaram no dia 12 de dezembro? A gente viu a barbárie no centro da cidade. Depois, no dia 24, com ameaças de bomba. Não teve, por parte do operacional da Polícia Militar, o menosprezo do que aconteceria no dia 8 de janeiro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, para mim, é muito difícil eu fazer um juízo de valor num processo de tomada de decisão da qual eu não participei.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Se o senhor estivesse, coronel, à frente do DOP no dia 8 de janeiro, o que o senhor teria feito para evitar o que aconteceu na Esplanada?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, eu, particularmente, eu sempre baseei minha tomada de decisão muito nos relatórios de inteligência, o que a inteligência dizia e o que a gente vivia, né? Eu tenho uma prática pessoal de não ficar repassando para autoridades informação de WhatsApp. Eu vou no local. Eu apareço no local e vejo o que está acontecendo. E aí, se eu tiver que dar uma informação para o Secretário de Segurança, se eu tiver que dar uma informação para o Comandante- Geral, ele tem a certeza que eu estou dando a informação do que eu estou vendo. Eu não fico em casa recebendo mensagem de WhatsApp e dando informação para o Governador do Distrito Federal. Eu vou. Eu vou lá ver. E, assim, eu acho que, a nível de planejamento, planejamento, eu não teria mudado muito com base nas informações de inteligência que tinha. É, eu poderia ter mudado, assim como também fiz no dia da posse, né? Nas ações de contenção durante o evento, né? Que aí eu acho que a questão desse sobreaviso – que eu não sei muito explicar por que que a tropa ficou de sobreaviso – foi uma coisa que atrapalhou um pouco, tem uma resposta imediata, né? Isso aí quem tem que falar para o senhor é exatamente quem estava lá e estava no processo de tomada decisão. Porque manifestação, eu vou dizer para o senhor, é muito complexo. Por exemplo, no dia da posse, no dia 1º, teve um momento lá que eu tomei a decisão de acabar com a linha de revista. Por quê? Porque, se eu não tirasse a linha de revista, tinha um horário

pré-determinado para a Praça dos Três Poderes fechar, as pessoas não iam poder mais acessar a Praça dos Três Poderes. Tinha um quantitativo e tinha uma fila de mais de 50 mil pessoas porque como a gente decidiu fechar toda a via S1 – para que o Presidente e as autoridades transitassem – ficamos só com a N1 para poder a população andar, e a linha de revista ficou pequena. Não tinha uma quantidade, eu não conseguia colocar uma quantidade de policiais só naquela passagem do Tatuí suficiente para atender 50 mil pessoas serem revistas. E aí começou a ter discussão na fila, começou gente a passar mal, começou a ter discussão com policial, e aí eu tomei a decisão de quê? Desfaz a linha. E eu fui questionado pela MP. Por que que você fez isso, né? E depois comecei a fazer revistas seletivas no meio do coisa. Então, quer dizer, policiamento, o planejamento, ele é um pontapé inicial. Mas o policiamento, ele é vivo e vão acontecendo situações que o comandante vai tomando decisões. E, assim, ter tropa em condições e na mão para dar uma resposta, isso é fundamental.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Teve um erro do comando da Polícia Militar no dia 8?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não consigo avaliar. Eu não sei qual foi o processo de tomada de decisão. Eu preciso... Eu..., eu não..., eu não..., eu evitei ao máximo tomar conhecimento do que fizeram aquele dia porque eu acho que...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quando o senhor chegou à Esplanada... O senhor não consegue?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Quando eu cheguei na Esplanada, as tropas que estavam de sobreaviso já estavam lá, já estavam chegando. Já tinha tropa chegando e já tinha tropa lá. Tanto que eu encontrei o Coronel Souza já posicionando essas tropas e reocupando as linhas dos prédios que já haviam sido invadidos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Coronel...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – A Polícia Militar, Exa., tomou o controle da área, dos prédios federais em menos de duas horas e meia.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas o senhor colocou uma questão que o policiamento é feito com base no clima que está ali no horário, no local que vai acontecendo o comando...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É. As medidas de contenção.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – As medidas de contenção. Exatamente.

A Esplanada, até o dia 7 de janeiro, estava fechada. Isso desde muito tempo, logo depois das eleições. Teve uma ordem para abrir a Esplanada no dia 8. Na minha opinião – gostaria de saber também a sua opinião – é uma ordem equivocada diante dos sinais do que era o dia 8. O comando da Polícia Militar, ao sentir que essa caminhada do QG – como o senhor disse, e têm em várias notícias – era o epicentro dos acontecimentos de violência e de ataques, inclusive à democracia, uma tentativa de golpe... Do ponto de vista da operação da Polícia Militar, não seria prudente ter fechado o acesso à Esplanada e não deixado os manifestantes, os golpistas que estavam ali, entrarem na Esplanada, entrarem na Praça dos Três Poderes para terem acesso aos três prédios?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O problema, Exa., é que isso transcende um pouco da autonomia até do próprio GDF, né? Existem decisões do STF quanto à questão de manifestação naquela região ali: é livre, desde que obedecidas as regras de trânsito. Então assim... a polícia, às vezes, a gente fica numa situação muito delicada. Mas, eu realmente, eu não consigo dizer para o senhor, porque eu não participei do processo de tomar decisão. Eu não sei qual era a informação que tinha. Se a informação que tinha era a de baixa adesão, de ânimos tranquilos...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas o senhor acabou de dizer neste depoimento que teve um erro da inteligência por não fazer o relatório completo. Isso o senhor disse e repetiu. E esse erro se dá por base nas informações que o senhor tinha, que a Polícia Militar tinha e que o conjunto da imprensa e da sociedade tinham de que os acampamentos em frente ao QG eram células de organização de violência.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Naquele momento, doutor, assim,

Excelência, é... a gente mantinha acompanhando aquilo lá. E assim, o que a gente vinha percebendo, até pelo evento que aconteceu quinze dias antes, um arrefecimento – como também eu falei aqui no depoimento –, um arrefecimento do acampamento. E o que a gente acreditava... Já estava lá há 3 meses, né? E o que a gente acreditava, com a entrada do novo governo, que eles realmente vendo que a posse aconteceu e que as urnas foram respeitadas, que tinha um novo governo, aquilo..., o próprio Exército ia resolver aquela situação ali. Então, a informação que a gente vinha... o histórico que a gente vinha acompanhando da Polícia Militar naquele último mês era de arrefecimento, já não tinha a quantidade de caminhões que tinha em novembro, já não tinha a quantidade de ônibus que tinha no mês de novembro...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas que estavam chegando nessa semana.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Chegaram depois do planejamento. Por isso que nós temos que diferenciar quais eram as informações prévias de planejamento e quais eram os informes durante o final de semana, porque aí o senhor não está mais falando de planejamento. O senhor está falando de medida de contenção. São coisas diferentes. Uma coisa é o informe que a PM tinha às 10h da manhã, sexta-feira, ânimos tranquilos, baixa adesão. Então, o que a PM vai fazer? Então, eu tenho a manifestação de quantos? Mil e quinhentas, duas mil pessoas que é o que tem no acampamento, ânimos tranquilos, baixa adesão. Isso, o 1º CPR faz todo dia, todo dia.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor acha que o efetivo que estava na rua, no dia 8, era proporcional a esses dados de 3 mil, de 5 mil pessoas? Eu falo isso, coronel, porque o senhor falou que manifestação... Eu falo isso, porque eu também já organizei e participei de centenas de manifestações nesta cidade. A gente tem falado isso aqui e nos surpreende muito como o dia 8 foi acometido em uma série de eventos que, na nossa opinião, não foram coincidências. O senhor, inclusive, colocou um efetivo muito pequeno e com estudantes, sem preparo; uma tropa de choque que não conseguia prender manifestantes no dia 12 e no próprio dia 8. Coronel, eu pergunto para o senhor: a Polícia Militar pode fazer prisão em flagrante? Sim ou não? Sim, né?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Pode.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Pode fazer prisão em flagrante. Aquilo não era uma manifestação, aquilo era uma tentativa de golpe. As pessoas falavam, caminhavam, diziam que foram convocadas para tomar o poder no Brasil.

Tentativa, atentado contra o Estado Democrático de Direito é crime e tem previsão no Código Penal. Não nos parece razoável comparar o dia 1º com o dia 8, porque no dia 1º, quem foi para a rua, foi celebrar a democracia e celebrar a posse de um Presidente democraticamente eleito. Quem foi para a rua no dia 8 foi com o objetivo de realizar um golpe de Estado. Tem uma diferença enorme entre os dois atos e os dois dias.

Eu questiono isso, porque nos parece que não é uma coincidência só. No dia, um baixo efetivo, uma não preparação do operativo... Como o senhor aqui colocou, a opinião era de que tinha arrefecido o clima e havia até – com o relato do senhor – um desproporcional quantitativo de armas, munição... Porque, como o senhor mesmo colocou, as armas levadas, inclusive, não eram adequadas, porque a bala de borracha desgasta o cano.

Parece-me uma coincidência de eventos e fatores para uma atividade que estava sendo convocada e chamada para um flagrante crime: a tentativa de golpe de Estado. Por isso eu pergunto, na sua opinião – o senhor não estava lá, não era o responsável –, como diretor do DOP durante tanto tempo e com experiência na polícia, houve um erro de avaliação do operacional da Polícia Militar do Distrito Federal – como o senhor já falou que teve da inteligência –, como também de quem estava atuando em campo naquele dia?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É, Excelência, assim... Manifestação, como o senhor bem sabe, né, primeiro assim... Eu... O senhor está me fazendo perguntas de um momento que eu não estava lá. E eu não sei o que aconteceu, qual foi o desenrolar, e o que houve realmente, que a manifestação vinha em marcha, o normal que sempre é feito pela Polícia Militar, devidamente escoltada pelo trânsito, normal, né? E eu não sei o que aconteceu nesse meio de caminho, né, que... que... que virou a manifestação. E eu não sei os

tomadores de decisão que estavam no local, quais foram as medidas que eles adotaram. O que eu posso falar para o senhor é a partir das 17h40min, quando eu cheguei, quando eu assumi as tropas de choque, né? Que eu efetuei centenas de prisões, que eu prendi pessoas ainda lá no Congresso Nacional. Prendi pessoas na rodoviária. Prendi pessoas antes de chegarem no acampamento. A minha ação junto da tropa de choque. Encontramos dificuldades? Encontramos. Encontramos dificuldade em armamento, encontramos dificuldade em fazer... em não deixar o policial ficar sem um armamento de menor letalidade, né? Mas isso tudo foi sanado e nós cumprimos a missão. Nós cumprimos a missão. Nós prendemos pessoas. Nós desocupamos a Esplanada. Nós desocupamos, infelizmente, né, após ter sido destruído, porque ninguém queria uma cena daquela. Repriso, repriso que a Polícia Militar do Distrito Federal não tem jurisdição dentro dos prédios federais. Inclusive, para operar dentro do Congresso, a gente precisa de autorização do Presidente do Congresso, né?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Coronel, se o senhor me permite, falta um minuto e eu vou terminar com isso.

O senhor já colocou da jurisdição dentro dos prédios. O que nos preocupa e acende um alerta, inclusive, é qual o tom, o sentimento e o clima... Muitas vezes, parece-nos que ele é muito diferente na Polícia Militar, não só na Polícia Militar, mas nas forças de segurança em geral. Parece que isso muda o humor dependendo da bandeira de quem convoca uma manifestação.

O problema não foi os manifestantes entrarem no prédio, comandante. O problema é... E eu organizo manifestações nesta cidade há muito tempo. Já organizei manifestação com 50 mil pessoas, com 5 mil pessoas, com 500 pessoas. Ninguém acessa a Praça dos Três Poderes se as forças de segurança não permitirem o acesso. A questão é: por que os golpistas do dia 8 entraram?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Infelizmente é uma pergunta que o senhor tem que fazer pra quem estava operando quando entraram, que eu não consigo avaliar. E, assim, eu consigo fazer declarações a respeito da minha pessoa. E eu acho que eu, como chefe do DOP, todas as manifestações que tiveram...

(Soa a campainha.)

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – ... todas que eu estive, eu sempre tratei as pessoas com respeito, com educação, independente da bandeira, porque eu tenho muito em mim que eu faço parte de uma polícia de Estado e não de uma polícia de governo. Inclusive, eu tenho testemunha de... Vários Deputados, inclusive dessa Casa, de vários partidos, que, durante a campanha, precisaram do apoio da Polícia Militar, me ligaram; e, independente de bandeira, independente de condição partidária, receberam o apoio solicitado para a Polícia Militar. Fosse pra fazer uma escolta numa carreta que não estava prevista, fosse pra acompanhar um tesoureiro pra efetuar um pagamento de algum funcionário, eu sempre coloquei à disposição de todos os candidatos, independente de bandeira, a Polícia Militar; à disposição para ajudar, porque eu entendo, durante meus trinta anos de serviço, que eu estou pra servir à população, à comunidade. E eu não tenho bandeira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Gabriel Magno, seu tempo terminou. Obrigado a V.Exa.

Concedo a palavra agora à Deputada Paula Belmonte por até 25 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe e abençoe o senhor.

Eu quero aqui me apresentar. O meu nome é Paula Belmonte. Eu estou como Deputada Distrital. Eu vim da Câmara dos Deputados. Fiquei quatro anos lá e sei da importância da segurança pública do Distrito Federal. Lá nós defendemos, várias vezes, a segurança; e sei que a segurança pública do Distrito Federal é uma referência.

Nesse sentido, eu acho importante ressaltarmos o trabalho que o senhor teve nesse tempo que o senhor está... desde abril de 2021. O senhor acabou de falar que teve uma operação aqui muito importante para todos nós: a questão do Lázaro. O senhor esteve no comando do 7 de setembro e em outras manifestações grandiosas para o Distrito Federal. Para

quê? Para defender a democracia e defender a população.

Então, nesse sentido, eu estou como política, mas eu sou uma cidadã brasileira, amo este País e amo principalmente esta cidade. Defendo, sim, a liberdade das pessoas, mas também defendo a nossa Constituição. Por esse motivo, eu aqui peço a licença dos senhores para ler um artigo da nossa Constituição Federal, que é o artigo 5º, que fala sobre os direitos e garantias fundamentais: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...) XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente da autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente". No artigo 6º da nossa Constituição Federal, nossa Carta Magna, também é falado o seguinte: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma desta Constituição".

Isso aqui é muito importante. Por quê? Primeiro, temos que parar de colocar palavras aqui de brasileiros que não concordam. Por que não concordam? A gente não é obrigado a concordar com tudo. É importante defendermos pessoas que não concordam. Eu defendo! Eu defendo aquele que não concorda comigo e defendo a liberdade de ele falar, mas quero também que defenda a minha liberdade de falar. A manifestação é constitucional. Essa é a primeira coisa que a gente tem que falar.

A segunda coisa: o nosso Estado tem obrigação de dar segurança. Aqui, quero pedir para o senhor ser objetivo, porque o senhor já falou e vou fazer perguntas que trarão, sim, a repetição de algumas coisas que o senhor já falou. Então, quero que o senhor seja um pouco mais objetivo, porque temos aqui somente 21 minutos para falar de muitas coisas que aconteceram.

Nós temos aqui o escopo da CPI falando do dia 12 de dezembro e também do dia 8 de janeiro. O senhor me traz uma situação que eu acho importante a gente explorar. Fico impressionada por nenhum Deputado ainda não ter perguntado. O quê? O senhor falou que a Polícia Militar do Distrito Federal está tendo intervenção política. Isso não é uma coisa normal. Isso não é uma coisa normal. Eu não tenho político de estimação aqui. Eu tenho o cidadão brasileiro como meu representante. Então, se o senhor está dizendo que, na campanha eleitoral, foi prometido cargo, isso não está correto! Espero que o governador, que voltou ontem, possa tomar medidas necessárias para que a polícia, a segurança, a educação e a nossa saúde não tenham intervenção política, porque estamos falando de segurança da população. Se isso ocorreu, temos que entender o que foi. Esta CPI precisa investigar isso. O senhor falou e ninguém falou nada? O senhor tem alguma coisa a falar a respeito do que eu estou falando aqui?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, sim. Foi uma coisa que foi, infelizmente, pública da Polícia Militar. Muitos oficiais, infelizmente, perderam um pouco do senso, do limite que a nossa função nos obriga; mas eu, em particular, como uma força de segurança pública, comunidade, numa cidade como o Distrito Federal, eu entendo que política está em tudo. Política está em todos os lugares. A gente faz política em casa com a esposa. Política está em tudo. Eu acho que a política – a política saudável – é importante na corporação. Eu não vejo problema... Isso é uma opinião particular minha. Um Deputado que foi eleito na Ceilândia, ele tem uma preferência por um oficial que possa comandar a unidade lá e seja indicado por ele. E, se esse oficial for comandar e estiver alinhado com o comando da corporação, obedecendo às ordens, seguindo as ordens, eu não vejo esse problema dessa indicação. Eu acho que isso é até salutar, aproxima, porque a gente precisa dessa Casa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. O senhor fez de uma forma criticando a situação. Quero entender... O que estava acontecendo era que estava tendo uma intervenção que o próprio comando não estava aceitando? É isso? Só para que a gente possa ser mais objetivo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É. Então, assim, o problema é quando isso se exacerba; quando isso passa desse limite; o comandante-geral já não consegue mais trocar comandantes; comandantes que, de repente, às vezes, não estão funcionando. E, assim, a gente ressentido muito. Não é fazendo crítica, porque eu até considero o Governador Ibaneis um excelente governador. Acho uma covardia o que foi feito com ele, nesses dias. Não tinha necessidade, porque a Esplanada já estava retomada. Ele, preocupado, mandou me ligar, mandou...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Vamos objetivar. Só um pouquinho. Eu estou perguntando se teve interferência política e se isso foi prejudicial à força de comando. É isso que eu estou perguntando.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Mas eu acho que, nesse ano, ele um pouco se afastou da corporação. E, realmente, a gente teve algumas interferências na corporação que não foram muito boas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está bem. Vamos lá. Quem era o comandante-geral no dia 12 de dezembro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – 12 de dezembro de...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – 2022.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Coronel Fábio Augusto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quem era o subcomandante no dia 12 de dezembro?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O dia 12 já foi depois das eleições. Coronel Klepter.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o senhor era...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O Chefe do Departamento de Operações.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Dia 12?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Dia 12.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok.

O senhor nos falou, dia 12 – aí eu vou entrar um pouco na questão da manifestação. O senhor falou para nós, e nós vimos e nós sabemos que infelizmente... Nesses dias, eu fui à rodoviária e vi traficantes na frente de todo mundo, e as coisas acontecendo. Então, infelizmente, tráfico e pessoas fazendo coisas erradas existem em muitos lugares. Mas eu também ouço relatos sobre pessoas que estiveram na manifestação, pessoas acampadas, pessoas do bem. Senhoras! Eu estive duas vezes na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e vi mulheres de 40, 50 anos, que não têm característica de terroristas, como foi falado por muitos Parlamentares aqui. Elas não têm essa característica. E o senhor disse claramente que, no dia 12, as pessoas que estavam naquela manifestação, que invadiram a Polícia Federal, não tinham característica de pessoas que estavam rezando. Eram pessoas preparadas. Foi isso que o senhor falou?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E essas pessoas estavam dentro dos hotéis? Elas não estavam na manifestação? Foi isso que o senhor falou?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Pelo que a gente conseguiu levantar depois, que chegou de informações, bem provavelmente, estavam todas instaladas nos hotéis, ali no Setor Hoteleiro Norte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, Presidente, eu quero pedir ao senhor, aqui na CPI, que todos aqui assinassem e que se pegasse a lista de todos que estavam em hotéis, em Brasília, do dia 5 ao dia 15 de dezembro, que são datas boas, para que a gente possa saber quem são os financiadores. Eu sei que vocês estão atrás disso. Então, quem são os financiadores? Quem são as pessoas que pagaram as diárias nos hotéis? Fica essa sugestão, para que a gente possa chamar essas pessoas para cá.

O Deputado Fábio... Então, nós vamos assinar. Eu acho que é importante até os Parlamentares do PT assinarem isso, para que a gente possa esclarecer quem são os financiadores. Vamos assinar, todos da CPI, para que saibamos quem são os financiadores!

Bom, então o senhor disse que esses manifestantes não tinham características daquelas senhoras que estavam rezando, que estavam não sei o quê. Elas não estavam ali. Os senhores não conseguiram prender nem um? Não conseguiram, depois?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Excelência, o que aconteceu? O problema ali foi que a tropa que eu tive que acionar para lá era a tropa que estava no radiopatrulhamento convencional. A tropa, no radiopatrulhamento convencional, está de boné. Ela está só com o escudo balístico. Ela não tem condição de entrar num confronto. E a gente não teve tempo hábil de equipá-los para poderem ir para lá, pela forma que nós fomos surpreendidos com essa prisão. Então, ficou muito do choque debelar todo aquele vandalismo que estava acontecendo na cidade. O choque, que chegou também às pressas. Aí, o que acontece? O choque anda, como eu falei para a senhora, com escudo, arma longa, bernal...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quero só fazer uma pergunta ao senhor. Nós temos, hoje, a tecnologia; e nenhuma imagem foi resgatada para que a gente pudesse identificar as pessoas que fizeram a manifestação daquela maneira?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Essas imagens, eu acho que foram resgatadas pelo sistema da Secretaria de Segurança Pública; só que, aí, vai para a Polícia Judiciária. Deve estar com a Polícia Civil do Distrito Federal, que, inclusive, já efetuou prisões *a posteriori*.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, Presidente, a outra sugestão que podemos assinar juntos é chamar essas pessoas que já fizeram essas prisões, para sabermos quem são os financiadores dessas pessoas e os nomes dessas pessoas.

Agora vamos lá para o dia 8. No dia 8, pelo que vi, o senhor estava de férias.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Estava de dispensa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Independentemente de o senhor estar – não vou falar de férias – de dispensa, como se fala na corporação, o senhor também estaria em um momento de descanso, é isso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem chamou o senhor para estar lá no dia 8? Quem convocou o senhor para estar lá no dia 8? Foi o seu senso de patriotismo no sentido de cuidado ou alguém o chamou para você reassumir o seu posto?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Primeiro eu recebi uma ligação do Buriti, de uma pessoa do gabinete do governador, dizendo que ele estava muito preocupado e me perguntando o que estava acontecendo na Esplanada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor pode falar o nome dessa pessoa?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu prefiro não, Deputada, para não envolver mais uma pessoa nessa história, porque é uma pessoa que é do meu relacionamento, é uma pessoa que é minha amiga. Ela me ligou preocupada com o que estava acontecendo, dizendo que estava com o governador e que o governador queria saber o que que estava acontecendo. E aí eu respondi que eu estava de licença, que eu não estava na Esplanada e que eu não estava por dentro do que estava acontecendo. Aí ela desligou o telefone e, de imediato, me ligou o Coronel Paulo José, que era o meu substituto, que estava no teatro de operações, muito nervoso, muito apreensivo, preocupado, me perguntando... Não me lembro se ele me pediu foi o telefone do comandante do BOPE. Eu não lembro o que foi. E eu perguntei: "O que que tá acontecendo?" Aí ele me relatou, muito nervoso. Eu falei: "Calma, bicho, calma, que eu vou te ajudar. Espera aí." Aí eu desliguei o telefone, liguei para o Fábio, o Coronel Fábio Augusto. Ele não me atendeu porque ele estava em combate. De imediato, eu liguei para o Coronel Klepter e falei para o Coronel Klepter: "E aí, Klepter, que que está... Que que está acontecendo, velho?" "Pô, Naime, deu problema lá na Esplanada. O troço virou. Tu

tá em Brasília?” Eu falei: “Tô”. Ele: “Pô, se tu tiver disponível, vai”. Aí eu falei: “Tá bom. Vou.” Desliguei. A mesma pessoa me ligou de novo do Buriti e falou: “Naime, você está em Brasília?” Eu falei: “Estou”. “Cara, o governador está falando para você ir para lá e assumir a operação e prender todo mundo e tentar resolver aquilo lá”. Aí eu falei: “Está bom. Pode deixar, que eu já estou indo.” Aí, de imediato, acionei minha guarnição, que estava em Ceilândia – eu, em Vicente Pires –, e, aí, eu fui.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso, o senhor já explicou.

Deixe-me fazer mais uma pergunta. Quando foi feito o PAI, o senhor estava presente?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor assinou o PAI?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Nós temos aqui a cópia do PAI. Fiz esse questionamento aos dois outros depoentes que estiveram aqui e falaram que tinham responsabilidade tanto as forças de segurança quanto o Corpo de Bombeiros – cada um com a sua responsabilidade –, os entes da Federação e os da União também. Então, o STF tinha responsabilidade, o Palácio do Planalto tinha responsabilidade; e nós percebemos que algumas ações não foram realizadas. O que o senhor falou aqui é importante. Vou repetir o que o senhor falou. Se o senhor puder, confirme se eu ouvi corretamente.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor falou para todos nós que, em trinta anos de carreira, nunca viu uma facilidade tão grande dos órgãos da polícia – seja Polícia Legislativa, seja a do Congresso Nacional, seja a da Força de Segurança Nacional – em deixar as pessoas entrarem nos edifícios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor falou isso.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – A entrada foi tão facilitada, foi tão fácil, que não deu nem tempo de a Polícia Militar se organizar e tentar... Já foram invadindo, entrando...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor falou a palavra “facilitada”. Então eu posso confirmar que foi facilitada a entrada.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – É. Não “facilitada”, mas que foi “fácil”. “Facilitada” eu vou impor responsabilidade a alguém que, de repente, não tem. Mas que foi de uma forma diferenciada a entrada... Das outras vezes que eu participei de ações na Esplanada... Eu várias vezes já fiquei com tropa de choque ali na Chapelaria – com a tropa formada, com a Polícia do Congresso por trás da vidraça, e a gente com manifestante ali –, e não entrou, né? A mesma coisa no Palácio do...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Do Planalto.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – No Palácio do Planalto, o BGP com tropa de choque, atrás do cercado; e a PM com uma tropa ali de PATAMO, com quinze, vinte homens...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu quero aqui dizer que é a primeira vez que o vejo, tá? Então, assim, eu não tenho nenhuma ligação com o senhor. É a primeira vez que o vejo. E é importante dizer – pelo menos do que eu estou vendo aqui do currículo do senhor e do que eu estou vendo aqui do senhor –: o que o senhor propôs a fazer quando o senhor estava no comando, o senhor fez bem feito.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora, em trinta anos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Em trinta anos. Então aqui nós estamos falando de um homem que prestou serviço para a segurança do Distrito Federal com excelência. E o senhor está dizendo, o senhor não teria motivo nenhum para falar...

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Que eu estou preso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... que o senhor está preso. E aí por que que o senhor está preso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Minha defesa até hoje não teve acesso aos autos, eu não sei exatamente nem de que estou sendo acusado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pois é, olha só: é uma outra violação de direitos aqui. Nós defendemos o Estado de Direito e nós estamos aqui falando de um comandante que tem uma história de trinta anos. Aqui eu não sou advogada de ninguém, Sr. Presidente, mas eu sou advogada do Estado de Direito. E nós estamos aqui falando de um comandante que tem uma contribuição para a segurança do Distrito Federal. E cabe a todos nós brasilienses e a nós Deputados defendê-lo.

E não tem acesso por quê? Ele estava, independente das férias dele, ou não. Ele estava em período de... Como se chama? Dispensa?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Dispensa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E ele está preso. Ele está preso! As inversões de valores aqui no Brasil estão mudando radicalmente. Desculpa, eu tenho o meu tempo e eu posso falar o que eu penso. Nós temos aqui um ex-presidiário na Presidência, e nós temos uma pessoa que vem salvando vidas aqui no Distrito Federal preso.

Vocês me desculpem, nós precisamos encarar, como função aqui de Deputado Distrital que nos representa, o que nós estamos defendendo. O que nós estamos defendendo? E aqui eu quero, sim, registrar que entre os manifestantes podia ter, sim, pessoas que estavam fazendo quadrilha, podia ter pessoas ali que não estavam fazendo o bem, mas tinha muitas pessoas – e eu digo meu pai e minha mãe – que estavam ali orando, rezando; e não são terroristas, e não são golpistas. Como que alguém é terrorista se não encontraram armas?

E nós estamos falando de um comandante preso, que não sabe por que está preso, enquanto nós temos um ex-presidiário como Presidente.

O que eu espero, Presidente – com toda a responsabilidade que o senhor tem – e nosso Relator, é que nós tenhamos aqui como objetivo encontrar, sim, os financiadores, mas também colocar cada um no seu devido lugar. E não esquecermos que nós temos uma Constituição Federal que nos assegura o direito de manifestação, à liberdade. E eu, como Parlamentar, dentro da minha função parlamentar, tenho a imunidade para falar o que eu penso, respeitando a todos.

E aqui eu vejo uma interferência no comando da polícia que acho importante colocarmos para que possamos fazer uma reflexão.

Esses dias, eu ouvi a governadora em exercício falando que não pode ter ingerência política dentro da saúde, porque nós, no Distrito Federal, estamos com uma situação muito séria – e aqui cabe aos nossos 24 Parlamentares começarem a olhar isso. Nós não podemos ter ingerência política na educação, nós não podemos ter ingerência política na segurança pública e nós não podemos ter ingerência política na saúde, porque assim nós vamos enfraquecer o tripé de sustentação da nossa Constituição Federal.

Quem era que estava substituindo o senhor, coronel?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Coronel Paulo José.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E ele está preso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ele foi questionado por alguma coisa? Ele que não assinou o PAI? Ele assinou o PAI?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não. Ele estava numa reunião do alto comando, e quem assinou foi o Major Leonardo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Major Leonardo. O Major Leonardo está preso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem está preso?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Somente eu e o Ministro Anderson Torres.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Ministro Anderson Torres tinha condições de chamar, de falar para vocês – de mandar em vocês – quantas pessoas vocês tinham que colocar na rua, quantos policiais tinham que estar nas manifestações para cuidar?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Na realidade, ele, como secretário, Excelência, eu não tenho muito como afirmar isso, porque os despachos dele sempre foram com o comandante-geral.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Com o comandante-geral.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Comandante Fábio foi ameaçado de prisão ou alguma coisa assim? Ele está respondendo a alguma coisa? Como está a situação dele?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – O Coronel Fábio ficou preso 23 dias.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ah, é, ele ficou preso. Eu até vi algumas imagens dele lá no comando.

Aqui eu quero só fazer um resumo do que ouvimos hoje, pelo menos pela minha interpretação.

A primeira coisa: nós estamos aqui colocando uma fragilidade na segurança pública do Distrito Federal, inclusive no Comando da Polícia Militar, por conta de ingerência política.

Outro ponto é que nós vimos aqui que houve, sim, uma facilidade para que os manifestantes pudessem entrar dentro dos órgãos e fazer toda aquela quebradeira, que, infelizmente, dói-nos muito como brasileiros. Aqui a gente não está defendendo um lado ou outro. Nós estamos defendendo um patrimônio que é nosso.

Em segundo lugar, o que eu gostaria de deixar claro é: existem manifestantes de má índole? Existem. Como existem pessoas que pensam diferente de mim de má índole, mas também existem pessoas de boa índole – eu conheço algumas. Eu conheço algumas pessoas valorosas do PT. Eu convivi com algumas delas. Tenho certeza de que nesta Casa temos algumas, mas nós não podemos fazer com que todas as pessoas que estiveram lá na manifestação sejam consideradas terroristas, porque não são. Não são.

Eu só quero fazer uma pergunta nesses três minutos que me restam. Eu ouvi o depoimento de diversas senhoras que estavam lá na penitenciária. Eu vou falar o que elas me falaram. Elas disseram que foram enganadas, que foram convidadas a subirem em um ônibus para que pudessem voltar para a rodoviária, para que elas pudessem ir para as suas casas; mas, quando se deram conta, elas se viram presas.

Eu quero saber se o senhor sabe disso e como foi essa situação. O senhor mesmo falou que nem a Polícia Federal... Foi obrigado a colocar num ônibus e, nesse ônibus, prender todo mundo. Lembrando sempre que a nossa Constituição Federal nos assegura a manifestação.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu não tenho como muito responder isso, Excelência. Eu só sei que eu recebi ordem para colocar essas pessoas no ônibus e apresentar na Superintendência da Polícia Federal. E aí eu não sabia qual eram as providências que seriam adotadas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas o senhor chegou a fazer abordagem para que elas subissem no ônibus, eles subissem no ônibus?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Não senhora. Essa...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E como que foi a orientação da polícia para que eles entrassem dentro do ônibus?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Esse encaminhamento foi feito pelo próprio

Exército Brasileiro. Nós só fizemos a linha de contenção. O Exército Brasileiro encaminhou eles para dentro do ônibus, e depois a PM só fez a escolta até a Polícia Federal.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E a polícia levou aquelas pessoas que estavam ali por qual motivo? Qual crime que elas estavam cometendo?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Segundo a informação, já havia um mandado de prisão do Ministro Alexandre.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o Ministro Alexandre de Moraes, na sua visão como policial, ele tinha argumento para falar só porque a pessoa estava ali manifestando?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí eu não consigo opinar, Excelência... Eu não tive acesso aos autos...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pois eu digo que eu acho que não. Eu digo acho que não.

Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. ainda tinha 1 minuto e 25 segundos – para que nunca mais se diga nesta Casa que eu cerceei o direito de quem quer falar.

Deputado... Nós temos que terminar a sessão, aqui, a audiência, até às 15h.

Três Deputados que não são membros da comissão, mas a quem eu vou franquear o direito de falar por até dez minutos, porque a gente conclui dentro do tempo.

Deputado Pepa, V.Exa. gostaria de falar? Não? Deputado Max Maciel? Deputado Thiago Manzoni, gostaria de falar por dez minutos?

Deputado Thiago Manzoni, dez minutos; depois o Deputado Max Maciel; e a gente encerra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, Presidente. Eu penso que não levarei nem três. Gostaria só de fazer o registro. É um registro de que eu estou muito impressionado com o depoimento do coronel hoje.

Eu, normalmente, não participo das reuniões da CPI; mas hoje vinha para esta Câmara, com algumas reuniões a fazer, e vinha ouvindo no rádio, na rádio *CBN*, o depoimento do coronel. Algumas palavras que ele utilizou aqui me chamaram muito a atenção e eu decidi vir até aqui. Eu queria dizer, coronel, que eu estou muito impressionado, porque a imagem que se tem, quando a gente só lê as notícias, é de um homem acovardado que planejou algo contra o Distrito Federal, contra a República Federativa do Brasil e que está encarcerado por isso.

Então, ao ter acesso às notícias, exclusivamente às notícias, a impressão que se tem é essa. E, ao ouvi-lo hoje aqui, o que se vê é que V.Sa. é uma espécie de retrato da Polícia Militar: um homem corajoso, um homem leal, que saiu do seu período de descanso com a sua família, após dois anos, se eu não me engano.

E foi isso que me fez vir aqui hoje, porque eu vinha ouvindo e o senhor falou assim: “Há dois anos eu trabalhava sábado, domingo, dia santo, feriado. A minha esposa reclamava, porque eu trabalhava muito. Eu não via meus filhos. Eu já estava com problema na família para garantir a segurança da população do Distrito Federal.”

Servir e proteger, não é isso? O senhor foi para frente de uma batalha que nem era sua, em tese. Chamado pelo dever, pelo cumprimento de uma missão para proteger o Distrito Federal e o Brasil.

Eu saio daqui, hoje, com uma outra impressão a seu respeito, coronel. Tive a oportunidade de cumprimentar a sua esposa, aqui embaixo. Eu não posso imaginar o que vocês estão sofrendo. Eu sou advogado, e me dói saber que, depois de quarenta dias de prisão, o senhor ainda não teve acesso aos autos. E me dói saber que o senhor está preso depois de enfrentar uma turba, de ter sido – eu não sei se a expressão técnica é alvejado – acertado por um rojão. Eu vi as queimaduras aqui nos documentos que nos foram entregues.

Eu queria só fazer este registro aqui hoje como cidadão, e não apenas como Deputado: a minha opinião sobre o senhor mudou e mudou muito. Eu saio daqui mais do que satisfeito com o seu depoimento e com a Polícia Militar do Distrito Federal. Eu tenho certeza que, além de ser briosa, ela é muito honrada, e que essas fileiras merecem o respeito da nossa população, merecem o respeito desta Câmara Legislativa, merecem o respeito do Governo do Distrito Federal e também do Governo do Brasil.

Muito obrigado pela sua presença aqui. Obrigado pela coragem de se expor, de não fazer uso do direito de permanecer em silêncio. Obrigado pelas suas respostas, que me pareceram muito verdadeiras e muito francas. Penso que agradeço aqui não só em meu nome, mas em nome da comissão e desta Câmara também.

Parabéns, coronel.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Obrigado, Excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel, por até dez minutos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, Presidente, Deputado Chico Vigilante, pela oportunidade.

Quero saudar o Coronel Naime pela disponibilidade. Tive a oportunidade de ouvir desde o início e, mesmo não sendo membro efetivo da CPI, o intuito aqui é colaborar com os trabalhos.

Então, de certa forma, como todos aqui já disseram, solidarizando-me com os momentos que têm passado, uma vez que, pelo que tem relatado, e com base no que a gente tem, o senhor foi às cegas para uma missão. Chamado às cegas para uma missão, sem um planejamento que não foi o senhor que bolou e conduziu, sem a tropa, a qual não era o senhor que estava comandando anteriormente. Então, isso o colocou em uma situação de temperatura e pressão, em que teria de tomar as decisões com base nas informações que o senhor recebeu em campo.

Diante disso, e me solidarizando aqui tanto com o Deputado Fábio Félix como com o Deputado Gabriel Magno, nós, historicamente, organizamos manifestações em Brasília e já estivemos, consideravelmente, em salas de situação e também de preparação para manifestações de grande adensamento de pessoas, de público.

Antes de o senhor ser chamado, as informações que a gente tem é que o comando, naquele momento, se reuniu com os manifestantes no QG, usou o microfone para orientar e alinhar o que seria feito até a Esplanada. Certo? O senhor tem ciência dessa informação?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Eu vi essa informação somente na imprensa.

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas aconteceu. Diante daquele momento – que aconteceu –, já se tinha noção da quantidade de pessoas que estariam concentradas para caminhar até a Esplanada. Qual é o nosso protocolo padrão diante de 5 mil pessoas descendo a Esplanada? Há um protocolo padrão de posicionamento das forças. Qual seria, nesse momento, o padrão operacional de contenção da linha de revista até chegar ao Palácio do Planalto.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Assim, Excelência, para mim é muito difícil porque eu não acompanhei esse momento. Esse padrão de conversar com os manifestantes, esse é um protocolo que a gente sempre adotou no policiamento de trânsito, exatamente para avisar as pessoas quais são as faixas que vão poder transitar, quais faixas que vão estar interditadas, quais são os policiais que vão estar fazendo a segurança, qual é o limite dessa segurança para a gente poder garantir a segurança do trânsito das pessoas na Esplanada. Nós fizemos da mesma forma, na posse presidencial, com o Movimento Sem Terra, que estava acampado no Estádio Nacional. Então, da mesma forma foi feito. Fizemos contato com a coordenação. Então, isso é um protocolo normal. Pelo que eu pude ver, pelas poucas imagens que eu vi, esse transcurso não teve nenhuma intervenção com a polícia. Eles desceram normalmente, fazendo os chamamentos, que é normal de uma manifestação, de várias que a

gente já participou. Nós já participamos de manifestação em que até a própria polícia era... Não vou dizer atacada, mas tinha palavras de ordem contra a própria polícia. E não acontecia confronto nenhum. Agora, eu não sei precisar com o senhor qual foi o momento que a turba virou. Eu não sei dizer para o senhor, precisar: "Olha, foi nesse momento x que de manifestação virou turba". E aí, a partir desse momento, qual foi o prazo que, quem estava no comando, teve para tomar qualquer medida de contenção. Porque eu vejo falar muito de planejamento. Planejamento é prévio. Planejamento é anterior. Ele é feito com base em informações. O tomador de decisão toma as decisões com o que a inteligência informa. No cenário, se acontecem coisas que estão fora do planejamento prévio, não tem mais que se falar em planejamento; é medida de contenção. E eu digo para o senhor: várias vezes, em várias situações, eu tomei medidas de contenção. Vou citar um exemplo para o senhor: dia 6 de setembro de 2021. No dia 1º de maio de 2021, nós fizemos uma reunião com o agro, combinamos que estacionaríamos todos os caminhões na Via N1, tudo direitinho. Cumpriram perfeitamente no dia 1º de maio. Dia 7 de setembro combinamos no dia 6 de setembro. Combinamos de fazer a mesma forma: meia-noite vamos fechar a Esplanada; os caminhões vêm, param, não sei o quê; às 20h apareceram caminhões não sei de onde; tiraram o gersem no braço; pularam para dentro. Então, quer dizer, a partir daí o meu planejamento morreu.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel, eu entendi. Eu sei que o senhor já até citou isso várias vezes. Nós não estamos aqui colocando essa situação. Nós estamos tentando entender o antes e o momento.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Pois é, é o que estou explicando para o senhor. Eu não consigo determinar para o senhor, porque eu não estava lá, qual foi esse momento que a manifestação virou turba.

DEPUTADO MAX MACIEL – Tudo bem. É porque, para nós aqui, o que está parecendo é que, no dia 8, a segurança do Distrito Federal, que é uma das mais preparadas, que tem um alto teor de inteligência, deu tela azul completa. Deu tela azul completa. Não tinha essa linha de choque antevendo, em qualquer situação, lá na Esplanada, na Chapelaria, por exemplo, que é um protocolo. Não tinha as forças de segurança atrás da área do Palácio do Planalto, que também é um protocolo.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deixa só eu interromper o senhor um momento. Na Chapelaria a PM não põe tropa, não. Na Chapelaria, na parte inferior da Chapelaria, ali já é área do Congresso. A PM só atua mediante autorização do Presidente do Congresso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sim, mas se tem um fato público e notório de que vai ter a intenção de invadir, obviamente – eu não estou dizendo que foi a determinação do senhor –, deveria ter tido essa determinação, compreende? Não teve essa determinação. Não tinha a linha de revista com a quantidade suficiente de policiais para conter... E o tempo de resposta... Inclusive, demorou quase cinco horas – mesmo chegando, tendo a dispersão –, demorou muito, ao ponto de chegar à invasão.

Eu vou fazer uma última pergunta para colaborar. O senhor fala de manifestantes, mas, em outros momentos, já chegou a chamar de arruaceiros e golpistas. Eram manifestações... Naquele dia, era uma manifestação pacífica no momento em que o senhor chegou?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Golpista, se eu usei esse termo, eu peço perdão. Eu não lembro de ter falado, não. Mas, realmente, arruaceiro e baderneiro eu sei que tinham vários ali que, inclusive, enfrentaram a PM e, inclusive, me lesionaram.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel, dentro do campo já de operações, naquele momento, o senhor tinha informação de quem estava na central de controle do CIOPS? Tinha alguém naquela sala de situação?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Na sala de situação... Eu sei que o gabinete de crise da PM estava montado com todo o alto comando no QG.

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso desde que começou?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí eu não sei informar, mas é um

protocolo nosso. Em toda grande operação, o gabinete de crise se reúne no comando-geral. Todos os chefes do departamento ficam, por quê? Porque existem demandas, às vezes, que quem está no teatro de operação depende do departamento de logística, depende do departamento de saúde, depende do departamento de educação, para mandar efetivo que é dele, que não é do DOP.

DEPUTADO MAX MACIEL – A gente tem uma informação – eu não sei se a informação é válida, nós estamos apurando – de que, no momento em que começaram os atos, não tinha absolutamente ninguém na sala de situação.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Aí eu não sei informar.

DEPUTADO MAX MACIEL – Com todo aquele videomonitoramento que Brasília tem, com o qual dá para antever, inclusive, se um carro veio ou não por uma via paralela aos eixos, a gente não tem... Inclusive no dia 12 também, tem condição de antever os fatos – para onde as pessoas fugiram, para onde elas foram. Tem momentos em que eu sei que a polícia, no dia 12, estava tentando contornar a situação. Tinha viatura passando e pessoas empurrando um ônibus para cair de um viaduto. Isso está em imagem pública, na imprensa. Isso não sou eu que estou dizendo, não.

Para encerrar e não tomar mais o nosso tempo, tem uma informação de que havia viaturas da PATAMO posicionadas após a sede do Itamaraty para a defesa do STF. E eles deixaram os locais minutos antes da invasão do STF. Isso também está em imagem. Houve um comando, uma ordem para a PATAMO sair antes que acontecesse a invasão no STF?

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, eu não tinha chegado ainda no local nesse momento. Eu vi as imagens. O que eu vou falar para o senhor não é uma conclusão minha, é o que eu ouvi falar. O que eu ouvi falar era que o Coronel Fábio estava dentro do STF sendo agredido. E aí a guarnição recebeu uma determinação para ir resgatá-lo e salvá-lo dentro do STF. E aí foi o momento em que houve aquele movimento, aquele movimento do lado do Congresso. E eu, assim, eu não sei. Eu não sei avaliar. Eu não estava lá. Eu não vou entrar no mérito de dizer se foi a decisão mais acertada, menos acertada, porque eu não sei qual era o grau de perigo que o comandante-geral estava sofrendo naquele momento.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, Coronel Naime, aproveitando então...

(Microfone desligado.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Só para encerrar... Obrigado. Quero agradecer, mas eu queria também fazer um registro de que, sim, Deputada Paula Belmonte, nós temos hoje um presidente que passou um período privado de liberdade; mas um presidente que cumpriu decisões judiciais e não fugiu dessa responsabilidade. Está solto também por uma medida judicial e não porque usou de nenhuma objeção judiciária para que isso acontecesse.

Com isso, eu encerro e agradeço, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Max Maciel.

Coronel Jorge Eduardo Naime, eu quero, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a presença de V.Sa. e dizer que o ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e ex-Ministro da Justiça deveria ter a mesma coragem que o senhor teve de pedir para os seus advogados virem aqui. Vieram por mais de uma vez. A primeira com quem eu conversei foi a Dra. Clara.

Nós asseguramos que o senhor teria todas as garantias para comparecer aqui hoje. E nós demos todas as garantias e dissemos que o senhor estava livre para falar o que o senhor quisesse falar aqui hoje, dentro dos autos, do objetivo da CPI. E o senhor veio.

Eu comentava há pouco aqui com o Deputado Hermeto. O senhor colaborou muito. Muito. O seu depoimento foi um depoimento esclarecedor, porque nós temos um objetivo aqui que é encontrar os financiadores, quem promoveu aquele ato golpista – porque é golpe –, quem são os terroristas. As palavras do senhor aqui colaboraram muito no sentido de elucidar esses casos.

Foi muito grave o que aconteceu aqui na Capital da República nos dias 12 e 8. E as pessoas que promoveram aquilo não podem ficar impunes. Não dá para achar que vieram a uma farra e que foram... Sabe? Não dá. Pode até ter gente que estava lá rezando, mas a maioria estava lá para... Como V.Sa. disse, tinha prostituição, tinha tráfico de droga, tinha tudo ali dentro. Não é normal.

Infelizmente, tudo aponta para a convivência do Exército Brasileiro. Eu não estou dizendo nem do Exército. Estou falando de integrante, porque, quando você fala Exército, você está, você pode... Eu não quero generalizar, mas que tem integrantes do glorioso Exército Brasileiro que participaram disso tem. Agora, para mim, está mais do que claro.

Por que posicionar aquela fileira de tanques para enfrentar a polícia e por que dizer – e isso foi dito – que a tropa do Exército era mais forte do que a da Polícia Militar? A tropa do Exército é para guerras externas, inimigos externos. Não é para patrulhamento e policiamento interno, porque quem faz isso é a Polícia Militar. Portanto, jamais esse general poderia ter feito o que fez. E os esclarecimentos do senhor aqui hoje foram muito importantes.

Eu quero aqui, de público, já que esta reunião é transmitida ao vivo – e o senhor está vendo o interesse que a imprensa está tendo nesta CPI –, fazer um apelo ao Sr. Anderson Torres, que acaba de ser convocado novamente, para que venha aqui, que tenha a coragem que o senhor teve. Que venha aqui a esta CPI explicar por que ele foi para os Estados Unidos e deixou a Secretaria de Segurança sem comando.

Dito isso, eu quero agradecer aos agentes da Polícia Federal que trouxeram o senhor até aqui, com urbanidade, com todo o respeito; agradecer aos seus advogados, à sua esposa, que está aqui desde o primeiro momento. Eu fiz questão de pedir para ela se sentar nessa cadeira, que era para ficar de frente com o senhor.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – General de PM.

(Mostra a própria esposa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ah, está certo.

Eu quero agradecer e quero que o senhor faça as suas considerações finais, para que a gente possa encerrar.

SR. JORGE EDUARDO NAIME BARRETO – Deputado, primeiro, eu gostaria de dizer que eu tenho um respeito muito grande por esta Casa. Tenho muitos Deputados que são amigos, nesta Casa, de muitas datas. Já tive a honra de trabalhar, inclusive, com alguns. Coleciono, na minha casa, menções honrosas concedidas por vários Parlamentares desta Casa. E digo para o senhor – e vou tentar dizer isso sem me emocionar, até pela situação que eu me encontro hoje – que, um dia em dezembro de 1995, eu levantei uma espada no centro da Academia de Polícia Militar do Distrito Federal e fiz um juramento que nele eu disse: “Defender a sociedade do Distrito Federal, mesmo com o risco da minha própria vida”. E, nesses trinta anos de Polícia Militar, eu nunca me afastei desse juramento. Obrigado pela deferência e obrigado por terem me ouvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, comandante. Não vai ter aplauso, porque eu pedi, porque não pode ter aplauso aqui.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, na realidade, é um outro assunto, pois nós, ontem, tivemos uma reunião administrativa e deliberamos algumas coisas.

Eu estou querendo saber se nós temos *quorum* aqui para que possamos... Estou fazendo uma sugestão e um pedido para saber se a gente pode mudar o requerimento de convocação – que foi aprovado ontem – do General Heleno para convite. Também quero perguntar a V.Exa., como Presidente, se, mediante esse depoimento do Naime, nós podemos também fazer uma recomendação ao STF, como CPI, para fazermos uma revisão a essa prisão dele.

Eu não sei se cabe isso à CPI, mas estou fazendo essa indagação a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, Deputada, não cabe. Com relação a transformar em convite, na próxima reunião administrativa, a gente trata do General Heleno, até porque, a gente tem muitos depoimentos pela frente. O dele não está agendado ainda.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro, para que a gente possa encerrar mesmo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Presidente, pela bondade de V.Exa.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar a condução desta CPI pela sua pessoa. Nessa pluralidade que temos de pensamento, de divergência, V.Exa. tem conduzido esta CPI de forma equânime, equilibrada e isonômica. Muito obrigado.

Eu quero muito parabenizar a sua vinda, aqui, coronel. O Deputado Chico Vigilante foi cirúrgico. Seus advogados aí estão, e nós, aqui, como juristas que somos também, sabemos que o senhor poderia ter sentado aí e ficado calado. Aliás, o senhor poderia nem ter vindo. O senhor presta uma homenagem a esta Casa e ao povo do Distrito Federal.

Agora, eu quero me reportar a V.Sa., como pastor: "Deserto é para homem de Deus. Homem de Deus não morre em deserto." Está bom? Vai ter experiência profunda, e o senhor vai sair de lá. Em nome de Jesus.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Nós temos uma ratificação, aqui, Deputado Pastor Daniel de Castro, que é com relação à nova convocatória do Sr. Anderson Torres. A convocatória precisa da minha assinatura e das assinaturas dos Deputados Hermeto, Fábio Félix, Pastor Daniel de Castro e da Deputada Paula Belmonte, que, neste momento, está como titular.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Hermeto, para que S.Exa. possa submeter à votação a ratificação da convocação do Sr. Anderson Torres.

(Assume a Presidência o Deputado Hermeto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Assumo a Presidência.

Só fazer uma colocação... (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, só uma dúvida, em quais termos está se dando o requerimento dessa nova convocação? Tem alguma mudança em relação à convocação anterior?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É o mesmo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E precisa ratificar de novo por quê?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Porque mudou a data.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Eu quero, antes de fazer a ratificação da convocação, parabenizar o Coronel Naime pela coragem que teve.

Disse bem o Deputado Pastor Daniel de Castro: você vir aqui à frente mostrar o outro lado, mostrar... Muitas das vezes, você é execrado sem ouvir a outra parte. O senhor deu um depoimento entre quatro paredes. Esse depoimento aqui hoje foi extremamente esclarecedor.

Deputada Paula Belmonte, o que nós estamos vendo aqui, Deputado Chico Vigilante, está convergindo para se atribuir toda a culpa à Polícia Militar, e não é verdade. Os policiais podem ter errado? Sim, mas não generalizar, individualizar as condutas. Se tinha o policial tirando *selfie*, se tinha o policial que facilitou, ele vai ser punido; mas colocar como a Polícia Militar, sabendo que diversas vezes a Polícia Militar foi para demover aquele acampamento...

Concordo com a senhora, Deputada Paula Belmonte, tinha gente, tinha senhores que estavam ali, e não sabem... Tinha, realmente, os profissionais que foram... Acho que foram

convocados profissionais, que foram pagos, uma milícia que entrou no Congresso Nacional. Eles tinham técnica de rapel, de não sei o quê, de subir nas paredes. Então, esses, sim, e, principalmente, os financiadores, porque ninguém fica não sei quantos meses lá – dois meses... –, comendo, bebendo, sem dinheiro. Ninguém fica. Tem que ter dinheiro, tem que ter financiador – e muito dinheiro.

Fica aqui o meu agradecimento ao senhor, Coronel Naime, à sua família, aos seus colegas que estão aqui hoje, aos coronéis da sua turma e aos praças também, que gostam muito do senhor e que estão aí também. Não são só os oficiais, mas os praças também aqui estão, em solidariedade ao senhor.

Em votação o requerimento de reconvocação do ex-Ministro Anderson Torres.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo, Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu voto pela convocação do Anderson Torres. Acho que ele tem muito a falar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Também voto a favor, Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis.

Está aprovada a reconvocação do ex-Secretário de Segurança Anderson Torres.

Passo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Hermeto.

Senhor depoente, o senhor está dispensado neste momento, seus advogados também. Agora terá um outro rito ali, que é a assinatura das atas. O senhor vai com os seus advogados.

A sua esposa está autorizada a acompanhar o senhor até a sala e a ficar com o senhor até a hora em que assinar as atas. Está autorizada por esta CPI.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h35min.)



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MIRANDA SA SILVA BARROS - Matr. 16811**, Consultor(a) Técnico - Legislativo, em 20/03/2023, às 10:43, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Taquigrafia, em 20/03/2023, às 12:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 1093513 Código CRC: 8A4F2B2B.

